

*Histórias de trabalho*  
*da*  
*Receita Federal do Brasil*

*6º concurso - 2015*

*Prosas e poesias*

Gráfica e Editora Aliança Ltda-EPP



**Presidente da República em exercício**  
Michel Temer

**Ministro da Fazenda**  
Henrique Meirelles

**Secretário da Receita Federal do Brasil**  
Jorge Antônio Deher Rachid

**Subsecretário de Arrecadação e Atendimento**  
Carlos Roberto Occaso

**Coordenador-Geral de Atendimento e Educação Fiscal**  
Antônio Henrique Lindemberg Baltazar

**Coordenador de Educação Fiscal e Memória Institucional**  
Mauro Celso Gomes Ferreira

**Chefe da Divisão de Memória Institucional**  
Fabiane Paloschi Guirra

**Comissão Julgadora do 6º Concurso Histórias de Trabalho da RFB**  
Márcio da Silva Ezequiel - DRF/Pelotas - Presidente da Comissão  
Ana Catarina de Lucena - SRRF/04RF  
Abigail Aparecida dos Santos - Sufis/Cofis  
Carlos Roberto Block - Suara/Coaef  
Rudimar Radatz - DRF/Santo Angelo

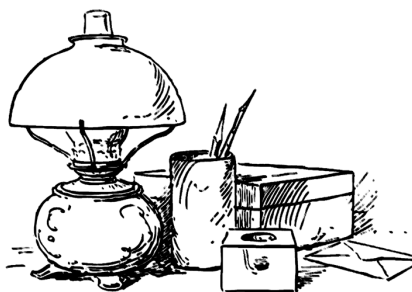


Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

# *Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil*

*6º Concurso - 2015*

## *Prosas e Poesias*



**Receita Federal**

Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal  
Divisão de Memória Institucional

Copyright 2016 - by *Receita Federal*

Estão resguardados todos os direitos desta publicação, que poderá ser reproduzida por qualquer meio, desde que citado o nome do autor.

Capa e Diagramação  
Marcia Palma de Azevedo

Imagem da capa  
Assessoria de Comunicação Social - Ascom/RFB

Revisão Ortográfica  
Márcio da Silva Ezequiel

Impressão e acabamento  
Gráfica e Editora Aliança Ltda-EPP

Tiragem  
1000 exemplares

Ministério da Fazenda / Receita Federal do Brasil / Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal / Divisão de Memória Institucional - Brasília: RFB, 2016

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil - 6º Concurso, 2015.

256p.; 22cm. Coletânea de Histórias.

1. Memória Institucional. 2. Receita Federal do Brasil



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil



# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>VII</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>X</b>
<b>Prosas Premiadas</b>	
Um por todos e todos por um .....	13
Mais que um edifício em chamas .....	25
A história do Sisam como a vivi .....	33
A história do Sisam como a vivi - parte 2 .....	47
<b>Menções Honrosas</b>	
Escrito nas estrelas .....	57
O ouro da fronteira .....	64
<b>Prosas Classificadas</b>	
11 de agosto de 2015 - O dia em que a Receita Federal parou .....	73
40 anos e muitas histórias .....	77
A elevada arte de servir à sociedade .....	82
A peixada polêmica .....	87
Acontecimentos no plantão de repressão .....	90
Cartões de natal .....	93
Cobrança de tributos em 1983 na ARF/Taió-SC .....	102
Código de conduta .....	105
Como tudo começou .....	110
Criação da DRF Blumenau e Agências de Brusque, Rio do Sul e Timbó: sua história, sua gente .....	117
Eu tive o privilégio de atender pessoalmente um ministro! .....	125
Fiscalizasamba .....	131
Guardas da fronteira .....	135
Humanização e atendimento .....	140
Morte no aeroporto .....	142



Naquela mesa .....	145
O ex-aposentado .....	147
O verdadeiro glamour da Receita Federal do Brasil .....	151
Parece mentira, mas eu vi. ....	155
Peregrinação até o prédio do Ministério da Fazenda/RJ .....	158
Rapadura é doce, mas não é mole .....	161
Situação difícil? <i>Take it easy!</i> .....	166
Tributo a uma campeã mundial de <i>windsurf</i> .....	170
Um “click” .....	173
Um dia para não esquecer... ..	175
Um episódio inesperado .....	178
Uma Fiscalização do IUM .....	182

### **Poesias Premiadas**

Gênese Copei .....	189
Do Sul ao Norte - Uma experiência inesquecível .....	203
Só risos .....	211

### **Menção Honrosa**

CAC e o atendimento aos refugiados .....	217
--	-----

### **Poesias Classificadas**

A colega Berê .....	223
A saga da malha fiscal PF .....	225
A velha, o CPF e a polícia Federal .....	230
Marijuana em La Aduana .....	236
Na pista dos viajantes .....	238
O dia do cão .....	240
Simão .....	243
Soneto da procuração .....	246
Um coração que pulsa .....	249
Voo para o além .....	252



## *Apresentação*

“A memória é uma paisagem contemplada de um comboio em movimento. (...) São coisas que ocorrem diante dos nossos olhos, sabemos que são reais, (...). Algumas estão já tão longe, e o comboio avança tão veloz, que não temos a certeza de que realmente aconteceram. Talvez as tenhamos sonhado. Já me falta a memória, dizemos, e foi apenas o céu que escureceu.”

José Eduardo Agualusa.  
O vendedor de passados.

Com estas palavras iniciais de Agualusa, renomado autor angolano, em que memória, sonho e poesia se mesclam, apresentamos ao público mais uma edição do livro *Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil*. Trata-se dos trabalhos selecionados na 6ª edição do Concurso *Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil*, realizado no ano de 2015.

O concurso, instituído em 2010, e que no ano de 2016 atinge seis anos de ininterruptas edições, tem por objetivo coletar, selecionar e premiar registros de experiências de trabalho apresentados por servidores da instituição, ativos ou inativos.

Esta edição do concurso abrangeu duas categorias: depoimento verídico em prosa e depoimento verídico em poesia ou letra de música. Foram inscritos 52 trabalhos, advindos de todas as Regiões Fiscais do Brasil, o que mais uma vez nos mostra a consolidação do certame no imaginário dos servidores da Receita Federal.



A comissão julgadora selecionou três trabalhos vencedores em cada uma das duas categorias e três menções honrosas. Esta coletânea reúne, além das histórias premiadas, 27 histórias classificadas em prosa pela comissão julgadora do prêmio, e 11 poesias, completando um total de 42 trabalhos. Todas elas narram aspectos marcantes, interessantes ou pitorescos do dia-a-dia de servidores da Receita Federal.

Somadas às cinco edições anteriores, são 243 histórias que compartilham momentos vivenciados na fiscalização, no atendimento ao contribuinte, na aduana, e em outras áreas da instituição. Ao ler esses relatos em prosa e verso, narrados sob uma perspectiva privilegiada e, muitas vezes emocional, não é difícil encontrarmos inegáveis traços que nos identificam como indivíduos ligados por uma cultura profissional própria, forjada no labor diário e na convivência com pessoas, assuntos e procedimentos típicos das matérias afetas ao órgão em que trabalhamos.

Esta edição do livro apresenta-se ilustrada com os desenhos premiados no 4º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da Receita Federal do Brasil, o que certamente vem a dar maior encanto à obra que ora se apresenta.

Parabenizamos e agradecemos a todos os que participaram do concurso. Premiados ou não, são todos dignos de aplausos. Com os trabalhos enviados, mesmo aqueles que não foram selecionados para compor esta terceira coletânea, legamos à posteridade as experiências dos autores, as quais passarão a integrar o acervo da Memória Institucional da Receita Federal do Brasil.

Nosso reconhecimento à comissão julgadora, encarregada de selecionar e classificar os trabalhos, presidida por Márcio da Silva Ezequiel e composta por Abigail Aparecida dos Santos, Ana Catarina de Lucena, Carlos Roberto Block e Rudimar Radatz.



Agradecemos à equipe da Divisão de Memória Institucional, sob a competente chefia de Fabiane Paloschi Guirra, com destaque para os colegas Márcio da Silva Ezequiel, da DRF Pelotas, diretamente envolvido na organização e revisão deste volume, e Márcia Palma de Azevedo, responsável pela diagramação e projeto gráfico.

Agradecemos, por fim, também ao Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Carlos Roberto Occaso, e ao Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Antônio Deher Rachid, pelo apoio e incentivo constante às ações de preservação da memória institucional.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Antônio Henrique Lindemberg Baltazar  
Coordenador-Geral de Atendimento e Educação Fiscal



## *Prefácio*

Mais um volume do Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil vem a público. A cada ano que passa, os servidores desta casa nos trazem novos relatos interessantes sobre suas vivências laborais. Rememorar um caso inusitado, narrar uma experiência relevante ou mesmo lançar um olhar poético sobre a atuação cotidiana de trabalho é um exercício de desprendimento com o qual estes servidores nos oferecem um viés humano e vívido a atividades por vezes consideradas meramente burocráticas.

Resgatar e registrar a memória institucional é uma forma de manter a instituição sempre ativa e também uma ação de fortalecimento de suas bases.

Como referido nas edições anteriores, além da prazerosa leitura sobre o passado recente da Receita Federal, os textos aqui publicados fornecem material para nosso acervo de Memória Institucional no presente assim como serão fontes de informação para os historiadores da Administração Pública no futuro.

Iniciativas como esta tem sido desenvolvidas nestes últimos seis anos pela Receita Federal, permitindo integrar os saberes e os conhecimentos dos servidores no realizar de suas atribuições com uma consciência coletiva de moral tributária por parte do contribuinte.

O “Histórias de Trabalho da Receita Federal” tem demonstrado o quão ricas e diversificadas são as situações e os desafios enfrentados pelo seu corpo funcional, sem perder a unicidade da alma que põe na busca constante da excelência na realização de nossa Missão Institucional.

Boa leitura!

Carlos Roberto Occaso  
Subsecretário de Arrecadação e Atendimento



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

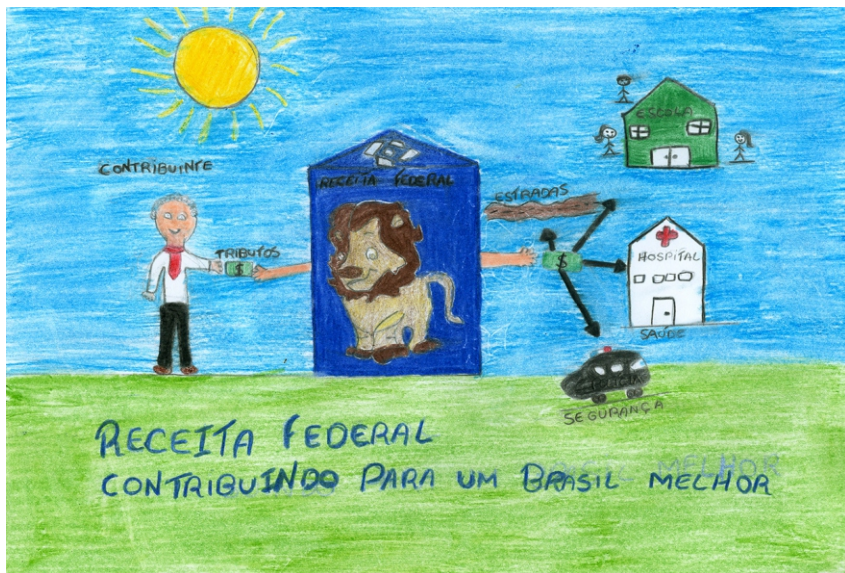
# *Prosas Premiadas*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

## 4º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB

1º Lugar



*Autora: Fernanda Nunes Carneiro/4º ano do Ensino Fundamental*  
*Responsável: Jurandir Carneiro – ARF/Lagoa Vermelha*



# Prosas Premiadas

## Primeiro Lugar

### Um por todos e todos por um

*Cleiton Alves dos Santos João Simões*  
ALF/Porto de Santos

*Ingressou na RFB em 06 de fevereiro de 1996, como TTN (ATRFB) na ALF Porto de Santos/SP. Em julho de 2002 passou no concurso para o cargo AFRF (AFRFB) na ALF Porto de São Francisco do Sul/SC. Em 2004 retornou à ALF/STS. Em 06 de fevereiro de 2012 foi nomeado Inspetor-chefe da Alfândega do Porto de Santos, função que ocupa até a presente data.*





## Um por todos e todos por um

Quando eu era pequeno, minha mãe costumava contar fábulas de Esopo para mim. Ao final, sempre havia um provérbio, mais conhecido como a “moral da história”. Assim, conheci a fábula da raposa e das uvas (quem desdenha quer comprar), do cão que perde o osso ao tentar roubar o que vê em seu reflexo na água (quem tudo quer, tudo perde). E por aí vai...

Um dos provérbios que mais ouvia era: a união faz a força. Não dei muita importância. Então cresci e comecei a trabalhar na RFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil, sempre na área aduaneira.

O braço de comércio exterior da RFB sempre prezou pela troca de informações entre organismos governamentais, sejam brasileiros ou de outros países. A Organização Mundial de Aduanas também a incentiva. Além de trocar informações, trabalhamos em cooperação muitas vezes.

Foi assim em uma apreensão de carga consolidada como bagagem (utilizando o PAI - Plano de Ação Integrada entre a Receita Federal, Polícia Federal e Ministério Público Federal, com entrega controlada autorizada pela Justiça), fiscalização das áreas marítimas brasileiras (Amazônia Azul - cooperação entre RFB, Marinha do Brasil e Ibama), apenas para citar exemplos recentes.

Nossa história de hoje começa, justamente, com a troca de informações: desta volta entre um organismo internacional, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Departamento de Polícia Federal. Deram-nos a dica de que um contrabando de drogas poderia embarcar em Santos com destino à Europa.



Começava aí uma operação sem precedentes no Porto de Santos, batizada de Operação “Leão do Mar”, em que atuaram conjuntamente, além da RFB, o DPF, Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, Guarda Portuária, Polícia Militar. Tivemos total apoio do terminal marítimo onde o navio atracou e do armador, dono da embarcação.

Outro ponto importante nas operações é que todos ali são considerados tão somente como servidores. Independentemente do cargo. Trabalham de forma harmônica. O que importa é o sucesso da missão, o bem do país. E assim tem que ser!

O primeiro passo seria monitorar a embarcação até sua chegada. Neste ponto, as instalações do Exército foram fundamentais. Usou-se um forte em que se tinha +-\*visão privilegiada da área de fundeio (onde os navios ficam esperando até o momento de entrarem no porto). O forte, outrora, servira como defesa para entrada do Porto de Santos. Fora até bombardeado na Revolução de 1932.

Ao chegarem ao forte, deparava-se com construções e armamentos históricos, um verdadeiro museu a céu aberto. Mas, como não estavam lá com fins turísticos, ignoravam os itens e seguiam por uma estrada estreita morro acima.

A estrada era cercada por mata nativa, preservada. Diversas árvores, com belas flores cor-de-rosa davam as boas-vindas. Renderiam boas fotos ou belos buquês. Entretanto, o foco era tamanho que passavam despercebidas pelos servidores a caminho de seu posto avançado.

Ao chegarem ao topo da montanha, passavam horas de binóculo em punho, tendo como companhia apenas um antigo canhão, ainda em funcionamento, além de alguns pássaros, curiosos com a movimentação.

Um belo dia e... BINGO! O navio alvo chegara ao local onde ficaria fundeado, aguardando ordem para entrar no porto a fim de descarregar e carregar milhares de contêineres, como acontece diariamente em um terminal alfandegado.



A operação tomava, nesse momento, outro rumo: a parte marítima. A partir daí a palavra-chave seria tecnologia. Uma de nossas embarcações, a Leão Marinho II, foi designada para fazer rondas próximo ao navio. Lado a lado, servidores da RFB e DPF trabalhavam em harmonia total.

Era noite de domingo. Todos estavam exaustos, pois a madrugada chegaria em breve e estavam ali há muitas horas. Nossa embarcação estava parada, com motores desligados e com todas as luzes apagadas, distante um quilômetro do navio. Passava da meia-noite e meia. De repente, ouvem um ruído ao longe. Um motor de barco! Silêncio total. Quase se podia ouvir o bater dos corações dos servidores-tripulantes. O barulho aumenta. - Está vindo para cá, sussurrou um. - É hoje que a “jeripoca vai fumar”! - comemorou outro.

Aqui cabe uma explicação náutica. Em alto mar, à noite, não se enxerga um palmo à frente do nariz. Literalmente. Por isso as modernas lanchas da RFB possuem câmeras especiais. Instalado no topo fica um aparelho composto por três câmeras que podem girar 360 graus em todas as direções. Uma tem lente normal. A segunda, infravermelha e a terceira capta as imagens através do calor. Era esta última a ser utilizada naquele início de madrugada. Outro recurso tecnológico importante do aparelho é que se pode “travar” a câmera em algum ponto e, não importa o balanço ou o movimento da lancha, ela acompanhará o alvo. Temos uma equipe fixa que sai de forma rotineira, o que nos dá uma grande experiência na condução da Leão Marinho.

-Vejam, vejam! Achei! Olhem na tela: um pequeno bote! Está indo para a direção do navio! Finalmente teremos ação!

Pela câmera térmica viu-se perfeitamente que três pessoas estavam no barquinho, chegaram próximo à proa (parte frontal do navio) e acenaram. Logo cordas desceram do convés até eles. Começaram a



amarrar grandes sacolas, que eram imediatamente içadas. Uma delas, ao começar a subir, deu uma leve escorregada e bateu no mar. Observem que em uma operação como esta cada detalhe é importante e este acima foi fundamental. Veremos adiante.

Seria agora que colocariam em prática todos os treinamentos feitos pela RFB e DPF! Armas verificadas. Coletes à prova de balas colocados. Um fez o sinal da cruz e uma breve oração silenciosa, pedindo proteção. Em segundos todos estavam no compartimento blindado da lancha, ligaram-na e saíram em disparada atrás do bote que, após descarregar sua “carga”, ia deixando o local.

Abordagem feita, descobriu-se que os três homens eram originários da Sérvia. Voz de prisão dada, foram conduzidos ao escritório da Polícia. As gravações foram usadas como provas e enviadas à Justiça.

Conduziu-se coercitivamente o navio a um terminal alfandegado do Porto. Começaria, em instantes, a terceira e última parte da Operação.

Enquanto os mais de quinhentos mil habitantes das cidades que fazem parte do complexo portuário santista estavam dormindo, alguns servidores da Receita Federal, Polícia Federal, Guarda Portuária e Polícia Militar estavam a postos aguardando ansiosamente a chegada do navio.

É nessas horas que vemos como as pessoas reagem diferentemente umas das outras em uma mesma situação. Alguns, instintivamente, tomavam posição de liderança. Outros sentavam em uma cadeira ou sofá aguardando ordens para agir e dali não saíam enquanto não tivessem instruções expressas do que fazer. Outro, não parava de tomar café. Mexia o açúcar com tamanha avidez que parecia desenhar a superfície da bebida. Disseram que a certa altura um dos desenhos no copo de café parecia até um coração. Seria esse um indicativo de amor irrestrito à repartição? Ou apenas nervosismo mesmo?



Tinha um mais esfoameado, que de tempos em tempos perguntava quando parariam para comer. Madrugada adentro, começaram a subir a bordo em grupos e iniciar os procedimentos formais da busca aduaneira. Cada milímetro do gigante navio de quase 300 metros de comprimento teria que ser vasculhado.

Começaram pelas cabines dos tripulantes, cozinha, salões, escritórios. Nada. Os primeiros raios de sol da segunda-feira apareciam no horizonte e todos os servidores, verdadeiros heróis nacionais, continuavam firmes e fortes na procura das sacolas. Mais um pouco e houve a troca de turno, pois ninguém é de ferro.

Caro leitor, raciocine comigo: se em nossa casa há milhares de cantos onde as coisas se perdem e se escondem, imagine em um navio grandalhão como este... Cair da noite e alguns funcionários do terminal se aproximam de um contêiner que está no solo, próximo ao navio e aparentam que vão abrir a porta. Estava fechada com cadeado. Um deles está com a chave. Dois servidores assistem à cena e correm para ver do que se trata. Determinam aos funcionários que abram o cofre metálico. Descubrem que ali há somente os garrafões de água que são levados para bordo do navio para os estivadores beberem. Ficam trancados para que não sumam. Com o perdão do trocadilho, foi um “garrafão de água fria” neles, pois acharam que encontrariam alguma coisa escondida ali.

Alguém fala: - Já sei! Colocaram dentro de algum contêiner! É isso!

Outro olha para a quantidade deles e diz, cabisbaixo, que levariam semanas para abrir um a um...

Ainda bem que a tecnologia mais uma vez andava a nosso favor! Como em Santos 100% dos contêineres de importação e os que chegam ou saem vazios são obrigatoriamente escaneados, cada terminal possui pelo menos um escâner de alta precisão. Este não era diferente. Tinha logo dois.



Chamaram o responsável pelo terminal e disseram que iriam descarregar o navio e escanear os contêineres. Após, seriam devolvidos.

Feitos os cálculos, a operação levaria 36 horas. Começaram a baixar contêineres e escaneá-los. Só no convés, eram quase 1000. Tanto o terminal quanto a empresa dona do navio deram apoio absoluto e irrestrito à operação das autoridades governamentais.

Chegávamos à manhã do terceiro dia. Começaram a desconfiar que tivessem jogado as sacolas na água no trajeto do fundeio até o porto. A Polícia chamou mergulhadores que se dirigiram imediatamente ao mar.

Um servidor, embora com larga experiência, resolveu ir sozinho até a quilha do navio. É o lugar mais fundo. Um corredor (túnel) estreito e longo, que corta todo o navio da proa à popa. Visto de fora seria o lugar onde o lado boreste encontra com o bombordo. Visto de dentro é... bem... na verdade... assustador... É necessário se arrastar ou deitar em carrinho e movimentá-lo com ajuda de mãos e pernas. O ar é terrível. Por segurança, é necessário usar um aparelho chamado oxímetro, sob pena de a pessoa desmaiar e até vir a óbito. Requisitos para andar por lá: ser magro e não ter claustrofobia...

Pois bem, o servidor começou a se esgueirar por ali, pois já achara droga em local semelhante no passado. Foi por toda a extensão. Voltou e subiu uma escada. Ao chegar ao topo, viu que a saída estava trancada... Fechou os olhos e pensou: me trancaram aqui dentro... Não tenho escapatória... Lembrou-se da família que estava em casa. Suava... Suava frio... O celular e o rádio não tinham sinal naquele local confinado. Começou a rezar baixinho para não se desesperar ainda mais. As roupas começaram a se encharcar de suor. Sentia medo e calor... O ar já parecia lhe faltar. Melhor sair deste ponto e continuar a história com o que acontecia no convés, do lado de fora, pois eu mesmo já estou ficando sem ar. Aposto que o leitor também...





Alvorço. Latidos. O cão da Guarda Portuária estava a bordo e se estranhou com a roupa de um dos oficiais. Passou a ser o suspeito número um. Ainda mais quando descobriram ser de nacionalidade sérvia. Reviraram pela segunda vez sua cabine, seu escritório, enquanto outro grupo passava a procurar no convés e nos diversos porões.

Da Central de Operações e Vigilância - COV da Alfândega, um terceiro grupo acompanhava a tudo remotamente, inclusive o perímetro do terminal para ver se havia alguma movimentação suspeita. Cada vez mais é imperioso usar a tecnologia. Não há volta.

Buracos escuros, locais abertos. Lugares insalubres, inóspitos... Ainda nada...

Agora que tomamos um pouco de ar, já posso voltar a contar o que acontecia no túnel, com o servidor: sua vida passava rapidamente pela cabeça. Pensava porque tinha entrado ali sem alguém para lhe dar cobertura. Estava até meio tonto, talvez a pressão tivesse baixado. Achou melhor descer novamente a escada, com medo de cair com a tontura. Ao chegar novamente no piso, reparou que havia outra escada alguns metros para trás. Rastejou até lá e viu que, na realidade, era essa a escada por onde tinha entrado mais cedo. A escotilha superior estava aberta. Sentia o ar puro vindo do alto. Mais uma vez fechou os olhos, agradeceu, respirou fundo e, em poucos segundos, estava fora do compartimento.

Neste momento estávamos no meio da tarde do terceiro dia de navio atracado. Alguns já estavam entregando os pontos. Outros encorajavam os companheiros.

Os grupos resolveram revistar os porões novamente. Porão 1: nada. Porão 2: nada... Enquanto isso, os contêineres continuavam a ser escaneados. Mais de 100 tinham passado pelo procedimento. Os três servidores, um da Receita, um da Polícia e um da Guarda Portuária, com o



cachorro saíram do Porão 7 e se dirigiram ao Porão 8. O relógio marcava quase 17 horas. Em breve voltariam para casa.

De repente um detalhe no chão chamou a atenção de um deles: tinha uma parte que estava limpa, sem poeira, sem sujeira. Estranho acontecer em um porão de um navio de carga. Lembraram-se da cena da sacola batendo no mar (aquele detalhe que comentei mais acima, lembra?).

Usou seu rápido raciocínio: a sacola estava molhada. O chão, cheio de poeira, areia, terra... Deve ter formado uma lama e limparam para nos despistar. Com certeza a bolsa passara por ali.

Uma força ressurgiu nos cansados servidores e passaram a olhar em volta por mais alguma pista. Repararam que na parede, havia um tampão. Olharam de perto e parecia que os parafusos que o fechavam tinham sido mexidos há pouco tempo, pois a tinta estava gasta no local. Adrenalina em alta novamente! Puxaram ferramentas e começaram a abrir o tal tampão. Tiraram o primeiro parafuso (atenção-se que estamos em um navio, então não é um parafuso qualquer. Diria que é “O” parafuso). Tiraram mais um, o terceiro e o quarto e forçaram o tampão para tentar abri-lo. Conseguiram puxar alguns milímetros, pois ainda faltavam mais uma meia dúzia. Foi o bastante para o cão de faro ficar como louco e quase pulou no tampão.

Sensação de êxtase! Parece que depois de três dias achariam, finalmente, a droga. Desaparafusaram os que faltavam e viram que ali passava o duto de ventilação do navio.

Por um segundo uma ponta de desânimo passou por eles, pois pensaram que a droga poderia estar em qualquer parte do tal duto. Mas o adestrador do cachorro quase não conseguia segurá-lo, tamanha euforia do animal, que pulava, latia, mexia as patas... Puseram a cabeça para dentro do duto.



Várias sacolas de tamanho grande repousavam calmamente no local. Cento e setenta e dois quilos de cocaína - avaliada em quase quatro milhões de reais - estavam dentro das sacolas. Sucesso absoluto da operação!

Hoje, podemos afirmar, sem medo de errar, que a operação só deu certo em virtude do hercúleo esforço dos servidores durante todos os dias da operação e da cooperação irrestrita entre todas as entidades governamentais, do terminal e do armador do navio na heróica atuação. Parabéns a todos!

E, agora, entendo perfeitamente o que minha mãe sempre me falava quando eu era criança: “Moral da História: a União Faz a Força!”.





# *Segundo Lugar*

## **Mais que um edifício em chamas**

*Ney Roberto Nascimento Cohen*

*SRRF / 2ªRF*

*Lotado na Divic02, responsável pelo acompanhamento da área de atendimento e pela Ouvidoria da 2ª RF. Tomou posse na Receita Federal em 06/02/1986.*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil



## Mais que um edifício em chamas

- Alô?

- Alô! Ney?

- Sim, quem é?

Era um amigo, feirante do Ver-o-Peso, ligando às cinco horas da manhã pra me informar que o edifício do Ministério da Fazenda estava em chamas.

Entrei naquele prédio pela primeira vez no final de 1985 para o curso de formação no cargo de Técnico do Tesouro Nacional (TTN), a primeira turma de muitas que se formariam a partir de então, passando o cargo, alguns anos depois, a se chamar Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil (ATRFB). À época, o Núcleo da Escola de Administração Fazendária no Pará - Nesaf-PA usava as salas do 16º andar, o último do prédio, o que nos dava uma espetacular visão da cidade de Belém, com a imensa Baía do Guajará a frente. Ali começava minha trajetória na Receita Federal, que em 2015 completou 30 anos.

O incêndio começou na noite de 26 de agosto de 2012, um domingo, quando não havia ninguém no prédio, a não ser os dois vigilantes habituais, que somente foram se dar conta do que estava ocorrendo quando receberam a ligação do morador de um apartamento do edifício vizinho, avisando que havia muita fumaça numa das salas do oitavo andar. Infelizmente, já não havia muito que eles pudessem fazer.



A partir de 06 de fevereiro de 1986, data em que efetivamente tomei posse como servidor da Receita Federal, o prédio foi se tornando, pouco a pouco, minha segunda casa, como já era a segunda casa de muitos colegas que passavam a maior parte de suas vidas ali dentro, pois chegavam muito cedo, tomavam café, lanchavam e almoçavam em suas dependências, que durante muitos anos abrigou uma lanchonete no 14º andar e um restaurante no 16º, na mesma sala onde antes fiz as provas do curso de formação e que depois viria a ser o salão do restaurante montado e administrado pela Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - Assefaz, que instalara naquele andar sua sede administrativa. Mais tarde, a estrutura da Assefaz foi desmontada, inclusive a lanchonete e o restaurante, uma vez que não havia respaldo legal para sua permanência ali, assim como a continuidade da exploração comercial daquela área. Isso trouxe certo transtorno para muitos servidores que, como eu, já haviam se habituado a lanchar e fazer suas refeições dentro do prédio.

O Mercado do Ver-o-Peso, maior feira livre da América Latina e principal ponto turístico de Belém, está situado em área vizinha ao edifício do Ministério da Fazenda, a não mais de 300 metros de distância, onde eu e outros colegas costumávamos tomar café e, por vezes, almoçar um bom pirarucu frito com açaí. Assim, fizemos amizade com alguns feirantes, entre eles esse que tomou a liberdade de me ligar na madrugada para me informar da tragédia. Do seu box na feira, era possível visualizar o incêndio, que já durava algumas horas e já consumira praticamente todos os andares superiores do prédio. À noite, a visão daquele fogaréu para os feirantes do Ver-o-Peso, ou para quaisquer outros que por ali estivessem, deve ter sido ao mesmo tempo aterradora, considerando sua dimensão gigantesca, e deslumbrante, pelo crepitar das chamas como de uma enorme fogueira de São João. O fato é que todos sabiam que dificilmente haveria vítimas, por ser uma madrugada de segunda-feira e a construção ficar isolada em um pequeno quarteirão às margens da principal avenida





do centro da cidade, a Av. Presidente Vargas, uma via larga e repleta de majestosas mangueiras.

Vários órgãos que compõem a estrutura organizacional do Ministério da Fazenda no Pará estavam ali instalados, além de outros órgãos federais. A Receita ocupava a maior parte da área. Eram sete andares completos somados a boa parte do térreo onde funcionava o Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC e uma grande sala do oitavo andar, em que estava instalado o Centro Regional de Serviço - CRS. Entre o terceiro andar e o quinto funcionava a Delegacia da Receita Federal de Belém, entre o décimo e o décimo segundo funcionava a Superintendência da 2ª RF e no 16º andar estava a Delegacia de Julgamento. A Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda - SAMF ocupava o 6º e o 14º andares, além de parte do 8º andar. A Agência Brasileira de Inteligência - ABIN estava acomodada no 13º andar e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN estava instalada no 7º andar.

Quando os bombeiros chegaram o incêndio ainda não havia tomado as proporções dantescas que faria do prédio, inaugurado em 1974, com suas imensas colunas e vigas aparentes revestidas de mármore, uma enorme mancha acinzentada na paisagem da cidade, mas ainda assim não conseguiram debelar as chamas, que com o vento constante que soprava da baía se alastrou rapidamente pelos oito andares superiores, consumindo toda a estrutura dos pisos feitos de madeira e revestidos de tábuas corridas, as divisórias em pranchas de fibra de madeira, os forros em estrutura de aço, as janelas com vidros duplos e venezianas embutidas, armários, mesas, cadeiras, computadores e tudo mais que não tinha a consistência de vigas e colunas de concreto armado, únicos elementos do edifício a enfrentar a ferocidade abrasadora do fogo e se manterem intactos. Chamuscados, porém estruturalmente intactos. O laudo dos bombeiros indicou que a causa do incêndio foi uma pane em dois nobreaks que funcionavam no 8º andar - nas salas de informática da Receita Federal.



O terreno para construção do edifício do Ministério da Fazenda foi cedido pela Companhia das Docas do Pará - CDP, que tem sua sede administrativa alojada numa construção histórica vizinha ao terreno doado, no bairro da Campina, área central de Belém. Conforme atendimento ao ofício encaminhado, em 22/01/1971, pelo Superintendente Regional da Receita Federal da 2ª Região Fiscal, Sr. Clóvis de Almeida Mácola. A pedra fundamental foi colocada no dia 17/01/1972, em solenidade com a presença de várias autoridades administrativas, políticas e religiosas. A cessão do terreno foi condicionada à construção por parte da Receita Federal de uma garagem para os veículos da CDP, condição esta posteriormente contestada e, com o passar dos anos, esquecida, tanto por parte das autoridades fazendárias da época quanto pela CDP. A garagem foi realmente construída, mas sempre serviu exclusivamente para abrigar os veículos oficiais do Ministério e de seus funcionários. Estas informações constam do trabalho de pesquisa do colega ATRFB Josué Pinto de Oliveira, que foi transformado em um pequeno livreto editado pela Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda - GRA-PA em homenagem à passagem do bicentenário do Ministério em 2008. Outra curiosidade é que a garagem também servia para a realização das festas juninas promovidas pela Administração do prédio em conjunto com os sindicatos de servidores. E no segundo domingo de outubro era aberta para que os colegas devotos de Nossa Senhora pudessem dali assistir à passagem do Círio de Nazaré.

Após o telefonema, levantei e fui ver, já tomado por um certo ar de melancolia, a minha segunda casa se acabando no fogo. Ainda havia muita fumaça saindo dos andares mais altos, vidros das janelas desabando e muitos papéis bailando ao vento e se espalhando pelas ruas e praças ao redor. Não eram somente papéis de trabalho, folhas de processos, anotações de serviço, restos de relatórios. Havia também fotos, páginas de livros, anotações pessoais, poemas e outros escritos, coisas que



guardávamos em nossas gavetas e que, por mais que a moderna administração diga serem indevidas em ambiente de trabalho, muitos de nós não conseguimos desassociar das coisas do trabalho, afinal é a nossa segunda casa, ou não é? É onde passamos mais que as horas contratuais, é onde temos boas relações de amizade e é onde, em alguns casos, encontramos nossa(o) parceira(o) de uma vida inteira.

Nos primeiros dias, os servidores foram sendo alojados em salas do Convento dos Mercedários, construção do século 17 e que já foi tema do livro de Eugênio Ferraz “Convento dos Mercedários de Belém do Pará: Breve Histórico e Registro de sua Recuperação”. Ali funciona a Alfândega do Porto de Belém, além da Escola de Administração Fazendária - ESAF e da Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU. Outros colegas foram para o Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, que cedeu algumas salas de seu prédio localizado na Av. Perimetral. Aqueles que tinham notebooks fornecidos pela RFB, ficaram trabalhando a maior parte de seu tempo em casa. Essa separação fez com que perdêssemos contato com colegas que víamos cotidianamente nos corredores do prédio, nos elevadores, na portaria, colegas com quem mantínhamos boas relações no dia a dia, com quem trocávamos informações úteis para o nosso trabalho, mas também palavras de carinho e de companheirismo. Mesmo depois que os órgãos firmaram seus contratos de aluguéis e conseguiram reunir seus servidores, esse laço continuou rompido, já que os anos de convivência comum formaram amizades intraórgãos que então se encontravam fisicamente distantes. Essa é uma dimensão da tragédia que não se consegue medir em números.

A construção de um novo prédio já está em andamento em uma área próxima ao Aeroporto e daqui a alguns anos vai voltar a reunir os diversos órgãos que compõem o Ministério da Fazenda, mas é claro que não vai mais reunir a turma que viu a inauguração do primeiro edifício-sede e talvez



somente alguns daqueles que entraram comigo no prédio pela primeira vez no final de 1985. Não haverá mais a vista do pôr do sol na Baía do Guajará, nem os almoços no Ver-o-Peso. Os encontros de colegas nos fins de tarde das sextas-feiras para um bate papo molhado em um dos vários botecos boêmios da Campina ficarão na saudade, assim como ficará um pouco mais complicado para os contribuintes que moram no Marajó e aportam no cais às proximidades do antigo prédio encontrarem o novo endereço. O estacionamento provavelmente será mais amplo e talvez as festas de São João voltem a ser realizadas ali, mas uma coisa é certa, não se terá mais a vista do Círio de Nazaré.



Vista do 12º andar do Edifício-Sede do MF  
Em primeiro plano o prédio da Companhia das Docas do Pará (CDP)  
e ao fundo a Baía do Guajará (Foto: Ney Cohen - 2006)



## *Terceiro Lugar*

### **A história do Sisam como a vivi**

*Jorge Eduardo de Schoucair Jambeiro Filho*

*DRF-Barueri/SP*

*Engenheiro de computação e doutor em inteligência artificial (IA) pela Unicamp. Ingressou na RFB em 1997. Trabalhou na Alfândega do Porto de Salvador até 2006 quando foi transferido para Alfândega do Aeroporto de Viracopos para se tornar coordenador de IA no projeto Harpia, em parceria com a Unicamp e com o ITA. Desenvolveu funções de IA, no projeto Contágil e se tornou coordenador de IA no projeto Sisam, pelo qual ganhou o prêmio Criatividade e Inovação da RFB em 2015.*





## A História do Sisam como a vivi - Parte 1

A ideia de fazer um programa como o Sistema de Inteligência de Seleção por Aprendizagem de Máquina - Sisam, ocorreu-me, pela primeira vez em 1997, assim que fui apresentado ao Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex no curso de formação de Auditores Fiscais do Tesouro Nacional - AFTN. O Sistema de canais verde, amarelo e vermelho, aliado ao registro eletrônico das Declarações de Importação - DI e de suas retificações criava o ambiente perfeito para aplicação de aprendizado de máquina. Ao ser convocado pela Receita Federal eu interrompera um mestrado na Unicamp neste assunto.

Antes mesmo de tomar posse como AFTN, procurei o então Superintendente da 5ª Região Fiscal, Adalto Lacerda da Silva, expliquei o que pretendia fazer e pedi para ser deslocado do trabalho usual de um auditor da área aduaneira para alguma projeção da Coordenação de Tecnologia da Receita Federal. Ele me disse que via com simpatia minha proposta, mas que nada poderia fazer imediatamente. Disse também que, se eu tivesse paciência, acabaria conseguindo fazer o que queria. Sua previsão acabou se mostrando correta, quando 17 anos depois o Sisam entrou em funcionamento.

Minha primeira função na Receita Federal foi fazer a recepção de documentos para Despacho Aduaneiro na Alfândega do Porto de Salvador - ALFSDR. Nesta atribuição, que não existe mais, era preciso fazer uma checagem superficial de todas as DIs não verdes da Alfândega antes que fossem distribuídas para um fiscal específico. Seu maior



consumo de tempo vinha do entra e sai nos módulos do Siscomex “cara amarela”.

Vi que o Siscomex armazenava as DIs em meu computador em um arquivo do tipo “mdb”, que podia ser acessado com uma macro em uma linguagem que estava disponível no pacote de softwares que a Receita usava na época. Fiz um programa que acessava várias DIs de uma vez e mostrava só o que eu precisava para a recepção de documentos. Com a economia de tempo gerada, daria até para implementar alguma coisa mais sofisticada.

Embora eu estivesse muito longe de conhecer este nome, meu objetivo já era fazer o Sisam. Porém, como eu não tinha acesso aos dados centrais para fazer aprendizado de máquina, parti para um sistema especialista que é uma inteligência artificial, cujo conhecimento é inserido explicitamente por pessoas. Usando um compilador de C++ que eu mesmo havia comprado fiz um sistema que chamei de Siscomex++.

Ele oferecia uma interface muito melhor que o “cara amarela” para fazer conferência documental de DIs e permitia que os fiscais registrassem alertas associados a vários atributos como importadores, NCMs, países de origem, despachantes, expressões na descrição da mercadoria e vários outros, incluindo combinações livres. O Siscomex++ guardava tudo em um servidor de banco de dados que instalei em um dos servidores da ALFSDR e diante de uma nova DI, tentava reconhecer contextos iguais ou pelo menos semelhantes aos que haviam sido registrados para emitir alertas a quem estivesse conferindo a DI.

Para ir além disto, eu precisava de mais dados. Não existia ADA-Explorer ou DW, mas havia um sistema chamado Lince, que através do módulo “cara preta” do Siscomex, trazia informações bastante úteis. Sua interface exigia a navegação por centenas de telas para que se montasse uma planilha razoável. Fiz um sistema que simulava um usuário acessando





telas no “cara preta” em velocidade. Ele recuperava em poucas horas o que normalmente demoraria uma semana e entregava uma planilha montada para o usuário.

O Extrator Lince simulava um usuário humano para obter dados e era o que hoje se costuma chamar de “robô”. Eu pensava que usando robôs, eu conseguiria os dados necessários para fazer o que planejava desde o início, sem imaginar que esta forma de automação de tarefas repetitivas e chatas acabaria se tornando foco de uma polêmica de mais de uma década.

Mostrei o Siscomex++ e o extrator Lince em um seminário que ocorreu em Salvador e depois na Coordenação-Geral de Administração Aduaneira - Coana para uma audiência que incluiu a então coordenadora Clecy Lionço. As reações foram muito boas.

O Siscomex++ tinha o grande empecilho de precisar de um servidor de banco de dados e dependia de oficialidade para ser instalado fora da ALFSDR, mas o Extrator Lince se espalhou pelo Brasil todo. Os usuários adoravam e eu achava que seria só uma questão de tempo até a Receita encampar mais do desenvolvimento que estava fazendo. Ao invés disto, os robôs foram proibidos.

Com a reação dos usuários que se opuseram a proibição e com o forte apoio da Coana, o Extrator Lince foi autorizado até que extratores oficiais estivessem disponíveis, coisa que acabou ocorrendo com o ADA-Explorer. Fiquei, no entanto proibido, de desenvolver outras coisas e o Inspetor do Porto de Salvador, Manuel Eustáquio (que sempre me apoiou), recebeu instruções explícitas para não me deixar violar a regra. Meu compilador teve que ser retirado de minha máquina, assim como o banco de dados do servidor da alfândega. O Siscomex++ morreu.

Mais de treze anos depois, outra pessoa fez um sistema que também permite que sejam cadastrados alertas associados a vários atributos e os apresenta no momento da conferência das DIs em uma interface muito



melhor que a do Siscomex. Este sistema é conhecido por todos na aduana hoje em dia e, como descreverei a frente, acabou tendo um papel crucial na implantação do Sisam. Seu nome é Aniita.

Não havia mais como fazer desenvolvimento por minha própria conta, mas havia um mecanismo oficial que permitia licenças remuneradas para pós-graduação, caso fosse demonstrado o interesse da Receita Federal no tema. Infelizmente, só podia usufruir deste recurso quem tivesse pelo menos cinco anos de casa. Isto me deixou de molho uns dois anos. Nunca entendi porque uma coisa que é do interesse da instituição devesse esperar um único dia que fosse.

Quando completei cinco anos como auditor, entrei com um processo me candidatando a licença para pós-graduação e outro processo solicitando uma massa de dados do Siscomex para fazer testes. Com concordância e apoio de Manuel e Adalto, que perderiam um funcionário sob sua gestão, e com grande suporte da Coana e, principalmente, de seu coordenador, Ronaldo Medina, minha licença foi aprovada.

Retomei o mestrado na Unicamp com o mesmo orientador, Jacques Wainer, que me aceitou de volta com foco em desenvolver algum mecanismo que representasse um avanço técnico que servisse para selecionar declarações de importação para conferência.

Fui contatado por uma pessoa da Coana que até então eu não conhecia e que estava avaliando meu pedido de dados para testes. Tratava-se de Antonella Lanna, uma máquina de guerra na defesa da RFB, que futuramente seria coordenadora-geral do projeto Harpia. Ela me disse que outro fiscal, Marcos Cardoso Ferreira estava completando um mestrado com o mesmo tema no ITA (pois é, havia alguém na minha frente). Disse também que ela pretendia formar um grupo para desenvolver inteligência artificial na Receita Federal em maior escala e me chamou para participar. Eu aceitei.



Em um semestre completei as matérias do mestrado e pedi renovação da licença para fazer a tese e o sistema que a acompanharia. O pedido, para minha surpresa foi negado. A licença só cobre as matérias e não a tese, coisa que não faz nenhum sentido. Porém, Antonella havia começado a montar um grande projeto, o Harpia, que envolvia um convênio para pesquisa em Inteligência Artificial (IA), inicialmente com o ITA e depois também com a Unicamp. Participando do convênio meu trabalho passou a ser pesquisa em IA e eu não precisava mais de licença.

Além de mim e de Marcos Cardoso, também estavam no grupo que Antonella formou para o Harpia, Rogério Tsufa e Otávio Martins. Tornei-me coordenador de IA no Harpia e estive à frente de várias pesquisas excelentes envolvendo a Unicamp e o ITA. Em primeiro lugar, veio o problema que se tornou tema de minha tese. Marcos havia mostrado na tese dele que, com relação à parametrizada do Siscomex, era possível ter um grande ganho usando aprendizado de máquina na seleção de DIs para conferência no despacho, mas havia também identificado o maior obstáculo ao aumento do desempenho das técnicas deste ramo no problema em questão: a presença de atributos de alta cardinalidade. Estes atributos são aqueles que podem assumir uma grande gama de valores nominais distintos, como o identificador de um importador que tinha cerca de 20.000 valores distintos na base de testes, a NCM com 10.000 valores, os países e as URFs com mais de uma centena cada um. Estes atributos, quando combinados, subdividem rapidamente a base de dados e agravam um problema que permeia todo aprendizado estatístico: o superajuste. Quando incorre em superajuste, uma inteligência artificial perde a capacidade de generalização e acerta muito quando testada sobre dados que já viu, mas se sai muito mal quando os exemplos testados são totalmente novos. É como se ela decorasse ao invés de entender.

Marcos fez um levantamento bibliográfico extenso e constatou que a melhor maneira de tratar estes atributos era combiná-los através de



operadores que não tentassem capturar interações não lineares entre eles, sendo o mais recomendado aquele que é conhecido como Noisy-OR. O Noisy-OR já trazia um belo ganho com relação à seleção parametrizada, mas jogar fora as interações não lineares ainda era um ponto fraco. Desenvolver uma técnica que capturasse interações não lineares entre atributos de alta cardinalidade sem incorrer em superajuste tornou-se meu tema de tese.

Com uma estratégia que combinava os atributos hierarquicamente, que chamei de HPB, realmente consegui atingir meu objetivo. Apresentei esta técnica na International Joint Conference of Artificial Intelligence, que ocorreu em Hyderabad, Índia em 2007. Além de participar da conferência, na Índia, tive uma dor de barriga sem similar nacional e me espantei quando o médico que veio me socorrer no hotel cobrou apenas 10 dólares para me salvar de uma morte certa por desidratação.

Lá também experimentei um trânsito que inclui trechos onde carros passam de frente para você pela esquerda e pela direita ao mesmo tempo e me apavorei quando meu carro foi parado por uma turba que gritava alguma coisa em um dialeto local contra o meu guia. Não sei se o problema era de religião, de castas sociais ou de disputa por turistas, mas o guia acabou tomando uns tapas de um sujeito gigantesco que estava a frente do bando. Também chutaram o veículo e cuspiram tanto nos vidros que não dava mais para ver nada. Felizmente ninguém me arrancou do carro e o motorista acabou conseguindo resgatar o guia.

Depois disto, o HPB foi publicado no Journal of Machine Learning, tendo sido então aceito tanto pela principal conferência quanto pelo mais importante periódico da Inteligência Artificial. O HPB duplicou os ganhos do Noisy-OR na detecção de erros de classificação fiscal e levou a Unicamp a converter meu mestrado em doutorado.



No Harpia, em paralelo, correu uma pesquisa sobre casamento inexato de objetos que começou no ITA e acabou na Unicamp. As primeiras tentativas usando noções de distância entre cadeias de caracteres falharam redondamente diante dos nomes de intervenientes estrangeiros que queríamos tratar para fazer um cadastro. Considerações fonéticas e várias tentativas de melhorar a noção de distância entre dois nomes em nada melhoraram o desempenho.

A solução decorreu da percepção de que dois nomes parecidos não têm que representar a mesma coisa se ambos forem críveis como representantes de entidades independentes. O uso de um modelo probabilístico completo ao invés de simples medidas de distância resolveu o problema viabilizando o Cadastro de Intervenientes Estrangeiros do Harpia e adentrando o Catálogo de Produtos. Hoje, além de no próprio Sisam, esta técnica é empregada na fiscalização de folhas de pagamento do Contágil.

Uma outra pesquisa interessante, realizada no ITA, foi a que incorporou o efeito da existência de estoques a modelos de séries temporais que já consideravam média histórica, tendências de crescimento e variações sazonais. O efeito do estoque é crucial para que se entenda a variação das importações de empresas individuais ao longo do tempo. Lá também foi construído um módulo de visualização de grafos de relacionamentos, o GRAREL, que veio a ser usado pela RFB até que o Contágil incorporasse esta função.

Também no ITA foi feita uma pesquisa sobre uso de lógica fuzzy na construção de sistemas especialistas para avaliação do risco de vários tipos de operações de interesse da RFB. Este sistema chamava-se Harpia Tree. Na Unicamp foi desenvolvido um mecanismo para dedução automática dos índices mais eficientes a serem criados em um banco de dados de acordo com as regras fuzzy criadas por fiscais usando o Harpia



Tree, feito no ITA. Isto era essencial para que fosse possível alterar as regras nos sistemas especialistas sem ter que acionar um gerente de banco de dados.

Muitos outros testes e desenvolvimentos visando à aplicação de adaptação de técnicas de IA em diversas frentes de interesse da RFB foram feitos. O Harpia foi realmente um projeto de grande riqueza. Provavelmente a última pesquisa interessante em IA no Harpia foi a que criou um novo operador de lógica fuzzy. Este operador, além de ter satisfeito um grupo de fiscais em testes onde outros operadores fuzzy haviam falhado, tinha a propriedade matemática única de permitir a inferência direta de distribuições de probabilidade equivalentes as funções fuzzy especificadas pelos fiscais. Esta habilidade permitia usar um sistema especialista feito no Harpia Tree criado no ITA como ponto de partida e prosseguir fazendo aprendizado de máquina da forma com que estava sendo feito na Unicamp. Este avanço tecnológico, assim como vários outros, merecia uma publicação científica que acabou nunca acontecendo.

O Harpia tinha um escopo grande e a efetiva implantação dos módulos de inteligência artificial se daria apenas depois de uma complexa camada de acesso uniformizado a bancos de dados, comunicação, autenticação, transação, logs e integração com sistemas legados, além de novas captações de dados, extensas melhorias na interface com usuários, reestruturação de processos de trabalho humano e até mudanças na legislação. Em termos de fatores de atraso, somava-se a isto a interposição de aplicações emergenciais como o Remessa Expressa e o RTU que eram cruciais para administração da Receita mesmo não estando no âmago da proposta do Harpia.

A demora em colocar a proposta inicial em funcionamento preocupava a todos no Harpia, mas a administração da RFB, principalmente a Coana, estava firme em sua consciência de que os atrasos



eram justificados e que deveríamos prosseguir de acordo com os cronogramas atualizados completos. Sabíamos que, uma vez que chegássemos ao fim, este caminho longo maximizaria o benefício final.

Um problema burocrático era outra fonte de preocupação. Diferentemente do que ocorreu no início do projeto, agora se interpretava que o Harpia estava sujeito a uma legislação que diz que em qualquer convênio entre o governo federal e o governo de um estado, o estado precisa entrar com pelo menos 20% da verba (caso de um estado como São Paulo). Sendo a Unicamp uma universidade estadual, ela teria que entrar com esta parte. Porém, obviamente, a universidade não via o menor sentido em pagar para desenvolver sistemas para RFB e a relação entre as partes se complicou.

Em um projeto daquele tamanho, havia, claro, várias dificuldades e divergências técnicas. Em um dado momento, por exemplo, foi decidido que não poderíamos usar o servidor de aplicações livre (JBoss) e teríamos que migrar muita coisa para o OAS da Oracle, um grande atraso. Pior do que a mudança repentina foi o fato de que Marcos avaliou o OAS, concluiu que não era satisfatório. Ele estava tão correto que a própria Oracle descontinuou o produto, mas na época não houve como ganhar esta batalha.

Muito acima da esfera do Harpia ocorreu um fato desastroso para o projeto. O então Secretário da RFB, Jorge Rachid, foi substituído e com ele toda a administração da RFB. A nova administração não concordava com o escopo do Harpia e trazia na bagagem o conhecimento de uma experiência mal sucedida envolvendo um convênio para desenvolvimento de IA ocorrido no âmbito da Previdência Social, que naquela época já havia sido fundida à Receita Federal.

Com a dificuldade burocrática que já existia e a relação ruim com a administração nova, Antonella deixou o Harpia. Em seu lugar, sob uma



chuva de meteoros que claramente já anunciava o fim do convênio, Rogério Tsufa assumiu. Ele defendeu o projeto e argumentou que estava tudo de acordo com o combinado com a administração anterior e tentou reestruturar as metas conforme a orientação da Coana, mas, mesmo após várias reuniões entre a Receita, a Unicamp e o ITA, a verba do convênio parou de ser liberada.

Não havia jeito. Sem dinheiro foi preciso dar aviso prévio a todos os que eram contratados via CLT e avisar aos muitos bolsistas que o convênio acabaria. Como não houve nenhuma ordem oficial para terminar o projeto, tememos até sermos responsabilizados. Rogério conseguiu evitar esta acusação, mas não teve como fazer a verba sair. O convênio ruiu. A culpa por seu fim não recaiu sobre nenhum de nós, mas a responsabilidade por sua condução ainda seria apurada em uma extensa auditoria.

Neste período de encerramento do Harpia, elaborei um projeto com escopo bem mais enxuto para salvar sua parte central. O sistema descrito no projeto se focava apenas em erros de classificação fiscal e tinha a mesma base da proposta que havia feito para minha dispensa para pós-graduação. Ele trabalharia sobre a infraestrutura já existente na RFB e minimizaria a interface com sistemas dentro do Serpro. Esta interface havia sido a maior causadora de dificuldades técnicas no Harpia.

Chamei o sistema de Mecanismo de Detecção de Erros de Classificação (MDEC) e o enviei para Rodrigo Ferri na Coana. Rodrigo apresentou o projeto a administração e fez sua defesa, mas ele só viria a se transformar no Sisam quase um ano depois.

Antes disso, enquanto o Harpia passava por excruciantes procedimentos de auditoria dentro e fora do escopo da RFB, envolvendo o Serpro e a CGU, fui convidado por Gustavo Figueiredo para trabalhar no Contágil. O Contágil como todos sabem é um projeto de impacto





fantástico e Gustavo é, em minha opinião, o funcionário mais produtivo da RFB inteira. Aceitei o convite com o objetivo de fazer um mecanismo semelhante ao MDEC para ser usado na detecção de erros em Códigos de Operação Fiscal em notas fiscais. Estes códigos são relevantes na concessão de créditos de PIS e Cofins. Implementei este mecanismo no Contágil com o nome de MDECNF. Ele é uma versão diminuída do Sisam, tendo, por exemplo, uma base de conhecimento centenas de vezes menor. Eu espero que o MDECNF ainda evolua e se torne tão bom quanto o Sisam. Continuei trabalhando no Contágil até ocorrer uma nova mudança na administração da RFB.

Neste mesmo tempo, Marcos, Rogério, Pedro Oliveira e Fernando Sene, estes dois últimos, fiscais da Receita que haviam entrado no Harpia após seu início, implantaram o Remessa Expressa, sistema desenvolvido no Harpia que não dependia de toda a infraestrutura que ele previa e gerenciaram sua absorção pelo Serpro. O Remessa Expressa hoje está sendo estendido para todas as Remessas Postais. Rogério e Fernando continuam tendo um papel crucial em sua evolução. Pedro se tornou a figura central na implementação de toda a infraestrutura do Sisam.

Estávamos em 2010 e, a esta altura, pela evolução das auditorias, já se podia concluir que o Harpia fizera e documentara tudo que deveria fazer de acordo com os cronogramas estabelecidos pela administração da Receita. Havia pesquisa científica relevante e havia sido produzida tecnologia nova de interesse direto à RFB. Havia mais de uma dezena de aplicações e elas, ou estavam prontas, ou se encontravam no estágio de desenvolvimento correspondente a seu cronograma. O Harpia havia mesmo sido o que prometera e tinha que ser.

Eu fui chamado em Brasília por Rodrigo, que havia mostrado o MDEC ao novo Coordenador da Coana, José Barroso Tostes Neto. Tostes me perguntou se seria realmente possível recuperar a tecnologia do



Harpia sem o convênio. Eu respondi que tinha tudo na cabeça e que com a redução de escopo seria possível implementar um sistema inicial que trataria erros de classificação fiscal e de país origem em menos de um ano usando uma equipe de fiscais remanescentes do Harpia. Eu, Marcos, Rogério e Pedro. A esta equipe, ainda seriam acrescentados Anderson Lhoret, Giulio Rechia e Joeldo Holanda. Rodrigo ficou como coordenador.

Com o apoio de Tostes apresentamos o projeto para o Secretário da RFB, Otacílio Cartaxo, para a coordenadora de tecnologia da Receita, Cláudia Andrade e toda a administração da RFB. Em nossa proposta, usaríamos máquinas remanescentes do Harpia e recuperaríamos os dados necessários usando robôs.

Os robôs não foram autorizados, mas ficou acertado que seriam feitas demandas ao Serpro para que o Siscomex passasse a enviar os dados diretamente ao nosso sistema, que passou a se chamar Sisam. A Cotec também ofereceu uma alternativa muito melhor que usar máquinas legadas do Harpia: rodar o Sisam no datacenter da Receita que já estava hospedando o Contágil. Lá havia mais memória, mais capacidade de processamento, mais estabilidade e comunicação muito mais rápida com o Siscomex e com todas as unidades da RFB. Otacílio Cartaxo aprovou o início oficial do Sisam.



## A História do Sisam como a vivi - Parte 2

*Jorge Eduardo de Schoucair Jambeiro Filho*

*DRF/Barueri/SP*

*Engenheiro de computação e doutor em inteligência artificial (IA) pela Unicamp. Ingressou na RFB em 1997. Trabalhou na Alfândega do Porto de Salvador até 2006 quando foi transferido para Alfândega do Aeroporto de Viracopos para se tornar coordenador de IA no projeto Harpia, em parceria com a Unicamp e com o ITA. Desenvolveu funções de IA, no projeto Contágil e se tornou coordenador de IA no projeto Sisam, pelo qual ganhou o prêmio Criatividade e Inovação da RFB em 2015.*

Eu fiz a Inteligência Artificial correspondente ao escopo da proposta original do Sisam dentro do prazo pré-estabelecido, mas a demanda de comunicação automática com o Siscomex não ficou pronta. Além disso, todos os outros membros da equipe foram deslocados para complementação e implantação de outro sistema oriundo do Harpia e que fez parte de um acordo entre os governos da Brasil e do Paraguai, o RTU, atrasando o Sisam.

Neste tempo, a administração mudou novamente, mas felizmente o novo Secretário da RFB, Carlos Barreto, era alguém que havia dado apoio ao Harpia desde seu início, quando era secretário adjunto. O novo subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Ernani Checcucci também era um antigo aliado do Harpia. Graças a estas pessoas, o projeto passou pela mudança sem qualquer abalo.



Com o atraso na parte de infraestrutura, sobrou tempo para mim e o escopo da inteligência artificial (IA) foi aumentado. Passamos a tratar também erros em alíquotas em todos os tributos incidentes na importação: II, IPI, PIS, COFINS e Antidumping. Além de estes erros serem afetados pela NCM e pelo país origem, são também impactados por exceções da TEC, Ex-tarifários, Regimes Tributários, Acordos Tarifários e fundamentos legais, aumentando bastante a quantidade de modelos probabilísticos no Sisam.

Além de ser uma grande tarefa por si só, os novos modelos criaram uma forte pressão sobre a capacidade de processamento e a memória exigindo que o Sisam passasse por otimizações agressivas e tivesse seu próprio sistema de gerenciamento de memória e swap para disco.

O RTU foi implantado e a equipe original voltou ao Sisam em 2012. As demandas ao Serpro, no entanto, permaneciam sem serem atendidas e, pior, passou a prevalecer a ideia de que o datacenter não era seguro o suficiente e o Sisam só poderia funcionar em um ambiente de hospedagem alugado junto ao Serpro. Este ambiente só ficaria disponível em 2014.

Cansado, Rodrigo Ferri acabou deixando o Sisam e foi substituído por outro membro da Coana, William Freud Araújo. William também viria a sair do projeto, mas não sem antes cumprir a promessa de colocar o Sisam em produção. Hoje é Gustavo Arvid quem assume os desafios.

Neste ínterim, outro auditor da Receita, Gustavo Lacerda apresentou um novo sistema à Coana, o Aniita. Tratava-se de uma aplicação que funcionava no computador do usuário e precisava apenas de um banco de dados central que Gustavo havia instalado na Delegacia de Uruguaiana. Ele oferecia uma boa interface aos usuários e a possibilidade de cadastro de alertas associados a vários atributos presentes na DI. Sua estrutura se assemelhava ao meu antigo Siscomex + +, porém usando uma



tecnologia bem mais moderna, incluindo Java, MySQL e Google Maps, entre outros recursos. Além disso, ele se focava no pré-despacho, que nem existia na época do Siscomex++. O Aniita também se beneficiava da potência dos computadores e da velocidade das redes que eram muito superiores as da época do Siscomex++. O servidor em Uruguaiana conseguia atender a usuários em muitas unidades da Receita Federal espalhadas por todo o Brasil. Isso permitiu ao Aniita obter uma forte base de usuários. Ele era excelente e já estava funcionando enquanto o Sisam continuava pendente. Gustavo Lacerda (não confundir com Gustavo Figueiredo do Contágil, nem com Gustavo Arvid da Coana) é um auditor jovem, competente e corajoso que muito deverá fazer pela RFB. Ele foi transferido para o Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros - Cerad, no Rio de Janeiro e já tem uma fila de desenvolvimentos importantes para fazer até a aposentadoria.

Contudo, nem tudo eram flores para o Aniita. Ele recuperava dados por um mecanismo que foi considerado um robô e ficou sem autorização para continuar sendo distribuído. Gustavo Lacerda era um só e não tinha condição de atender a todas as exigências técnicas e burocráticas necessárias para institucionalização do Aniita. O Sisam, por outro lado, tinha uma equipe forte. Esta equipe integrou o Aniita ao Contágil e trabalhou para conseguir autorização para utilização do mecanismo de recuperação de dados do Aniita até que ele pudesse ser substituído por outra via de acesso, que começou logo a ser providenciada.

A institucionalização do Aniita teve um efeito colateral decisivo para o Sisam, que podia receber dados do Aniita e entrar em funcionamento básico, mesmo sem que a demanda de comunicação com o Siscomex tivesse sido entregue.

Antes que isto pudesse ocorrer, a portaria original do Sisam expirou e devido a um processo de mudança nas regras relativas ao



trabalho remoto não foi renovada imediatamente. As URFs de lotação dos membros da equipe do Sisam começaram a clamar por seus funcionários, visto que nós passamos a ser contabilizados como membros ativos em seus quadros para fins de computação de metas.

O Sisam ficou por um fio. Não havia reunião com a Coana em que não se manifestasse preocupação com a possibilidade de cancelamento. Tudo poderia ir por água abaixo, como ocorrera com o Harpia.

O subsecretário Ernani entrou no circuito e conseguiu negociar a manutenção de parte da equipe com os chefes das unidades e com os superintendentes das regiões fiscais envolvidas. Eu, em particular, tive a sorte de ter total apoio do Inspetor de Viracopos, Antônio Leal. Também tivemos ajuda da superintendência da 8ª região, onde contamos com muito apoio do superintendente adjunto Marcos Fernando Siqueira. Mesmo assim, ficamos sem Pedro, Anderson e Giulio e o desenvolvimento da infraestrutura do Sisam parou novamente, atrasando a implantação. Como já havia ocorrido antes, eu ganhei mais tempo para melhorar a IA.

Desta vez, além de fazer as taxas de acerto subirem em testes estatísticos, dotei o Sisam da capacidade de atuar como um assistente dos fiscais do pré-despacho e do despacho. O Sisam havia sido concebido inicialmente apenas para tomar decisões automáticas. Pode ser surpreendente, mas da forma com que o Sisam funciona é mais fácil decidir sozinho do que atuar em conjunto com um fiscal.

A diferença é que, quando decide sozinho, o sistema só precisa ganhar na média e do método automático anteriormente existente, a seleção parametrizada. O Sisam fazia isso com folga desde sua primeira versão. Porém, para interagir com pessoas não interessa apenas a média. Cada caso acaba sendo julgado. No início, mesmo se saindo muito bem estatisticamente, quando o Sisam cometia um erro, fazia-o de maneira tão absurda que mais parecia uma burrice artificial. Por muito tempo ele até



insistiu, teimosamente, em classificar certo parafuso como se fosse uma plataforma de petróleo.

No entanto, nos últimos tempos, ele havia melhorado muito e agora até seus erros pareciam ter alguma lógica. Ele dava foras, mas não tantos que fossem fazer o sistema passar vergonha e perder a confiança dos usuários. Já se podia fazer uma versão interativa.

A nova interface, implementada dentro do Aniita e portando do Contágil, permitia que o fiscal do pré-despacho procurasse por erros em um lote de DIs guiado pelos riscos avaliados pelo Sisam. Ele também criava destaques nas DIs que tornavam mais difícil alguma coisa escapar do fiscal do despacho aduaneiro antes do desembaraço. A nova versão do Sisam também contava com um sistema de geração de comentários em linguagem natural que dava fluência à comunicação.

No início de 2014, a portaria do Sisam foi renovada por seis meses e o ambiente de hospedagem do Serpro foi entregue. As máquinas oferecidas pelo Serpro foram testadas por mim e se saíram muito bem. Eram melhores do que eu esperava e melhores que as do datacenter. Imagino que o balanceamento de processadores, barramento de memória, memória cache e acesso a disco estivesse muito bem feito.

Com exceção de Giulio, que acabou saindo, a equipe voltou a tempo de completar a infraestrutura que atendia as exigências de segurança mais atuais da RFB e ainda trabalhar na interface do Sisam no Aniita. Em junho de 2014, a última porta essencial foi aberta na firewall do Serpro e passou a ser possível efetivamente executar o Sisam no ambiente de hospedagem. Marcamos imediatamente a homologação do sistema em Guarulhos e Paranaguá, onde podíamos contar com Pedro e Anderson. Ela ocorreu em menos de um mês antes que a portaria vencesse de novo.

Tecnicamente, o Sisam é muito melhor que o inicialmente planejado. Ele trata múltiplos tipos de atributos no mesmo problema:



atributos contínuos, nominais, nominais de alta cardinalidade, atributos hierárquicos e textos em linguagem natural. Ele consegue tratar interações não lineares entre todos estes tipos de atributos e resiste bravamente ao superajuste. O Sisam produz probabilidades reais e não apenas indicadores subjetivos de risco sem interpretação matemática clara. Ele calcula expectativas de retorno considerando detalhes das regras tributárias e administrativas aplicáveis sobre declarações de importação, aplica teoria da decisão e teoria dos jogos para efetiva indicação de DIIs, adições e itens, trata múltiplas variáveis desconhecidas simultaneamente e varre eficientemente um espaço exponencial de hipóteses. Ele também tem habilidade de aprender com um único exemplo, desprezível para muitas técnicas e continua aprendendo com milhões deles quando a maior parte dos métodos já teria batido em um teto. Ele lida com atributos faltantes, classes cuja definição muda com o tempo e viés potencialmente introduzido de modo proposital por um fraudador. O Sisam usa aprendizado supervisionado e não supervisionado ao mesmo tempo. Ele gera resultados em tempo real, explora fortemente toda a capacidade de processamento de máquinas que extrapolariam o aproveitamento da maior parte dos sistemas, gerencia sua própria memória de maneira agressiva, aprende com dados novos sem precisar reprocessar os antigos e usa várias máquinas ao mesmo tempo para fazer isso. O Sisam, ao contrário da maioria das técnicas de IA, é também capaz de explicar em linguagem natural de que forma chegou a suas conclusões.

Não há solução consolidada, nem no mercado nem na literatura acadêmica para tudo isso. Algumas ferramentas até oferecem muita coisa, mas é preciso escolher entre este ou aquele recurso. O Sisam usa tudo ao mesmo tempo.

A homologação do Sisam começou em Guarulhos, primeiramente com uma pequena apresentação na Sapeia e impressionou bastante os usuários. O chefe da seção, Arthur Rodrigues Lima, mandou uma





mensagem elogiosa ao sistema para Roberto Silva Souza da Diana da 8ª Região Fiscal e para Edison Jorge Takeshi Kaneko, Inspetor de Guarulhos. Takeshi marcou uma apresentação a toda a unidade para o dia seguinte e Roberto chegou de improviso, junto com outras pessoas vindas da superintendência a tempo de assisti-la. A Diana da 8ª confirmou firmemente para a Coana que o sistema apresentado era bom e útil, fazendo-nos ganhar força em um momento crucial na história do projeto. A homologação em Paranaguá também foi um sucesso assim como a apresentação para a própria Coana e para o Cerad que veio a seguir. O coordenador da Coana, José Carlos Araújo, a esta altura era o principal defensor do sistema na alta esfera administrativa da RFB, mas ainda não tinha visto o Sisam funcionando. Fiquei muito feliz quando, ao fazê-lo, ele disse: “eu sabia que o Sisam era bom, mas isto é incrível”.

Na apresentação final para o Secretário da Receita e para todas as superintendências, o Secretário Adjunto, Luiz Fernando Teixeira Nunes, resumizou: “havia muita desconfiança com relação a este projeto de inteligência artificial, mas vi os resultados e estou estupefacto por ter sido possível alguém na RFB fazer uma coisa destas”. Minha lembrança disto que ele disse não é exata, mas garanto que cheguei perto. A palavra “estupefacto” estava lá.

O subsecretário Ernani Checucci, pessoa de trânsito fluente na Organização Mundial das Aduanas também resumiu: “com o Sisam não estamos no mesmo nível dos melhores, estamos na ponta”. Se, para nós, demorou tanto tempo para fazer o Sisam, ninguém conseguiu fazer mais rápido.

A demanda de comunicação com o Siscomex foi atendida, a portaria de trabalho remoto do Sisam foi renovada por três anos e, hoje, na ótima delegacia de Barueri, onde fui muito bem recebido pelo Delegado Roberto Capella, sigo trabalhando em seus desdobramentos. Houve mais



uma mudança na administração da RFB, mas desta vez, Jorge Rachid, retornou como Secretário da RFB. Foi Rachid quem autorizou o início do Harpia.

Tenho também tido contato com trabalhos de outras pessoas como os que foram apresentados no excelente Seminário de Mineração de Dados e Inteligência Artificial que ocorreu este ano em Bauru. A RFB tem um corpo funcional que lhe confere uma surpreendente vocação para desenvolvimento tecnológico e vem evoluindo muito. Se o nível de motivação se mantiver e certas arestas forem aparadas veremos que a melhor fase ainda não chegou.

A história que vivi se cruza com várias outras que citei como se fossem coadjuvantes. Não são. Cada uma delas tem a sua própria história de trabalho e luta, ora pelas mesmas causas que eu, ora por outras tão importantes quanto. São arquivos vivos que espero que ainda contem aquilo que viram, ouviram e fizeram.

Durante todos esses anos, houve momentos técnicos e políticos, momentos de erro e de acerto, momentos de grande alegria e de profunda depressão. Não houve, porém, momentos de tédio nem de covardia nesta aventura que muitos provavelmente pensam não existir no serviço público. Neste momento estou feliz, porque acabei de saber que ganhei o prêmio de criatividade e inovação da RFB no ano de 2015.



# *Menção Honrosa*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

## 4º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB

2º Lugar



*Autora: Luísa Meira Barreira/4º ano do Ensino Fundamental*

*Responsável: Luciana Meira Lima Barreira – DRF/Piracicaba*

## Escrito nas estrelas

*Cleide Lélis Alves dos Santos Simões*

*Aposentada*

*Auditora-fiscal da Receita Federal (concurso de 1976 - Fiscal de tributos Federais). Lotada em Santos, em 1978, quando havia apenas uma unidade: a DRF, que englobava tributos internos e comércio exterior. Sua atividade sempre foi nesta última área. Exerceu várias chefias e supervisões, até aposentar-se em julho de 2011, dias antes de completar 70 anos, quando era chefe da Equipe de Manifesto na Importação - EQMAN, na Alfândega do Porto de Santos.*

Esta é uma história que parece estória, de tão irreal, de tão surpreendente, de tão mágica!

Tudo começou quando decidi prestar o concurso para Fiscal de Tributos Federais (FTF), hoje Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB), que seria realizado em 1976. Nessa oportunidade, eu era funcionária da Câmara Municipal de Santos há onze anos, exercendo o cargo de Oficial Legislativo, posteriormente denominado Oficial de Administração, admitida por concurso em 1965, quando ainda era estudante de Direito e solteira. Formei-me em 1966, casei-me em 1968 e, em 1973, nasceu o Cleiton, personagem principal desta história.

Eu precisava estudar muito para o concurso da Receita Federal, mesmo com o tempo exíguo, dividido entre o trabalho na Câmara, os



afazeres de casa e os cuidados com o filho. O Cleiton, porém, nem parecia ter menos de três anos. Ficava quietinho, ao meu redor, brincando com os seus carrinhos, sem me interromper, sem fazer qualquer ruído, enquanto eu lia apostilas e livros. E, assim, estudei com afinco, por longos meses, graças a sua colaboração.

A prova da primeira etapa do concurso foi realizada em São Paulo (capital). Para minha alegria, fui aprovada, obtendo boa classificação. A segunda etapa, também eliminatória, era o Curso de Formação a realizar-se no Rio de Janeiro, com duração de dois meses. E aí surgiu o problema: como ficar por esse período naquela cidade, com o Cleiton pequeno? Meu marido, por causa do trabalho (funcionário da Companhia Docas de Santos - CDS, hoje, Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP), não poderia me acompanhar. E então, aconteceu o milagre: rezei tanto, que Deus me atendeu: minha mãe, senhora idosa que, sozinha, não saía de casa, concordou em ir comigo para cuidar do neto.

E assim foi. Enquanto eu frequentava as aulas na ESAF (o dia inteiro), minha mãe ficava com o Cleiton. Quando eu chegava ao Hotel Guanabara, na Avenida Presidente Vargas, no final da tarde, mamãe contava o que eles haviam feito durante a minha ausência: diariamente saíam do hotel e caminhavam pelos arredores, detendo-se, quase sempre, numa avicultura, nas proximidades, para que o menino se entretivesse com os pintinhos, as galinhas, os galos, os perus, os passarinhos e outros animaizinhos como coelho e hamster. Algumas vezes, iam rezar na Igreja Nossa Senhora da Candelária, quase na esquina.

O Cleiton sempre foi muito comportado, calmo e obediente. Não dava trabalho. Era uma criança fora dos padrões não só no comportamento, mas em tudo, pois (pasmem!), aos quatro anos, por iniciativa própria, leu a coleção inteira (15 volumes) de “O Mundo da Criança”, que se encontrava na estante de casa.



Proezas infantis à parte, o sacrifício valeu: feito o exame, passei também na segunda etapa. Entrei em exercício e meu primeiro trabalho foi em Santos, no Setor de Exportação que, em 1978, funcionava no Armazém IV (externo) da CDS, ao lado do posto da CACEX, pertencente ao Banco do Brasil.

Apesar de o local ser mal conservado, sujo, cheio de insetos, o recinto era muito agradável: colegas de bom humor, os recém-chegados e os mais antigos, serviço dinâmico e interessante, amizade sincera entre todos, alegria geral. Sempre que havia algo a comemorar, fazia-se festa, após o expediente. Essas festas ficaram famosas. Mas, isso é outra história.

O tempo passou. O Cleiton, com treze anos, já com a estatura próxima a que tem hoje, a meu pedido, comparecia a essas festas e filmava. Filmar era uma de suas paixões, desde tenra idade. Tornou-se o “filmador oficial” das festividades na Exportação. Ele amava aquele ambiente!

Apenas para ilustrar, reporto-me ao Natal de 1988, que foi inesquecível. Decidiu-se abrilhantar a festa com a presença de Papai Noel e o Cleiton, com quinze anos, foi escolhido pelos funcionários para essa caracterização.

Na hora aprazada, ao som de Jingle Bells no último volume do toca-discos, o Cleiton surgiu na porta do armazém, caracterizado, batendo o sino e trazendo às costas um saco repleto de presentes.

Eu, por minha vez, a seguir, declamei a poesia Papai Noel, que aprendera na infância:

Esta é uma história que a mamãe contava,  
Sentada na cadeira de balanço,  
Procurando à noite algum descanso,  
Do trabalho que ao dia se esforçava.



Era uma noite alegre de Natal,  
Noite em que nasceu Cristo imortal,  
O Deus que se fez homem, bom Jesus,  
E que homens maus o puseram numa cruz.

Papai Noel andava pelos telhados,  
Com os seus bolsos de mimos recheados  
E os deslizava pela chaminé  
Aos garotos que nele tinham fé.

Como essa noite é cheia de alegria,  
Notou que numa casa, todavia,  
Estava triste toda gente,  
Porque a dona da casa andava doente.

Um bilhetinho viu junto ao fogão  
E como é um bom velhinho, mas curioso,  
Foi puxando o papel com o seu bordão  
E à luz da lua leu bem pesaroso:





Papai Noel, eu quero o meu presente,  
Porém, este ano, eu quero um bem diferente:  
O senhor poderia me arranjar  
Um bom remédio para a mamãe sarar?

No seu avião depressa ele voou,  
A Deus do céu por ela intercedeu,  
A mãe do garotinho se curou  
E muitos e muitos anos ainda ela viveu.

Papai Noel é um bem, uma esperança,  
Uma ilusão amiga da criança,  
Para os garotos vive de verdade  
E para os outros vive na saudade.

Foi uma emoção indescritível! Houve quem chegasse às lágrimas. Essa festa ficou na memória de todos. Festividades à parte e falando do meu serviço propriamente dito, nessa época, permitia-se à fiscalização executar, em armazéns particulares, a conferência e o desembaraço de bagagens que saíssem do país. Assim, estando uma dessas bagagens de exportação depositada num armazém particular próximo à minha residência, fiz-me acompanhar do Cleiton, com quinze anos, para que assistisse ao meu serviço, tendo em vista a sua admiração pela atividade só de me ouvir falar. Tratava-se do retorno da bagagem de um estrangeiro que viera



temporariamente trabalhar no Brasil. O Cleiton, com toda atenção que lhe era peculiar, observava o meu cuidado em comparar a descrição dos bens constantes na lista de entrada (espécie, marca, modelo, número de série, especialmente dos elétricos e eletrônicos) com os que ali estavam, fisicamente, para embarcar. Ao sairmos, expliquei-lhe que essa verificação minuciosa visava a impedir que bens trazidos temporariamente do exterior como bagagem permanecessem no país sem o devido recolhimento de tributos. Ficou encantado!

Provavelmente, a partir daí, decidi que faria o concurso para a Receita Federal, quando tivesse a idade e a escolaridade exigidas. Senão, vejamos: ao providenciar a matrícula para o Colegial, decidi cursar o básico de exatas, no período da manhã, e o técnico, à noite, pois neste havia matérias como contabilidade e estatística, que precisaria estudar para o concurso da Receita.

Enquanto cursava o 3º grau na Faculdade de Tecnologia da Baixada Santista (FATEC), para testar os seus conhecimentos, prestou o concurso para Assistente de Informática do Ministério Público Federal (Procuradoria Geral da República), tendo sido o primeiro colocado. Assumiu o cargo, nele permanecendo até que, ao ser aprovado e classificado em quarto lugar no concurso para Técnico do Tesouro Nacional (TTN), hoje Analista-Tributário da Receita Federal, foi alocado na Alfândega de Santos, onde exerceu suas funções com eficiência e dedicação.

Quando, nesse período, surgiu o concurso para Auditor-Fiscal da Receita Federal, não havia vagas para a 8ª RF. Assim, o Cleiton prestou-o para a 9ª RF. Foi aprovado, mas não classificado, porque, como nessa ocasião o concurso tinha a classificação regional, a sua nota ficou abaixo do corte, apesar de superior em outras regiões fiscais. Ele, todavia, não ficou desestimulado, não esmoreceu, a despeito da aparente injustiça. Estudou cada vez mais e, quando surgiu o próximo concurso, já com classificação



em âmbito nacional, tornou a inscrever-se para a 9ª RF, porque, novamente, não havia vagas para a 8ª RF. Concomitantemente, abriu o concurso para Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (ICMS) e ele também fez a inscrição. Aprovado em ambos, nas provas escritas (coincidentemente, as listas de aprovação foram publicadas no mesmo dia), aguardou a chamada para a segunda fase, constituída pelo Curso de Formação. A Receita Federal convocou primeiro e ele foi cumpri-la em Curitiba. Durante o treinamento, a Fazenda Estadual fez a convocação, mas sua escolha recaiu em permanecer na primeira.

Aprovado na segunda etapa, foi lotado na Alfândega de São Francisco do Sul (SC), onde trabalhou e residiu por longo tempo, até que conseguiu remoção de volta para a Alfândega de Santos. Após três anos, aproximadamente, do seu retorno, assumiu a chefia da Divisão de Gestão e Infraestrutura Aduaneira - DIGIN, onde ficou, até ser nomeado Inspetor-Chefe da Alfândega do Porto de Santos, em 06 de fevereiro de 2012, exatamente no dia em que completava 16 anos de trabalho na Receita Federal.

Na solenidade de sua posse, no auditório, muito orgulhosa e emocionada, pensei: aquela criança que, em tão tenra idade, na sua inocência, colaborara tanto para que eu pudesse estudar, conseguindo êxito no concurso, agora era o Inspetor-Chefe da Alfândega do Porto de Santos, a mais importante do Brasil, a mesma unidade em que sempre trabalhei.

Coisas do destino. Estava, mesmo, escrito nas estrelas...



## O ouro da fronteira

*Luciana Vencato*

*IRF Chui/RS*

*Ingressou na RFB em 01/07/2010. Trabalhou durante 3 anos no CAC de Lages-SC e depois passou um ano longe do público, na área de arrecadação e cobrança. Pediu remoção para o Chui e é chefe da Equipe de Atendimento ao Contribuinte há 1 ano e 2 meses.*

Era uma sexta-feira, final de tarde. Após longas horas de viagem - cuja duração foi aumentada pela expectativa - estava quase chegando à minha nova terra. Sentia um frio na barriga antes de olhar para a cidade que seria o meu novo lar, como aquele que sentimos na subida da montanha-russa, antes da primeira queda. “Independentemente da minha primeira impressão a respeito do lugar, agora não posso mais voltar atrás” - pensei. Eu nem imaginava quão ricas seriam as experiências que viveria!

Ao passar pela Estação Ecológica do Taim e observar as capivaras andando livres e soltas, fiquei bastante animada, pois adoro o contato com a natureza. Avistar aves marinhas promoveu em mim a mesma sensação que os navegadores têm quando alcançam a terra firme, após dias perdidos no mar. No meu caso, embora a sensação de felicidade fosse a mesma, a



causa era oposta: após quatro anos vivendo no interior, aquelas aves representavam a chegada ao litoral. Mar à vista! Para quem nasceu e foi criada numa ilha, o mar faz muita falta!

Cheguei à Inspetoria da Receita Federal do Chuí e apresentei-me aos colegas: “Oi pessoal! Eu sou aquela doida que pediu remoção para cá! Estou muito feliz por ter conseguido!”. Diante das fisionomias de quem não entendia a minha alegria, emendei: “Antes de decidir vir para cá, fiz uma lista de prós e contras. Encontrei incríveis 16 motivos para vir!”. Um colega, conhecido pelo seu bom humor, logo exclamou: “Então traga a sua lista aqui e pendure na parede para motivar a gente!”. Todos riram. Eu tinha certeza de que ele estava brincando, pois havia tentado fazer permuta com alguém do Chuí e ninguém quis trocar comigo. Eu já desconfiava que esse lugar tinha algo de especial.

Mudei-me para cá de mala e cuia. Minto. Deixei para comprar a cuia aqui e até hoje sou uma parasita dos chimarrões alheios. Na contramão de quase todos os colegas, moradores da cidade vizinha, decidi residir no Chuí mesmo. Queria viver a experiência da fronteira, morar em cima da linha divisória entre os dois países. Também queria viver a experiência de morar numa cidade pequena, praticamente na zona rural. Preparar o jantar ouvindo um cavalo relinchar embaixo da sua janela, não tem preço! A paz que eu sinto aqui é tão grande que eu já esqueci completamente da tenebrosa noite em que matei 127 mosquitos com a raquete elétrica. Oh, vida bucólica! Aceito doações de lagartixas.

Mas não apenas milhões - quiçá bilhões - de insetos habitam essa terra. Também há pessoas por aqui, e é encantador observar como as culturas se misturam. Brasileiros e uruguaiois compartilham diversos hábitos, como o chimarrão e o churrasco. Quase todos os nativos do Chuí são bilíngues, ou melhor, falam uma única língua: o portunhol. É engraçado ver brasileiros falando palavras em espanhol pensando falar



português e vice-versa. Além disso, ainda existe uma influência da língua árabe no sotaque do chuiense, devido à grande quantidade de imigrantes de diversas nações do Oriente Médio.

Por falar em árabe, um dos primeiros atendimentos realizados por mim foi de um jovem refugiado palestino, recém-chegado ao Brasil. Ele necessitava fazer o seu CPF para procurar um emprego. Veio acompanhado de um primo mais velho, também palestino, que atuou como intérprete. O rapaz me olhou como se eu fosse uma alienígena - o que não deixa de ser verdade, visto que eu de fato pertenço a outra terra, diferente da dele. Talvez tenha lhe causado estranheza o simples fato de eu não estar com os cabelos cobertos por um véu. Mas, do jeito que ele me olhou, tive vontade de me enfiar numa burca!

Como eu não perco a oportunidade de aprender algo novo conversando com pessoas de culturas distintas, aproveitei para bombardear os árabes com perguntas a respeito do tratamento dispensado às mulheres na sua cultura. Fiquei impressionada com as respostas lógicas e razoáveis daquele senhor e ainda mais com a forma como me tratou. Eu não pensava ser possível conversar com um homem islâmico bem mais velho do que eu - pois essas características, para mim, personalizavam o machismo - sobre assuntos polêmicos como o uso da burca e a poligamia e ainda ser tratada mui respeitosa como um ser pensante. A conduta daquele senhor me ajudou a superar muitos preconceitos.

Senti-me à vontade, inclusive, para lhes confessar o meu temor em relação aos árabes. Afinal, se eu acreditar em tudo o que dizem os noticiários televisivos, corro o risco de rotulá-los todos como terroristas. Ele me esclareceu em relação a isso e citou a atuação da mídia como disseminadora do temor, fato com o qual eu concordo plenamente. Pensar que todos os árabes são ruins por causa do Estado Islâmico é tão absurdo quanto pensar que todos os alemães são ruins por causa do Nazismo. Esse segundo equívoco eu nunca cometi, pois sou descendente de alemães. Mas



então por que cometia o primeiro? Certamente, por desconhecimento. Fiquei feliz por superar, em parte, a limitação imposta pela minha própria ignorância.

Ao realizar a inscrição no CPF, observei que os dois ficaram emocionados quando eu selecionei a Palestina na lista de países constantes no cadastro da Receita Federal - aqueles cuja soberania o Brasil reconhece. Relataram-me que, antigamente, os refugiados palestinos vinham até a RFB fazer o seu CPF e eram obrigados a informar como país de origem o Estado de Israel. Isso significava uma grande humilhação para eles, pois vieram ao Brasil justamente para fugir das investidas israelenses contra o povo palestino. Tudo o que eles mais queriam era poder dizer que pertenciam ao Estado da Palestina, motivo pelo qual se emocionaram ao verem essa opção na lista. Depois desse episódio, encontrei-os algumas vezes na rua e constatei que o novo imigrante está se adaptando muito bem ao modo de vida ocidental.

Noutro dia, sentou-se à minha mesa uma jovem senhora uruguaia. Distinguiu-se, ante meus olhos, pela polidez no trato e o impecável domínio da língua portuguesa. Desejava obter um número de CPF porque havia decidido transferir-se definitivamente para o Brasil, acompanhada de seus familiares. Relatou ser chefe de família, sustentando sozinha a mãe, já idosa, e o filho pequeno. Era proprietária de uma empresa em Montevideu, na qual frequentemente trabalhava até quatorze horas por dia. Porém, ainda assim, não conseguia cumprir todas as exigências das leis trabalhistas e fiscais do Uruguai. Por essa razão, desistiu de viver em seu país.

Seu relato tocou-me profundamente na alma. Recordei de uma canção composta pelo genial artista uruguaio Jorge Drexler: “Um sonho e um passaporte / Como as aves, migramos para o norte”. Não lhe adverti que no Brasil ocorre semelhante situação porque não a quis desanimar. Apenas augurei-lhe sucesso, almejando que, um dia, sejam revistos alguns



conceitos prejudiciais ao desenvolvimento do povo latino-americano, criativo e empreendedor por natureza. Embora a situação tenha me provocado comoção, senti gratidão por entender algumas das causas do problema e vislumbrar possíveis soluções. Além disso, fiquei admirada com a valentia daquela mulher, por decidir lutar em vez de vitimizar-se. Que sirva de exemplo para todos nós.

Tanto no atendimento a tributos internos quanto no plantão aduaneiro pude ter contato com pessoas das mais diversas nacionalidades, profissões e perfis psicológicos. Conheci um casal britânico que estava dando a volta ao mundo num carro de pelúcia branca com bolinhas pretas; um mochileiro alemão que já havia passado por mais de 100 países; um antropólogo uruguaio que viveu com tribos indígenas em Roraima; um médico cubano do Programa Mais Médicos, que relatou aspectos sombrios da triste realidade de Cuba; um senhor argelino que participou da sangrenta Guerra da Independência do seu país; uma professora vinculada à ONU que leciona português para os refugiados e ajuda-os a integrarem-se na cultura brasileira; um canadense alucinado por uma teoria da conspiração que me rendeu algumas gargalhadas; um norte-americano que pensava que a solução dos problemas do mundo era jogar uma bomba no seu próprio país etc...

O atendimento ao contribuinte é uma das áreas mais interessantes para se trabalhar dentro da Receita Federal. Talvez seja a que mais exija de nós emocionalmente e, por isso mesmo, ajuda-nos a desenvolver a inteligência emocional. Quando atendo a um contribuinte furioso e consigo acalmá-lo a ponto de ele me agradecer ao ir embora, sinto como se tivesse realizado uma magia. Não seria essa uma espécie de alquimia, conseguir mudar o estado emocional da outra pessoa, ajudando-a a pensar de maneira mais útil e proveitosa? Não é fácil; entretanto, quando eu consigo, sinto-me muito satisfeita.





Mas não apenas no trabalho ocorrem fatos excêntricos. Logo nos primeiros dias morando no Chuí, precisei ir ao comércio comprar um determinado produto. Entrei numa loja e um senhor me atendeu de modo bastante grosseiro, praticamente me expulsando de lá ao constatar não possuir o tal produto. Caminhei até a loja ao lado, cuja aparência era de recém-inaugurada, e fui muito bem atendida por um rapaz. Relatei a forma como havia sido tratada e o rapaz me contou que aquele senhor estava desesperado por perder muitos dos seus antigos clientes para o novo concorrente. Ele também disse que, outro dia, apareceu na frente da sua loja uma macumba com direito a galinha preta, velas e um caminho de farofa em direção à outra loja. O caminho de farofa tinha a função de roubar os seus clientes. Morri de rir da situação e comentei que teria me tornado cliente daquele senhor se ele tivesse me tratado com mais urbanidade!

Mais tarde, ao chegar a casa e pensar sobre essa vivência, extraí dela algumas importantes reflexões: eu ri das crenças daquele senhor, pois no meu ponto de vista elas atrapalham a sua vida. Mas quantas crenças e superstições limitantes eu devo ter que podem ser motivo de chacota para terceiros? Como fazer para eliminá-las? Será que aquele senhor é realmente tão rude quanto me pareceu, ou estava apenas num momento ruim? Eu mesma já deixei de atender a um cidadão com toda a cortesia devida só porque eu não estava tendo um bom dia. Eu gostaria de ser julgada por uma atitude isolada?

Meses depois, buscando ser mais justa na apreciação da conduta dos meus semelhantes, retornei àquele estabelecimento comercial. Aquele mesmo senhor, que provavelmente não se recordava de mim, foi muito simpático e prestativo. Ele havia conseguido superar a crise e recuperar o seu negócio. A loja havia sido reformada, estava mais bem organizada e possuía novos produtos. Fiquei contente por mudar o conceito negativo que eu tinha formado a respeito dele. Hoje sou sua cliente.



Muita gente pensa que morar na fronteira ou trabalhar no atendimento ao contribuinte não são boas opções. Mas qualquer experiência pode se tornar extremamente rica, dependendo da forma como a encaramos. A nossa postura diante dos pequenos acontecimentos do cotidiano pode contribuir consideravelmente para a nossa felicidade. Nunca devemos perder aquela motivação de criança, que sempre busca aprender coisas novas e se encanta ao compreender um pouco mais sobre o mundo. A gratidão por todos os pequenos momentos vividos permite-nos guardá-los na memória, como se fossem pequenos retalhos de pano. Com esses retalhos, podemos fazer uma colcha para nos aquecer nos momentos frios da vida. Valorizar as pequenas porções de felicidade com as quais a vida brinda-nos todos os dias e fixá-las na consciência por meio da gratidão é uma das chaves para uma vida mais feliz.



# *Prosas Classificadas*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil



11 de agosto de 2015

## «O dia em que a Receita Federal parou»

*Eduardo Antônio Costa*

*DRF-Varginha/MG*

*Tomou posse em 13/01/2003 na fiscalização no INSS, transformada em Receita Previdenciária em 02/05/2007 unificada com a SRF em Receita Federal do Brasil-RFB. Iniciou suas atividades na fiscalização externa em 2003 na Regional de Ijuí/RS (atualmente DRF/Santo Ângelo). No final de 2004 ocupou a chefia de fiscalização na DRF/Poços de Caldas e desde 2005 ocupa a chefia de equipe fiscal na DRF/Varginha-MG.*

Sem entrar no mérito do assunto que motivou a grande parada, a narrativa concentra-se nos acontecimentos do dia 11 de agosto de 2015, incluindo os fatos motivadores e suas consequências.

Periodicamente os servidores públicos entram em negociação salarial com o governo, através do Poder Executivo, representado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG. Este ano de 2015 é um ano de negociação salarial, com reflexos a partir do ano seguinte.

Os servidores da Receita Federal do Brasil - RFB, incluindo todas as categorias, estão em negociação salarial desde o início do ano. Todas as categorias buscam seu espaço na pauta do governo.

Paralelamente, o Poder Legislativo, representado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, segue com sua pauta normal. Enquanto



todas as categorias negociavam com o MPOG, algumas carreiras como, por exemplo, a Advocacia Geral da União - AGU fazia um trabalho parlamentar intenso. No dia 5 de agosto foi incluída na pauta da Câmara dos Deputados a votação da Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 443/2009, que *“fixa parâmetros para a remuneração dos advogados públicos”*.

Trazendo para o ambiente interno da RFB, todos os servidores vinham trabalhando normalmente e acompanhando a negociação dos sindicatos com o MPOG, quando na noite do dia 5 de agosto surge a notícia de que a PEC nº 443/2009 teve seu texto-base aprovado pela Câmara dos Deputados.

No dia 6 de agosto chegamos indignados em nossas repartições, pois todos os servidores da RFB, inclusive os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e os Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil, ambos da Carreira de Auditoria, estavam fora desta PEC e caso aprovada em 2º turno na Câmara dos Deputados seguiria para aprovação no Senado Federal.

Começou um verdadeiro corre-corre em todas as Unidades da RFB, fazendo com que rapidamente todos os servidores comesçassem a entender profundamente da PEC nº 443/2009 e das PECs em tramitação, abaixo detalhadas, referente ao mesmo tema:

- PEC nº 391/14, que *“fixa parâmetros para a remuneração da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil (ARFB), da Carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho e das carreiras de Auditoria, Fiscalização e Arrecadação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que sejam Capital de Estado ou com população superior a quinhentos mil habitantes e da Carreira de Nível Superior de Fiscal Federal Agropecuário”*; e

- PEC nº 102/2015, que *“estabelece parâmetros para a fixação de subsídio dos integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e IV, Capítulo IV, Título IV, da Constituição Federal, bem como dos cargos de Delegado de*



*Polícia Federal, Delegado de Polícia Civil, Auditor-Fiscal da Receita Federal e Auditor-Fiscal do Trabalho”.*

Todas essas PECs buscam vincular o subsídio das carreiras citadas em suas ementas em um percentual dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal - STF.

Havia ainda a esperança na votação, dia 11 de agosto, dos Destaques em Voto Separado - DVS da PEC nº 443/2009 no plenário na Câmara dos Deputados. Os servidores da Carreira de Auditoria fizeram um trabalho parlamentar muito atuante no período de 6 a 11 de agosto, através do apoio e das orientações de seus sindicatos e, também, utilizando-se das redes sociais. Foram criados vários grupos de contatos em aplicativo de rede social via celular. Percebia-se um fluxo enorme de troca de informações, inclusive durante a madrugada.

O dia 11 de agosto ficou marcado, pois não se via nenhum servidor da RFB que não sabia da pauta a ser votada naquele dia na Câmara dos Deputados. A ansiedade e a expectativa tomavam conta dos servidores. Aquele dia ficou marcado e intitulado como “O dia em que a Receita Federal parou”.

Naquele dia 11 agosto, entrando na madrugada do dia 12, foi confirmado, após a votação dos destaques, que os servidores da RFB estavam fora da referida PEC nº 443/09. Foi um choque, ficamos todos perplexos. Os pessimistas justificavam que não adiantaria nada entrar na PEC nº 443/09, pois ela não seria aprovada no Senado Federal. Os otimistas diziam que o foco agora seria nas PECs nº 391/14 e nº 102/15, em relação ao Poder Legislativo, e no bônus de eficiência, em relação à pauta de negociação com o MPOG.

Estes acontecimentos fizeram com que os servidores da Carreira de Auditoria da RFB refletissem pelo menos por um dia sobre seu cargo, sua



carreira, sua função na instituição, o papel do sindicato na proteção e busca dos direitos dos servidores, a atuação dos dirigentes sindicais e o posicionamento dos dirigentes institucionais nacionais, regionais e locais frente às adversidades ocorridas.

Passaram-se alguns dias e voltou-se novamente à normalidade a atuação dos sindicatos e seus associados (servidores) no Poder Legislativo. Com isso, o foco voltou-se para as negociações no Poder Executivo, através dos sindicatos com o MPOG.

Todos estes episódios contribuíram e muito para a desmotivação dos servidores da Carreira de Auditoria da RFB, pois houve uma manifestação, sem êxito, como nunca se viu antes na RFB. Os episódios na Câmara dos Deputados, aliados aos conflitos internos, foram muito desgastantes, refletindo negativamente no funcionamento da RFB.

Vivemos agora a busca urgente do equacionamento dos interesses dos servidores da RFB, de modo a permitir que possamos trabalhar em conjunto, em harmonia e dispostos a contribuir para que tenhamos novamente uma RFB eficiente. Todos os servidores precisam voltar a sentir prazer em aqui trabalhar, pois o contribuinte merece um atendimento de qualidade.





## 40 anos e muitas histórias

*Sandra Mara Miotto Barcelos*

*ARF/Gravataí-RS*

*Ingressou na Receita Federal em 10/09/1975. Atividades: e-processo, parcelamento, digitalização, parte administrativa.*

Existem pessoas cuja história se confunde com a do local onde trabalham. Por exemplo: é impossível pensar na Agência da Receita Federal de Gravataí, Rio Grande do Sul, sem se lembrar da Sandra Mara Miotto Barcelos, empregada do Serpro, com exercício na Agência desde sua inauguração. Para muitos, simplesmente “Sandrinha da Receita”.

Começou novinha, uma garota ainda, com somente dezessete anos de idade. Por um bom tempo, a Agência tinha apenas um responsável, que fazia plantões semanais, e a Sandra, como responsável por todo o expediente. Na época, a restituição do imposto de renda era paga em cheques e a verificação feita através de listagens. Não havia computadores, todo o controle era manual.



A cidade cresceu, também cresceu a Agência, vieram novos servidores, o trabalho mudou, mas a Sandra sempre permaneceu, ajudando a manter as características da agência: comprometimento com a instituição, excelência no atendimento aos contribuintes e bom ambiente de trabalho, com amizade entre os colegas e alegria no dia a dia.

Vamos ao seu depoimento:

Em 10/09/1975, com 17 anos (emancipada), fui contratada pela Orbram - Serviços Gerais para o cargo de Servente Plantonista. Fazia a limpeza da agência pela manhã e à tarde o atendimento ao público. A Agência da Receita era na Rua Paulino Coelho de Souza. Em dezembro de 1975, quando houve a inauguração oficial da agência, então Posto da Receita Federal, o Delegado do Ministério da Fazenda disse que eu não poderia fazer as duas atividades. Fui, então, promovida só para atendimento.

Trabalhávamos eu e mais um chefe, Sr. Remigio Nodari, do cargo CAF - Controlador de Arrecadação Federal, que já era de idade. O atendimento era efetuado no balcão, em pé. Como já estava com tempo de serviço, o Sr. Remigio se aposentou. Por muito tempo, não foi substituído. Naquela época, as certidões negativas eram impressas em papel moeda e precisavam ser assinadas pelo servidor responsável por sua emissão. Eu recepcionava os pedidos e a Delegacia de Porto Alegre, à qual era vinculado o posto mandava um servidor nas sextas-feiras para assinar. Assinavam as certidões e iam embora.

Fazia diversos serviços, CPF datilografado, CGC (atual CNPJ) com etiqueta (nós tínhamos o número e colávamos no pedido), mapa decendial da arrecadação etc. As restituições eram pagas por cheques e vinham pelo malote. Quem levava os cheques aos bancos era eu, quando chegava era uma alegria. Queriam ver se os nomes estavam listados, se iriam receber.



Eu abria e fechava a agência.

Em 1976, assumiu como chefe o Sr. Manoel Nezinho de Araújo, de Recife. Naquela ocasião, como a empresa estava atrasando o meu salário, quis sair, fui convidada a trabalhar no BANRISUL. Falei para o chefe, que me pediu que esperasse, pois iria a Brasília resolver. Quando voltou, fui contratada pelo SERPRO.

Ele morava na cidade, com a família, só que um dos filhos morreu afogado. Muito triste! Tive que organizar o funeral e ajudá-los a vender os móveis, pois decidiram voltar para o Recife.

1978 foi um ano importante, pois conheci meu marido num bloco de carnaval e começamos a namorar. Em 1979 assumiu como chefe o Sr. Deneir Cabral, que estava estudando para o concurso de Fiscal. Ele fumava e eu também, então prometeu que, se passasse no concurso, parava de fumar. Como a agência não tinha telefone, contávamos com a ajuda do vizinho da frente: uma gráfica que emprestava o telefone, e nos chamava quando a Delegacia nos ligava. Um dia, o chefe foi chamado para atender uma ligação. Voltando, me entrega a carteira de cigarro. O Sr. Deneir foi embora.

Em 1980 assumiu o Sr. Armando Guimarães. Como morava em Guaíba, vinha só à tarde. Lembro que um dia não fui trabalhar, estava doente e o Sr. Armando foi até minha casa buscar as chaves para abrir a agência.

Em 1981 casei. Novembro de 1982 nasce minha primeira filha, Juliana.

Em 1983 assumiu o Sr. Jose Borges Selau como chefe da agência. Em 1987 assumiu a chefia Shirley Terezinha Sbardelotto. Eu estava grávida do meu segundo filho, Diego. Na mesma época, foi transferida da Delegacia de Porto alegre para cá, Ana Maria, que já morava em Gravataí.



Éramos agora três pessoas na agência, o atendimento ainda em pé, no balcão.

Depois veio o Nilomar, de Porto Alegre, Mauro Ribeiro, transferido de São Leopoldo, Rogério Rigon, que acabara de passar no concurso e assumiu aqui.

A Shirley se aposenta, Nilomar pede exoneração, Rogério passa no concurso para Fiscal. Em 2000 assume a chefia César Urbano, assessor do Delegado de Porto Alegre, com proposta de permanecer por pouco tempo na Agência. Fica até 2006.

Em 2002 inauguramos agência na Rua Paulino Coelho de Souza. Vieram a Maria Helena de São Jerônimo, Eduardo Fontelle, recém-concursado, Paulo transferido do Aeroporto.

Com a mudança de prédio, o chefe nos sugeriu comprarmos uma churrasqueira elétrica rotativa, para fazermos um galetto nos almoços das sextas-feiras. Compramos. Cada um ficou com uma participação na churrasqueira, e começamos fazer galetto e saladas. Cada sexta um fazia a salada e lavava a louça, e o Milton fazia o galetto, o que faz até hoje. Assim, nasceu uma tradição da agência, conhecida por toda a delegacia!

Assumiram Cláudia, Pedro, André e Júlio, concursados e Maria Elena e Eduardo foram para Porto Alegre. Agora já éramos dez pessoas!

Começamos a fazer o encerramento de ano com festas, amigo secreto, comemoração de aniversários, buscando sempre integrar o pessoal. A vontade de fazer as festas era tanta que no prédio tinha salão de festas, mas sem móveis, então nós carregávamos mesas, cadeiras, e tudo mais... detalhe, o prédio não tinha elevador e o salão era no quarto andar.

Em 2006 assume a chefia Anelise. Em 2009 inauguramos a agência na Rua José Costa de Medeiros, com instalações maiores e mais adequadas,



onde permanecemos atualmente. De 2009 a 2014, saíram os colegas por se aposentarem, por remoção, e por convites, que foi o caso da nossa chefe, que não estava nem pensando em ir embora quando recebeu o convite do Delegado para trabalhar como assistente. Ficamos tristes, pois nos pegou de surpresa, sendo ela uma pessoa que contagiava o ambiente com suas palavras e espiritualidade.

Com a saída da Anelise assume seu lugar Mauro Ribeiro, nosso atual Agente. Foram muitos colegas chegando, saindo, grandes amizades, muitas mudanças, tanto de local físico, quanto de processos de trabalho. Com toda essa história, já estou aqui há 40 anos. É uma vida! Não me arrependo, passei muitas coisas lindas, aprendi muito, ensinei a todos que vieram e não sabiam nada de agência. Começaria tudo de novo! Lembro-me de todos que passaram por aqui e, com certeza, cada um é especial e guardo com muito carinho.



## A elevada arte de servir à sociedade

*Cléber Marcelo Fernandes Caetano*

*ALF-Porto de Santos*

*Ingressou na Receita Federal em janeiro de 1993 com ATRFB e, desde dezembro de 1997, como AFRFB. Atualmente lotado na Equipe de Conferência do Porto de Santos, já trabalhou na ARF/Adamantina-SP (1993 a 1997) e no Núcleo de Repressão Atlântico, vinculado à Direp08 (2006 a 2011).*

Desde o final do século passado, uma onda de migração empurra uma parcela dos brasileiros para cima da linha do Equador. No alvorecer da história, os seres humanos já migravam em busca de seu sustento. Segundo o Antigo Testamento, alguns povos também deixavam seus lugares em busca da “terra prometida”.

No nosso presente, observamos, com triste destaque, a diáspora síria, motivada por uma guerra que parece não ter fim. No Brasil tropical não falta comida, não existe guerra e a terra é pra lá de abençoada.

Então podemos dizer que, via de regra, o que leva o brasileiro a deixar seu país é, sintetizando, a busca por “melhores condições de vida”. Assim se deu com João (nome fictício).

Nem tão jovem, nem tão velho, casado e sem filhos, decidiu tentar a vida nos Estados Unidos, onde se sofre em português, mas se fatura em



dólar. Ali, ele acordava cedo, dormia tarde, trabalhava muito, descansava nada e, assim, ia enchendo seu porquinho.

No seu dicionário, “caminho suave” , era somente nome de cartilha... À cada lua, morria um pouquinho de saudades da mãe, do cachorro, do pai, dos amigos, da calopsita e também da esposa. Quase sempre, nesta exata ordem.

Futebol, churrasco, carnaval, novela, A voz do Brasil... Isso mesmo!

O que ele não daria pra ouvir de novo, em solo brasileiro? “Em Brasília, dezenove horas!”

Passaram-se os anos e a saudade só fazia aumentar. A lei da gravidade - sempre ela - advertia: tudo que sobe, um dia tem que descer.

E então, numa noite fria, ele ouviu na rádio brasileira que tocava no seu celular, a inconfundível voz do iluminado poeta e cantor cearense Belchior, e sentiu trincar o gelo da sua resistência:

“E o cara que dançava à noite no Danúbio azul

Me disse que faz sol na América do Sul

E nossas irmãs nos esperam no coração do Brasil”

Imediatamente, seus pensamentos despencaram até o paralelo 20. Aquilo se tornara a senha, o gatilho, o empurrão que lhe faltava. Decisão tomada: João decidiu voltar.

No dia seguinte, foi e compartilhou a decisão com seus colegas de sofrimento. Nisso, chegou um conhecido seu, que tinha um conhecido dele, que possuía “conhecimento” numa empresa de mudança de um contrerrâneo e que oferecia serviços de transporte marítimo a preço de custo e entregava seus bens na porta de casa.



Tudo que João precisava fazer era assinar uma procuraçãozinha...

Ele, então, aceitou. Sorriu e, mentalmente, ressuscitou o saudoso slogan: “brasileiro é tão bonzinho...” Dias depois entregou as chaves e deixou sua mudança nas mãos do transportador. Arrumou as malas e veio antes, de avião. Seus dias de “John”, enfim, haviam terminado...

Na parte de baixo do globo, pertinho do Trópico de Capricórnio, fica o maior porto do Brasil, situado na cidade de Santos, litoral do estado de São Paulo. Ali também reinou o maior jogador de futebol de todos os tempos, numa época (cada vez mais distante) em que Deus e o futebol eram brasileiros.

No porto, existe uma divisão de tarefas. À Receita Federal, grosso modo, cabe verificar as cargas procedentes ou destinadas ao exterior. No atual ecossistema aduaneiro, com servidores altamente capacitados, cães de faro bem treinados, equipamentos de conferência não invasiva de altíssima tecnologia e um formidável mecanismo de inteligência artificial de pesquisa e seleção - Contágil/ANIITA/SISAM - que já se encontra na florada da infalibilidade, o audaz contrabandista tende a virar uma espécie em extinção.

Alto lá!

CONTÁGIL?

ANIITA?

SISAM?

LINCE?

MANTRA?

Desde a surpreendente renúncia do presidente Jânio Quadros, não existia em toda a República uma dúvida tão intrigante, tão pungente!





No princípio, Adão deu nome aos bichos. Mais tarde, os romanos deram nome aos planetas. A OMM (Organização Meteorológica Mundial) dá nome aos furacões. Então, pelo amor de Deus, quem dá nome aos sistemas da Receita Federal?

Seja lá quem for... nossas homenagens!

Inteligência e bom humor, juntos e bem dosados, produzem obras admiráveis. Evidentemente, o elogio é amplificado àqueles que os desenvolvem.

Eis que chegou, enfim, no porto de Santos, a bagagem de João.

Na declaração entregue à fiscalização, constavam móveis e objetos de uso pessoal. A imagem do escâner apontava possíveis inconsistências. A bagagem, então, foi selecionada para vistoria. Conferência iniciada e:

Surpresa! Uma invejável coleção de obras de arte embaralhadas com seus pertences. E agora, João?

O relato objeto deste texto ocorre em tempo absolutamente real, ou seja, outubro de 2015. A ação fiscal, embora concluída e irretocavelmente fundamentada, encontra-se em fase de impugnação, razão pela qual achei prudente omitir o nome dos artistas e suas respectivas obras apreendidas.

Mas adianto que se trata de belíssimos objetos de arte contemporânea, avaliados em mais de um milhão de reais, alguns dos quais com histórico recente de arrematação na badaladíssima casa de leilões Sotheby's. O patrimônio cultural brasileiro já pode botar o champanhe no gelo. Vem muita coisa boa por aí!

Se existisse um MARF - Museu de Artes da Receita Federal, seu acervo seria dos mais ricos e completos. Ao longo dos anos, somente aqui



na Alfândega de Santos, pude acompanhar a apreensão de inúmeros quadros, esculturas e incontáveis objetos da raia artística, todos de elevado quilate.

No entanto e, acertadamente, a Receita Federal espalha entre os museus brasileiros todas as obras de arte apreendidas, difundindo a cultura, através de suas apreensões.

Mas as boas ações vão muito além. Também já vi comida ser doada ao exército; ônibus e caminhões serem doados a prefeituras; roupas e calçados a entidades assistenciais; computadores ao poder judiciário e assim por diante. Dá pra imaginar o tamanho da economia imposta aos cofres públicos!

Já a satisfação do soldado que incrementou seu rancho, da mãe do aluno carente que recebeu vestuário e transporte escolar dignos, do doente, do aposentado, da viúva e do idoso que se beneficiaram com a agilidade do poder judiciário possibilitada pelos computadores incorporados, não se imagina, nem se mede.

Mas serve de motivação e inspiração para continuarmos servindo à sociedade. A mais preciosa obra da Receita Federal do Brasil.



## A peixada polêmica

*James Schimitt Vieira*

*DRF/Porto Alegre-RS*

*Ingressou na Receita Federal em 24 de março de 2004 na Agência de Lajeado-RS. Em 17 de agosto de 2006, passou a estar lotado na Delegacia de Porto Alegre, estando em exercício primeiramente no Setec e, após, na Sapac. Hoje, com a extinção da Sapac na Delegacia em virtude da regionalização dessa atividade, atua como Analista Tributário vinculado à equipe técnica do Gabinete do Delegado. Também desde os primeiros anos na RFB, integra ações e projetos relacionados à Educação Fiscal.*

Iniciei minha carreira na Agência da Receita Federal no município de Lajeado, que está situado a cerca de 100 km de Porto Alegre - RS. Foi uma experiência muito gratificante, pois, além de atuar na Receita Federal, acabei compulsoriamente (e com muito prazer) tendo que trabalhar como caseiro no sítio de meus pais, onde fiquei morando durante aquele período. A propriedade rural ficava a 20 km da agência da RFB (sendo que 5 km eram constituídos por estradas rurais sem pavimentação), que na época ficava no terceiro andar de um prédio comercial e residencial do centro da cidade.

O fato de morar na zona rural traz muitas experiências incomuns a quem está acostumado apenas a rotinas urbanas. No caminho para o trabalho, por exemplo, fiquei bloqueado diversas vezes no engarrafamento de simpáticas vacas, que eram trazidas pela manhã do



pasto para o galpão de ordenha por um vizinho. Quando chovia, o desafio era chegar ao asfalto sem derrapar na estrada, fato, aliás, que ocorreu certo dia, quando o carro simplesmente deslizou lateralmente para o barranco: o remédio foi desligá-lo e ficar esperando a primeira boa alma que aparecesse para ajudar. Após muitos bons minutos, apareceu um vizinho descendo a estrada, que, generosamente, amarrou uma corda ao seu veículo e ao meu e puxou-me de ré estrada abaixo.

Mas o assunto deste relato é sobre a importância de um bom ambiente de trabalho... e o quanto uma boa cozinha contribui para isso. Naturalmente, atenta-se muito para a remuneração de uma atividade. No entanto, esse aspecto é insuficiente para satisfazer as necessidades de uma pessoa quando o ambiente de trabalho sejam tão desconfortáveis ou hostis, que sua motivação e saúde fiquem afetadas.

Pois em Lajeado, o ambiente era excepcional: éramos como uma grande família. A equipe era composta por colegas de diversos cargos da Receita Federal, Ministério da Fazenda e do Serpro, além dos estagiários e de uma servidora terceirizada que ajudava na limpeza. Como a agência possuía cozinha, o almoço era feito lá mesmo. A cada dia, um colega era o responsável por comprar os ingredientes e elaborar a refeição, sempre auxiliado por Dona Marlene, a colega terceirizada do serviço de limpeza, que também era excelente cozinheira. Meu prato oficial era sopa de lentilhas com guisado, legumes, saladas e outros acompanhamentos. E assim cada um estabelecia o seu cardápio.

O principal prato, no entanto, a grande expectativa da semana, sempre era a peixada do Marcelino, então chefe da agência e exímio pescador. Era o grande dia! Normalmente, o peixe já começava a ser temperado no dia anterior. Assim, na manhã do almoço, os preparativos já estariam adiantados. No entanto, havia um problema: quando o peixe era frito, havia o risco de o cheiro se espalhar por toda a agência. Embora essa



atividade ocorresse no horário do intervalo de meio-dia, era necessário evitar isso. Por esse motivo, Dona Marlene abria a porta dos fundos da agência, que era outro acesso para o corredor do prédio em sentido oposto ao da entrada principal. Assim, o cheiro não ocupava a agência, mas descia pelos corredores, podendo ser sentido até na entrada do prédio. E, dessa forma, a feliz família saboreava tranquilamente a espetacular refeição.

O que não sabíamos, no entanto, é que nossas peixadas estavam sendo comentadas nas dependências das demais instituições integrantes daquele prédio. E chegou até mesmo a ser o foco de uma discussão no curso de Direito de uma faculdade da região: afinal, a peixada da Agência da Receita Federal deveria se permitida ou não, considerando que o aroma da fritura atingia setores diversos do prédio? Sem sabermos, a grande expectativa gastronômica de nossas semanas estava ameaçada.

Felizmente, a conclusão foi que, se a convenção condominial não proibia expressamente, ela não poderia ser impedida. A peixada triunfara! Mas, como diz o ditado, o seguro morreu de velho... e Dona Marlene passou a fechar a porta.



## Acontecimentos no plantão de repressão ao contrabando

*Dioclécio Xavier*

*Escor01*

*Ingressou na RFB em outubro de 1984. Atividades que desempenha atualmente: membro de Comissões de Inquérito, juízo de admissibilidade, pareceres, etc. Atividades desempenhadas no passado na RFB: chefe da ARF/Paraíso do Tocantins (1991 a 1997), assessor na SRRF01 (1997 a 1999), chefe do patrimônio (1999 a 2003) e presidente de comissão de desfazimento de mercadorias estrangeiras.*

O narrado a seguir ocorreu quando eu ocupava a função de Chefe da Agência da Receita Federal do Brasil em Paraíso do Tocantins. Era um final de semana. Início do mês de dezembro de 1994. Descolocou-se de Palmas/TO com destino à Gurupi/TO, um ônibus com servidores da DRF Palmas e alguns das Agências do Tocantins, com o objetivo de fazer operação de repressão ao contrabando. Tudo planejado. Dentro do ônibus foram passadas todas as instruções aos servidores escalados.

Na Polícia Rodoviária Federal de Gurupi/TO, local escolhido para o nosso trabalho, então, no horário das 24 horas às 06 da manhã, do sábado para o domingo, foram várias abordagens de ônibus com apreensões de mercadorias de procedência estrangeira, todos vindos de Foz do Iguaçu/PR. Neste primeiro plantão, nada de anormal. Tudo correu dentro do esperado, mas quando foi no segundo plantão, de



domingo para segunda-feira, escalado das 18 às 12 horas, aconteceram coisas inesperadas:

Primeiro, passaram algumas pessoas dentro de uma camionete, disparando uma arma de fogo contra o local onde estávamos trabalhando, mas graças a Deus ninguém foi atingido. Eram ladrões que haviam roubado o veículo e por causa da presença da polícia, houve os disparos. Os policiais foram atrás e conseguiram recuperar a camionete, mesmo assim continuamos o nosso trabalho.

Segundo, aconteceu um trajeto inesperado. Foi quando a PRF da cidade de Porangatu/TO avisou, via rádio, que desciam três ônibus suspeitos, então ficamos atentos. Depois de três horas, um chegou e o abordamos, os outros dois não chegaram. Foi quando o chefe do plantão designou-me para comandar a operação. Acompanhado do colega Moizés, do motorista Olegário, conduzindo a viatura oficial e um policial militar para dar apoio, seguimos com destino a Porangatu/TO, em todas as localidades, que eram pequenas, entrávamos sempre procurando os ônibus. Quando na penúltima cidade, Figueirópolis, por volta da meia-noite, no final de uma rua avistamos o teto de um dos ônibus, que estava estacionado do lado de um cemitério. Uma escuridão assombrosa. Somente com os faróis do nosso veículo, conseguíamos visualizá-lo. Para eles, estava bem escondido, então adotamos a seguinte estratégia: demos a volta, por trás do cemitério, sem que fôssemos notados. Deixamos o veículo do outro lado e seguimos a pé. Quando saímos do cemitério, o pessoal que estava do lado de fora do ônibus deu um grito. Assustaram-se, acredito devido à apreensão e também porque, afinal, saímos de dentro do cemitério.

Abordou-se a guia do ônibus e seguimos escoltando-os até a PRF de Gurupi, a cerca de 100 km. Tinha mercadorias em todos os porta-malas, bem imprensadas, desde dentro do banheiro, até a metade do interior do



ônibus, onde seria para passageiros. Terminamos o trabalho de vistoria na PRF de Gurupi/TO por volta das 06:30 e fiquei estarecido com a quantidade de mercadorias. Quando transportadas para a DRF/Palmas-TO, encheram três caminhões baús até o teto. Este foi um acontecimento que sempre será lembrado.

Passamos por várias situações, mas tudo em prol da Receita Federal do Brasil. Assim terminou o nosso trabalho nessa operação.





## Cartões de Natal

*Soraya Fátima Meira Raydan*

*SRRF06/Divic*

*Ingressou na RFB em 1986 na SRRF06. Para acompanhar cônjuge trabalhou na 2ª RF (CAC/Belém, ARF/Abaetetuba e Sacat/Belém), na 3ª Rf (Safis/São Luís) e na 7ª RF (ARF/Resende) antes de retornar à SRRF06. É chefe substituta da Divic. Mas a maior realização profissional está em ser a representante da Equipe de Atendimento da 6ª Rf e pertencer aos grupos nacionais do Siscac e Saga. Já tem tempo para aposentar mas a maior motivação de contar com esta Equipe a faz prosseguir.*

### Introdução

A teoria moderna de gerenciamento estimula cada vez mais o balanço anual das ações com foco na concretização da missão de uma instituição a partir da valorização de seus funcionários. No caso da Receita Federal do Brasil, a Visão de Futuro apoia-se nos servidores. O bem mais precioso de uma organização.

A ideia de escrever mensagens de fim de ano nas quais se utiliza no texto os principais acontecimentos do ano na RFB têm como objetivo prestigiar o quadro de servidores do atendimento e demonstrar sua superação diante das dificuldades vivenciadas no ano.

Em 2009, já na função de chefe de Equipe do Atendimento da 6ª RF e como colaboradora de vários grupos nacionais, resolvi elaborar um cartão de natal diferente, com a cara do atendimento da RFB. Tratava-



se de cartões personalizados, já que foram utilizados termos técnicos. Tais termos foram combinados com uma linguagem alegre e descontraída para expressar a forma com que o atendimento lida com a diversidade dos desafios vivenciados em sua atividade diária.

O atendimento presencial tem perfil diferenciado. São colegas que aprendem sozinhos os novos procedimentos a serem executados na regularização fiscal, muitas vezes na presença do contribuinte. Desenvolvem também a arte da comunicação para prestar as orientações necessárias. Executam, assim, a educação fiscal junto ao cidadão. O atendente possui um perfil generalista e especialista, pois, a cada dia, aperfeiçoa-se no exercício prático do macrop processo.

Como gosto de trabalhar em equipe, seguem abaixo os nomes dos meus colaboradores nessa tarefa. Arte (ilustração) e revisão: Branca Moura Machado, da Divisão de Interação com o Cidadão - Divic; e Renato Alves de Sousa do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC/DRF/BHE). O texto contou com a colaboração de Soraya Raydan, também da Divic.

## 1- Cartão enviado em dezembro de 2009

### FELIZ SAGA em 2010!

Migrar de um EXERCÍCIO para outro não é SIMPLES: exige competência, esforço, e muita determinação. Devem-se LIBERAR tensões. AGENDAR novas esperanças para a regularização de nossas expectativas. Isto para que a EMISSÃO da CERTIDÃO de nossas vidas seja sempre POSITIVA e não levemos para 2010 nenhum EFEITO NEGATIVO.

Novos desafios virão, pois isto é característica do ATENDIMENTO. Mesmo mudando as PORTARIAS DE PERFIS, nosso atendente será sempre aquele que nunca morre de tédio (pois



aprende todos os dias), que INTEGRA espontaneamente, que NAVEGA com facilidade, seja no FISCEL, SISCOL ou no PLENUS. Também não tem medo do MACROPROCESSO e faz tudo com uma pitada de alegria.

Desejamos a todos UM FELIZ NATAL,

Sem PARCELAMENTOS de otimismo,

Nem REDUÇÕES de saúde.

MUITA PAZ!

São os votos da Equipe de Atendimento da 6ª RF

## 2- Cartão enviado em dezembro de 2010

Nós, do atendimento RFB, temos 507 maneiras “particulares” e com FIRMA RECONHECIDA de lhes desejar FELIZ NATAL. São 2.166 votos de muitas felicidades encaminhados todos por INSTRUMENTO PÚBLICO do fundo do nosso coração. E isto fazemos sem o menor SIGILO.

Foram muitas, muitas PROCURAÇÕES RFB que aprovamos. Trabalhamos com inúmeros pedidos de SIM/NÃO: uns PARCELADOS INTEGRALMENTE, ou fragmentados em ANEXOS variados...

Sabemos que viver não é SIMPLES, que em muitas dificuldades, caímos em MALHA e estas não nos DISPENSAM DA VERIFICAÇÃO DE DÉBITOS existenciais...

Temos consciência de que novos desafios surgirão (e cada vez mais inacreditáveis...). Mas temos nas experiências passadas o passaporte seguro para enfrentar cada nova SITUAÇÃO!

Que o ANO de 2011 nos traga novas oportunidades para AGENDAMENTOS ANTECIPADOS! Nós do ATENDIMENTO já



tiramos nossa SENHA de renovação de forças e DE energias. Convidamos a todos a fazer o mesmo: faça agora o seu TERMO DE OPÇÃO!

Vale a pena lembrar que a GRADE foi DISPONIBILIZADA, que não temos mais desculpa para cultivar nossa DEMANDA REPRIMIDA.

LIBERE as decepções e tristezas. A vida nos convida a uma constante INTEGRAÇÃO!

Creia sempre que isto faz parte de nosso crescimento individual: é o MACROPROCESSO de vida que nos une e nos leva a plena realização.

Equipe de Atendimento - DIVIC/SRRF06

### 3- Cartão enviado em dezembro de 2011

FELIZ NATAL!

O blim-blim do SAGA anuncia: Natal PARCWEB!

Natal de Paz, Amor, RECEITA de Vida,

Com a extensão infinita da WEB para alcançar a todos!

Natal PARCWEB! É hora de SELECIONAR AUTOMATICAMENTE tudo o que fizemos e o que gostaríamos de ter feito em 2011: ANALISAR OS IMPEDIMENTOS internos e externos e FAZER UMA NOVA NEGOCIAÇÃO! AJUSTAR EM LOTES todas as nossas realizações ALOCANDO-AS às oportunidades perdidas. É sempre hora de recomeçar!

É tempo de esperança! É hora de construirmos a DERO - DECLARAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DE NOSSAS OBRAS utilizando agora o PGD - PROGRAMA GERADOR DE DESAFIOS. Sua DECLARAÇÃO de estar de bem com a vida será HOMOLOGADA TACITAMENTE.



Mas, se seu sonho for muito grande, não desanime: realize-o por meio de um PARCELAMENTO SIMPLIFICADO com 60 PARCELAS de ações. Este seu desejo poderá ser considerado ORDINÁRIO para os outros, mas é ESPECIAL para você! Existem 11.941 MODALIDADES PARA SE EFETUAR A CONSOLIDAÇÃO do seu projeto de vida e, com certeza, a sua persistência determinará o DEFERIMENTO DO SEU PEDIDO.

Verifiquemos as CHAVES que abrirão os novos rumos em 2012; valorizemos nossas COMPETÊNCIAS e RETIFIQUEMOS depressa nossa GFIP (GUIA DE RECONHECIMENTO FUNCIONAL que me IMPEDE de ser PARTICIPATIVO). Talvez seja a hora de transformá-la em DCTF (DECLARAÇÃO CONSOLIDADA DE TRANSFORMAÇÃO FACILITADA).

Que o ATENDIMENTO dos nossos sonhos seja CONCLUSIVO,

na medida exata do nosso esforço.

Que não haja DEMANDA REPRIMIDA na nossa vontade de viver.

Que AGENDEMOS nossos PROJETOS de vida para 2012, na certeza de sermos ATENDIDOS.

Que invistamos sempre na CONCLUSIVIDADE de nossos relacionamentos.

Que a representatividade da nossa COMUNICAÇÃO VIRTUAL seja EFICAZ no estreitamento de nossas amizades.

Que o INDICE DE SATISFAÇÃO seja sempre de POLARIDADE POSITIVA por nos sentirmos úteis a cada dia de nossas vidas!



FELIZ NATAL!

Trabalhemos juntos na construção de um 2012 repleto de realizações!

Equipe de Atendimento -DIVIC/SRRF06

#### **4- Cartão enviado em dezembro de 2012**

O sino toca: blim-blom! O SAGA responde: LISTUS!

É chegada a hora de fazer nosso pedido de Natal!

Faça a HABILITAÇÃO de seu PEDIDO em qualquer CAC/ARF e receba em 10 DIAS os presentinhos do EXTERIOR! Isto é ATENDIMENTO INTEGRADO!

Não seja OMISSO! AGENDE e procure uma SENHA COM HORÁRIO, mas nunca deixe seus PROJETOS de vida ser ENQUADRADOS como DEMANDA REPRIMIDA!

Em caso de dúvida, consulte a nova LISTA DE SERVIÇOS disponível no SITE DA RFB. Papai Noel trabalhará na INTEGRAÇÃO DOS CANAIS DE ATENDIMENTO e no próximo EXERCÍCIO, obedecendo é claro a COMPETÊNCIA de cada um, os presentes de Natal chegarão ainda mais rápidos, VIA SISCOMEX.

Imaginem todos os ATENDENTES fazendo seus PEDIDOS NO SISCACWEB e recebendo RESPOSTAS EM TEMPO REAL! Quem quiser pode receber RESPOSTA em seu CELULAR, no TABLET também pode!

MANIFESTAÇÕES DE INCONFORMIDADE PODERÃO (OU DEVERÃO?) ser feitas VIA e-PROCESSO.



E nesta última reunião da RAE - REUNIÃO DE AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA - depois de muito DIÁLOGO DE GESTÃO, sintetizaremos os pedidos “quase impossíveis” para um próspero Ano Novo:

SISTEMAS DA RFB com ESTABILIDADE;

“SUITE DE APLICATIVOS” que funcione como uma “grande e confortável suíte”;

INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS no SIEF;

NOVA DISO - em PGD - alimentando o FISCEL.

A esperança de dias melhores nunca morre.

A cada SENHA CHAMADA, semeamos a MORAL TRIBUTÁRIA e

promovemos a EDUCAÇÃO FISCAL.

FELIZ NATAL E ÓTIMO ANO NOVO

DIVIC/ 6ªRF

## **5- Cartão enviado em dezembro de 2013**

REABERTURA DE PRAZO!

Mais uma vez é Natal!

Natal do Atendimento é diferente...

Lista de presentes de ATENDENTES se faz pelo SODEA, ou seja, PRIORITARIAMENTE em MEIO DIGITAL.

Papai Noel AGENDA sua visita em DISPOSITIVO MÓVEL: TABLET ou SMARTPHONE celestial...



Presente de Natal tem 84% de GARANTIA de chegar SEM ESPERA, tem TME15 no ATENDIMENTO PRESENCIAL!

Mas nosso CARTÃO continua no modelo tradicional: em forma de COMPROVANTE DE ATENDIMENTO.

ATENÇÃO:

ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO da Ceia de Natal!

MIGRAREMOS DE AMBIENTE - passaremos da PLATAFORMA ALTA para a PLATAFORMA BAIXA!

Isto em dezembro significa:

GERENCIAMENTO DE FILA em SISTEMA experimental!

Portanto, PROEDUQUE-SE: os lugares na FILA serão REALOCADOS por CRITÉRIO DE COMPETÊNCIA. Não haverá VALIDAÇÃO AUTOMÁTICA dos lugares das mesas. Em caso de dúvida, preencha uma LACUNA qualquer, ou, pesquise o MANUAL.

Nós, do ATENDIMENTO, desejamos a todos:

Um 2014 em AMBIENTE INTEGRADO COM SUÍTE ESTÁVEL, e, se possível, COM REDE - SIM!

E 11.941 votos de felicidades!

Equipe de Atendimento -DIVIC/SRRF06

## 6- Cartão enviado em dezembro de 2014

Papai Noel avisa que a ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO no seu CNPJ FOI EFETUADA quase com SUCESSO uma vez que houve dificuldades de ACESSO à sua SUÍTE DE APLICATIVOS pela MIGRAÇÃO DA PLATAFORMA ALTA para a BAIXA. Novamente, PROBLEMAS na REDE, na REDEsim.





## Mas, ATENÇÃO:

A partir do ESTUDO DAS MÉTRICAS DE LOTAÇÃO, mais de 12.966 presentes serão entregues com ANTECIPAÇÃO, apesar do PARCELAMENTO ESPECIAL em 05 escalas de viagens. Quem quiser se antecipar e não CAIR NA MALHA aérea, faça a DISO (DECLARAÇÃO DE INTENÇÕES SOBRE OBJETOS DESEJADOS) e TRANSMITA pela INTERNET. Se der problemas na TRANSMISSÃO, não se esqueça da OUVIDORIA do Papai Noel!

Lembre-se de que a CERTIDÃO do seu PEDIDO natalino só será AVERBADA caso você comprove no ATENDIMENTO PRESENCIAL a CATEGORIA, DESTINAÇÃO E EXTENSÃO do seu PEDIDO. O ENQUADRAMENTO não será considerado por 971 razões.

Entregas rápidas, somente por SODEA (SOLICITAÇÃO DIGITALIZADA DE ENTREGA AUTOMATIZADA): inscreva-se na UA mais próxima e aproveite para fazer a JUNTADA de toda a sua LISTA de presentes. Peça a VALIDAÇÃO do seu PEDIDO por SVA (SERVIÇO VELOZ AÉREO) e comprove os BENEFÍCIOS de sua OPÇÃO.

*Em 2015, nos esforçaremos para que toda a DEMANDA do CIDADÃO seja acolhida e trabalhada.*

ATENDIMENTO PRESENCIAL da RFB é superação,

É união,

É EDUCAÇÃO FISCAL em ação!

E esta é a nossa MISSÃO!

*Equipe de Atendimento -DIVIC/SRRF06*



## Cobrança de tributos em 1983 na ARF/Taió-SC

*Inácio Fiamoncini*

*ARF/Timbó-SC*

*Servidor atualmente sem função, ingressou na RFB em agosto de 1976, 39 anos de casa, dos quais 36 anos ininterruptos de função gratificada como agente da Receita Federal de Taió e Timbó-SC, além de palestras inerentes ao assunto tributação nas Universidades.*

Um caso verídico ocorrido no mês de outubro de 1980, quando ainda, quase iniciante como servidor e, Chefe da Agência da Receita Federal no município de Taió, em Santa Catarina, considerada de pequeno porte, visto que sua jurisdição era composta por apenas três pequenos municípios, Salete, Rio do Campo e Taió.

Na época ainda, o processamento de dados era centralizado junto ao Serpro, portanto a informática não existia nas repartições, e os trabalhos feitos nas delegacias e agências eram todos manuais e com base na recepção de documentos, que posteriormente eram enviados ao Serpro para processamento.

Ao assumir aquela agência em março de 1980, lá encontrei diversos processos de parcelamento todos em papel, só de uma certa



empresa de grande porte, do ramo madeireiro, havia seis parcelamentos de IPI, com valores exorbitantes, e praticamente com todas as parcelas vencidas. Aos poucos, comecei a estudar formas para exigir daquele contribuinte a regularização de toda a dívida, uma vez que na época a CND não era exigida pela administração pública como os dias de hoje.

Depois de um certo período, foi constatado que, além de não pagar o imposto declarado, a empresa era vista também como uma das que mais sonegava na região, visto que, além da falta de controles mais rígidos por parte da Instituição, o diretor da empresa pertencia a um partido político, em que muitas vezes os conflitos com a empresa eram minimizados e até resolvidos com as instâncias superiores via politicagem. Um dos exemplos que chegou ao conhecimento era a facilidade da apropriação de terras devolutas, que após a extração da madeira, restituía o imóvel nu ao Estado de SC, como dação em pagamento para a liquidação do ICMS.

O gerente do Banco do Brasil tinha conhecimento que a empresa não vinha recolhendo os tributos devidos aos três entes, e que, por outro lado, vinha fazendo operações bancárias volumosas diariamente, como aplicações financeiras, transferência de valores e principalmente descontos de duplicatas etc.

Foi ali que tivemos a ideia de colocar em prática uma operação casada, com o intuito de fazer com que o contribuinte colocasse em dia a situação junto a Receita Federal, haja vista que praticamente todos os valores circulantes da empresa, provinham de descontos de duplicatas via Banco do Brasil.

No dia seguinte, o gerente ao receber o genro do diretor da empresa para uma nova operação com desconto de duplicatas, informou que havia recebido uma orientação interna do banco que, para nesses casos, fazia-se necessária a exigência da Certidão Negativa da Receita Federal.



Foi a partir deste momento que começou um certo desespero por parte da administração da empresa. Mais um dia e fui visitado pelo tal genro querendo negociar receber a CND mediante pequeno pagamento de parte da dívida.

A resposta que dada foi que não sairia a CND sem a total comprovação de toda a dívida. Salientou que, para qualquer pagamento, necessitava de disponibilização de moeda, e para isso só com desconto de duplicatas.

Foi nesse momento que a operação casada teve o seu início. Após uma semana de cálculos de toda a dívida da empresa, fechamos um acordo que a CND seria entregue ao Gerente do banco do Brasil, mediante a entrega de duplicatas com o valor total da dívida, bem como autorização por escrito ao banco para o débito simultâneo de todos os DARFs apresentados pela Receita Federal.

Isso ocorreu em 22/10/1980, quanto a ARF Taió bateu o recorde em arrecadação, totalizando em números um incremento só com os valores dessa operação um acréscimo em torno de cinco milhões e duzentos mil cruzeiros.

Este foi um acontecimento que ocorreu na minha vida funcional nos anos 80.



## Código de conduta

*Valmir Paulino Benício*

*ARF/São Sebastião do Paraíso-MG*

*Ingressou na RFB no concurso para TTN em 1989 e foi e nomeado no dia 15/05/1991 para Alfândega de Cumbica, pediu transferência para a DRF/São Bernardo do Campo em 1995, DRF/Poços de Caldas em 2004 e ARF/SSP em 2010.*

O ordenamento jurídico brasileiro contempla normas de diversas naturezas destinadas a direcionar a atuação da administração pública e de todos aqueles que ocupam cargos públicos. Essas normas podem ser encontradas na Constituição Federal, no Código Penal, na legislação extravagante que trata de figuras criminais, nas leis que tratam da improbidade administrativa e da regulação da conduta dos servidores públicos, e, ainda, nos Códigos de Ética e de Conduta que, sem possuírem natureza cogente, são de fundamental importância para que se alcance um padrão ético digno na gestão da coisa pública.

Códigos de conduta de servidor público consistem em normas existentes na legislação federal brasileira que, de alguma forma, concorrem ou contribuem para que se alcance um padrão de conduta ética desejável na



Administração Pública. São Normas Reguladoras de Condutas, Valores e Princípios Éticos. Tais preceitos podem ter natureza repressiva, educativa, orientadora ou estimuladora do comportamento ético.

A crescente mobilização e o aumento da consciência cidadã da sociedade brasileira trazem desafios inéditos para a administração pública, uma vez que o grau de exigência dos vários agentes sociais e do conjunto dos cidadãos em relação aos serviços prestados pelo Estado é cada vez mais atuante.

Nesse sentido, o governo federal vem tomando importantes iniciativas, na perspectiva de constituir orientações e normas que apontam para a profissionalização do funcionalismo público, necessária para oferecer um serviço qualificado e adequado para a população.

Assim, detalhando e concretizando os princípios estabelecidos na Constituição Federal e no Regime Jurídico Único, veio à luz, em 1994, o Decreto nº 1.171, que aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo Federal e, já em 2009, o Decreto nº 6.932, que dispôs sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão e instituiu a "Carta de Serviços ao Cidadão".

A Carta de Serviços visa informar ao cidadão o conjunto de serviços oferecido individualmente pelos órgãos. Ela deve conter, entre outras coisas, o detalhamento dos padrões de qualidade do atendimento, inclusive o "tratamento a ser dispensado aos usuários" (inciso VIII, § 3º, art. 11).

No caso específico da RFB, os documentos que norteiam a sua atuação também vêm, com o tempo, adquirindo cada vez mais uma feição de diálogo e respeito para com a sociedade brasileira. Pode-se ler na missão de nossa instituição: exercer a administração tributária e o controle aduaneiro, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da



sociedade. E nos valores que devem permear o cumprimento dessa missão: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a Instituição, legalidade, profissionalismo.

No aspecto funcional e prático, nas ações dos servidores da RFB, considerando a natureza da instituição, em vários momentos se requer orientações, referências, recomendações para haver um norteio nas decisões e atividades.

Mais uma vez, no sentido prático, para nós, um código de condutas tem um caráter mais de referência, recomendação e reserva do que legal, uma vez que já existam muitas normas e prescrições tratando do assunto. O objetivo é ter-se um parâmetro, um norte comportamental.

O Código de Conduta tem ainda o objetivo de funcionar como uma ferramenta de segurança do próprio administrador público, principalmente em situações de proximidade com o setor privado.

## EVOLUÇÃO

Como síntese da evolução, até a elaboração do código de conduta da RFB, podemos citar inicialmente o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.

Tivemos depois o Código de Conduta da Alta Administração Federal - CCAAF que foi instituído em agosto de 2000 que tratava de Regras sobre o tratamento de presentes e brindes aplicáveis às autoridades públicas abrangidos pelo Código. A Exposição de Motivos - EM nº 37, de 18 de agosto de 2000, da Casa Civil da Presidência da República, traçou as diretrizes estabelecidas pela Comissão de Ética Pública - CEP.



Já a CEP foi criada pelo Decreto de 26 de maio de 1999. É vinculada à Presidência da República, competindo-lhe à revisão das normas que dispõem sobre conduta ética na Administração Pública Federal, elaborar e propor a instituição do Código de Conduta das Autoridades, no âmbito do Poder Executivo Federal.

Foi nesse contexto que a DRF/BHE promoveu o seu Código de Condutas do Atendimento ao Cidadão (CCA). A elaboração deste Código é um marco na administração da Delegacia da Receita Federal em Belo Horizonte, por ter sido construído pelo conjunto dos servidores que atuam em nossas unidades de atendimento, em uma inequívoca demonstração de maturidade profissional e compromisso com a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Durante dois meses, os 180 servidores envolvidos promoveram organizadamente um diálogo e partilha de experiências. Todo o processo culminou com uma grande plenária do dia 1º de junho de 2010, que homologou, o referido Código.

Esse código constitui o instrumento de explicitação dos valores e princípios que fundamentam a conduta pessoal e profissional entre os membros da instituição responsável pelo atendimento e deles com o cidadão. Não obstante saibamos que ele não engloba todas as condutas implicadas na situação de atendimento ou no trabalho, ele tem o condão de servir como guia geral para uma conduta adequada. Em conjunto com outras diretrizes do serviço público (Constituição Federal, ordenamento tributário, Regime Jurídico Único, Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil, Carta de Serviços ao Cidadão), estabelece padrões para garantir que todos nós façamos o que é correto e justo.

Tivemos ainda a Comissão de Ética Pública Seccional da RFB - CEPS-RFB, criada por meio da Portaria 3.262, de 19 de agosto de 2011, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 6.029 de 1º de fevereiro de 2007.





O objetivo principal da CEPS-RFB é a promoção e a disseminação dos conceitos e comportamentos relativos à conduta ética esperados de todos os agentes públicos em exercício na RFB, assim considerados todos aqueles que, por força de lei, contrato ou qualquer outro ato jurídico, prestem serviços na RFB de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, independentemente de ser remunerado.

Também fazem parte das atribuições de competência da CEPS-RFB, analisar casos de possíveis desvios de conduta ética desses agentes públicos e responder a consultas relativas a questões éticas.

## O ATUAL CÓDIGO DE CONDUTA DA RFB

Finalmente em 2013 o então Secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, assinou em 24 de junho, a Portaria RFB nº 773/2013, que aprova o Código de Conduta dos Agentes Públicos em exercício na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

O Código de Conduta concretiza uma aspiração antiga da Receita como fruto da evolução decorrente das várias iniciativas citadas acima. Tal Código servirá de instrumento de orientação à conduta dos servidores e demais agentes que prestam serviços à RFB, bem como proporcionará um compromisso moral e, espera-se, um elevado padrão de comportamento ético, capaz de assegurar a lisura e a transparência dos atos praticados na vida pública, de modo a propiciar a prevalência do interesse público sobre o privado.



## Como tudo começou

*Ana Emília Baracuhy Cavalcanti*

*SRRF04 /Digep*

*Ingressou na SRF em 15/05/1991 no cargo de TTN. Posse no cargo de AFTN em 16/12/1997. Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas da SRRF04 a partir de 21/03/2005. Conteudista do curso EAD legislação de pessoal aplicada à RFB.*

A Divisão de Gestão de Pessoas - Digep, nas Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil, iniciou suas atividades em 21 de março de 2005, quando entrou em vigor o Regimento Interno (RI) do órgão, aprovado pela Portaria MF nº 30, de 20 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 04 de março de 2005.

Anteriormente as atividades de gestão de pessoas eram apenas mais um conjunto de atribuições integrantes da Divisão de Programação e Logística - Dipol, junto com orçamento, transportes, administração predial, patrimonial e de materiais, mercadorias apreendidas, licitações e contratos.

A criação da Digep foi precedida pela implantação do Serviço de Recursos Humanos - Sevrh, subordinado à Dipol, a partir de setembro de 2001, que, pela primeira vez, tornou visível as atividades de pessoal na estrutura organizacional da instituição.



A divisão, criada em 2005, não foi apenas uma mudança de nome no organograma, pois trouxe de fato novas e desafiantes atribuições, anteriormente exercidas pelas Gerências Regionais de Administração do Ministério da Fazenda - GRAs, atuais Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda - SAMF, tais como a folha de pagamento e processos vinculados, pastas funcionais, cadastro, benefícios, exercícios anteriores, ações judiciais, instruções de processos de aposentadoria.

Antes da vigência do novo RI, a Coordenação de Recursos Humanos, com o patrocínio do Gabinete do Secretário da Receita Federal e do Coordenador-Geral de Programação e Logística, promoveu reuniões com os Superintendentes e Chefes de Sevrh para dar as diretrizes da nova área, estabelecer cronograma para a transferência das atividades das GRAs, evidenciar o importante passo que estava sendo dado ao se estruturar, estrategicamente, a gestão de pessoas no órgão.

Localmente, havia apenas quatro pessoas trabalhando no Sevrh e, com o apoio do Superintendente e dos demais dirigentes, foi possível iniciar a Digep, em 21.03.2005, com seis servidoras e uma infraestrutura física adequada.

Tudo era novo. Seria preciso capacitar a equipe, organizar as atividades, atender aos servidores que passaram a consultar a Divisão em assuntos em que ainda não havia o domínio do técnico. Orientar as unidades jurisdicionadas, receber as pastas funcionais e processos da GRA, além de corresponder à enorme expectativa dos servidores e dirigentes de que a Digep seria capaz de realizar as novas tarefas com competência.

Foram estabelecidas, então, pela Digep algumas atividades prioritárias de caráter bem operacional para serem realizadas em 2005: aumentar a equipe (até o fim de dezembro de 2005 a equipe passou a ter 10 pessoas); participar de treinamentos locais e nacionais, principalmente



em serviço na GRA; realizar as atividades operacionais da folha de pagamento, de análise de processos e de cadastro de servidores, receber o acervo documental e processual, atender aos servidores, sempre que possível, de maneira conclusiva.

Formada a equipe, em janeiro de 2006, começou-se a pensar no que poderia ser feito para melhor coordenar as tarefas, planejar as atividades, motivar, comprometer e valorizar a equipe, administrar os conflitos pessoais e de competências dentro da equipe, melhorar o relacionamento humano, capacitar a equipe tecnicamente.

Desenharam-se os seguintes objetivos: adotar o planejamento operacional na Digep e desenvolver competências técnicas, humanas e interpessoais da equipe, com a expectativa de obter os seguintes resultados: prestar um serviço de excelência ao usuário e ter uma equipe automotivada, tecnicamente competente, comprometida e com desempenho em nível de excelência.

Ainda que o público-alvo imediato da proposta tenha sido a própria Digep, como consequência do desenvolvimento dos trabalhos desejava-se atingir, indiretamente, os usuários dos seus serviços, a saber, os servidores da região fiscal.

O trabalho contou com o apoio imediato do Superintendente e do Superintendente-Adjunto ao tomarem conhecimento da proposta, autorizando a realização dos encontros necessários à sua implementação.

Acredita-se que toda mudança exija primeiro a mudança interior e, lembrando a frase de Gandhi, “nós devemos ser a mudança que queremos ver no mundo”. Estimulou-se a equipe, por meio de mensagens por correio eletrônico, a refletir sobre as próprias condutas.

A inspiração veio dos frutos do espírito que está lá no livro de Gálatas no Novo Testamento. Com isto buscou-se um compromisso pessoal em desenvolver ao menos uma característica positiva em 2006. Este seria o ponto de partida para o início do processo de desenvolvimento



peçoal. Para melhor ilustrar, transcreve-se um trecho da “provocação” inicial extraída do livro Poder para ser vitorioso de Rick Warren.

*“Quando o Espírito Santo controlar a sua vida, ele vai produzir em você nove características positivas: amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio. Vou perguntar a você quantas pessoas com as quais você trabalha ou convive exibem essas qualidades? Quantas pessoas com as quais você trabalha ou convive poderiam dizer que essas qualidades descrevem você? O triste fato é que, em vez de amar os outros, somos desagradáveis. Em vez de viver com alegria, sentimo-nos derrotados, deprimidos, desanimados. Em vez de experimentar paz, sentimo-nos tensos e pressionados. Em vez de ser pacientes, ficamos frustrados e irritados. Em vez de demonstrar benignidade, cada um vive por si. Em vez de ser modelos de bondade, geralmente não achamos nada de bom em nós mesmos. Em vez de ser fiéis, negligenciamos compromissos. Mais frequentemente reagimos diante dos outros com ira ou ressentimento do que com mansidão. E, em vez de praticar o domínio próprio, vemos a vida desmoronar.”*

Com isso, quis-se convidar todos membros da equipe a refletirem sobre si mesmos como forma de melhorar o relacionamento interpessoal, em lugar de acusar o outro de ser sempre a fonte de todos os problemas.

A metodologia utilizada para atingir os resultados almejados foi: mensagens no correio eletrônico, de caráter reflexivo e abordagem inicial ao planejamento, reuniões fora da sede (uma ou duas por ano), apresentação de trabalhos individuais e em equipe (tendo por base livros e textos voltados ao autoconhecimento), dinâmicas, projeção de filmes, debate de tema técnico, planejamento participativo, reuniões no local de trabalho (de início com frequência mensal). Todas essas ações contribuíram para gerar um ambiente mais propício ao trabalho em equipe.



Com relação ao planejamento, começou-se em janeiro de 2006 a refletir sobre o que seria preciso fazer para implantar uma Divisão de Gestão de Pessoas eficaz. Em conversas, breves reuniões e mensagens, todos começaram a refletir sobre as seguintes perguntas básicas, sem preocupações conceituais, cuja denominação, na Teoria Geral da Administração, corresponde a técnica 5W 2H: o que será feito, como será feito - metodologia, quem irá fazer - responsáveis, quando será feito - prazo, cronograma, quanto será feito - meta.

Assim, em fevereiro de 2006, surgiu a ação “Implementar as atividades de gestão de pessoas” no Plano de Trabalho da unidade, construída por todos os 10 integrantes da Digep, que foi executada e acompanhada sistematicamente, contribuindo para uma visão integral da divisão.

Como resultados deste trabalho de desenvolvimento pessoal e planejamento, observou-se melhoria no relacionamento interpessoal; desenvolvimento de potencialidades (falar em público, estudo, pesquisa, elaboração de apresentações); aprendizagem para trabalhar em equipe, com os trabalhos em grupo apresentados nas reuniões; iniciativa e criatividade; respeito e compreensão; cooperação entre as equipes para realizar as atividades da Digep; disposição para assumir desafios; melhor organização das atividades (processo em contínuo aperfeiçoamento); planejamento; criação da visão de futuro da Digep, de ser reconhecida pela “excelência em servir”; manutenção da qualidade do atendimento da Digep, após 2 de maio de 2007, quando entrou em vigor a Secretaria da Receita Federal do Brasil, com a integração da antiga Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), em que houve aumento das tarefas da Divisão, sem aumento do quantitativo de servidores da equipe. Também servem como termômetro da atuação da Digep as manifestações dos servidores satisfeitos com a rapidez e conclusividade do atendimento às suas consultas e processos, nas atividades que dependam exclusivamente da Digep.



A iniciativa metodológica de implantação da Digep pode ser considerada, à época, uma experiência inovadora porque abordou o ser humano de forma multifocal e integral. Não se buscou apenas a melhoria na qualidade do trabalho, mas na qualidade de vida, com enfoque na sua socialização, evolução e auto-estima.

Vencidos os anos iniciais de estruturação da Digep, e já transcorridos dez anos, avalia-se que a forma “como tudo começou” foi fundamental para se dispor hoje de uma equipe de alto desempenho, integrada, capaz de superar os desafios, conflitos, dificuldades, com seus próprios recursos, valorizando o autodesenvolvimento e o autoconhecimento como base para o trabalho em equipe e o atendimento aos colegas.

Fica difícil identificar um fator que tenha se destacado para que a implantação da Digep seja considerada uma experiência bem-sucedida de desenvolvimento de equipe. Olhando em retrospectiva, podem-se considerar fatores críticos de sucesso da iniciativa os seguintes:

- Participação efetiva e entusiasmada de toda a equipe no processo de aprendizagem;

- Visão integral do ser humano, buscando trazer para a organização a prática dos valores espirituais;

- Crença de que é possível realizar trabalhos de desenvolvimento humano das equipes com poucos recursos, utilizando-se as potencialidades e talentos dos integrantes da própria equipe, de modo simples, sem necessidade de grandes investimentos;

- Determinação para afinar os instrumentos, amolar o machado; não se esconder na desculpa de que não se tem tempo e de que tudo é para ontem;

- Confiança nas formas criativas de gerar comprometimento e responsabilidade no desempenho das atribuições;



- Atuação do chefe imediato na liderança da equipe. Ao se assumir a chefia de uma área, são trazidas junto às responsabilidades técnicas, e principalmente, o desafio de motivar, comprometer e valorizar os servidores, cultivando e incentivando um saudável relacionamento humano e um ambiente harmonioso para trabalhar. Os treinamentos gerenciais promovidos pela instituição não podem ser desperdiçados, precisam ser traduzidos em ações;

- Planejamento operacional como um importante instrumento de trabalho que auxilia no estabelecimento de prioridades e na organização das atividades diárias;

- Compreensão de que o desenvolvimento pessoal é um exercício diário.

A Digep da 4ª Região Fiscal, de 2005 a 2015, percorreu um caminho pavimentado de desafios e oportunidades, conflitos e cooperação, mudanças e estabilidade, alegrias e tristezas, chegadas e partidas, aprendizados e “desaprendizados”. Nessa jornada, o horizonte se alargou, a Gestão de Pessoas ampliou sua perspectiva de atuação, que não mais se limita à aplicação da legislação de pessoal e práticas burocráticas, pois se preocupa, também, com políticas de valorização dos servidores, qualidade de vida, capacitação e desenvolvimento, clima organizacional, inovação, desempenhando um papel relevante nas estratégias da instituição.

Caminhando para seu 11º aniversário, nossa Digep conta com uma equipe de 17 pessoas, que compartilham um propósito comum de buscar a excelência em servir. Uma estrada foi construída e nela se tem transitado, com zelo, respeito, comprometimento, responsabilidade. Este é o legado para aqueles que permanecem, e todos os que chegarem, conheçam o passado, compreendam o presente e preparem o futuro.

Foi assim que tudo começou...





## Criação da DRF Blumenau e Agências de Brusque, Rio do Sul e Timbó: sua história, sua gente.

*Rosemari Glatz*

*DRF - Blumenau/SC*

*Ingressou no serviço público federal em 15/05/1991, na Inspetoria da Receita Federal em Itajaí-SC. Em 1992 foi transferida para a ARF Blumenau, onde desempenhou atividades relacionadas ao atendimento ao contribuinte e malha do imposto de renda pessoa física. Exerceu a função de chefe da Seção de Programação e Logística da DRF Blumenau entre abril de 1998 a março de 2009. Desde abril de 2009 é chefe da Agência da Receita Federal em Brusque-SC.*

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau foi criada pela Portaria MF nº 27, de 16 de fevereiro de 1998, publicada na página 13 do Diário Oficial da União do dia 17 de fevereiro de 1998. Inicialmente criada como Classe “D”, a DRF Blumenau era estruturada em três setores: (1) Tributação, Fiscalização e Controle Aduaneiro (SOTRI); (2) Arrecadação, Tecnologia e Sistemas de Informação (SOART) e (3) Programação e Logística (SOPOL), e jurisdicionando três agências, sendo uma em Brusque, outra em Rio do Sul e a terceira em Timbó. Entre os diversos “Vales do Itajaí”, a DRF Blumenau nascia pequena, porém forte, fruto do empenho e comprometimento de sua gente e do esforço da administração superior da Receita Federal que não mediu esforços para transformar o projeto em realidade.



Em 1º de abril de 1998, em cerimônia prestigiada pelo Superintendente da Receita Federal da 9ª Região Fiscal (que abrange os estados do Paraná e Santa Catarina), Chefes de Divisão, Delegados, Inspetores, Chefes de Seção, representantes dos poderes públicos, da imprensa, da sociedade civil organizada e de servidores, marcava-se a transformação da então Agência da Receita Federal em Blumenau em Delegacia. Na mesma ocasião foram instaladas, simultaneamente, a Delegacia da Receita Federal em Blumenau e suas unidades jurisdicionadas: Agências de Brusque, Rio do Sul e Timbó.

Até a criação da DRF Blumenau, a Agência da Receita Federal em Brusque era jurisdicionada à Delegacia da Receita Federal em Florianópolis/SC. As unidades de Blumenau, Rio do Sul e Timbó, todas agências até então, eram jurisdicionadas à Delegacia da Receita Federal em Joinville/SC. Muitos foram os desafios iniciais, mas a região - dada a sua pujança econômica - clamava por presença fiscal adequada e, assim, a unidade de Blumenau foi transformada de Agência Classe A para Delegacia Classe D com os mesmos recursos, tanto físicos quanto humanos.

## Evolução quantitativa do quadro de servidores entre 1998 e 2015

Apesar da força econômica da região, a Delegacia de Blumenau e suas Agências historicamente vem trabalhando com quadro de pessoal enxuto, se comparado a outras unidades da 9ª Região Fiscal de padrão semelhante. A tabela a seguir apresenta a evolução do quadro de servidores desde a criação da Delegacia em 1998 até o ano de 2015.

UNIDADE	1998	2015
Delegacia da Receita Federal em Blumenau	32	87
Agência da Receita Federal em Brusque	03	08
Agência da Receita Federal em Rio do Sul	05	10
Agência da Receita Federal em Timbó	03	07
Total	43	113

Quadro 1: Evolução do Quadro de servidores



Conforme se observa no Quadro 1, ao longo destes 17 anos, as quatro unidades apresentaram uma evolução de, no mínimo, 100%. Para uma agência, o número de servidores talvez possa ser considerado adequado. Mas, para a sede da Delegacia, considerando a demanda existente e a força econômica da região na qual está inserida, este número fica bastante abaixo da necessidade efetiva, conforme já demonstrado em alguns estudos de lotação ideal desenvolvidos pela RFB.

Quando criada, a Delegacia iniciou com o mesmo quadro de pessoal que tinha enquanto Agência Classe A. Mas é de conhecimento público que, como Agência, as demandas eram muito diferentes e menores do que tem uma Delegacia, pois esta, além de atender as suas próprias demandas, ainda precisa dar o suporte necessário para suas unidades jurisdicionadas. Os servidores que acompanharam e viveram os primeiros anos da história da DRF Blumenau são testemunhas vivas do trabalho exemplar e incansável que fez com que a unidade crescesse e se consolidasse como uma das mais importantes e eficazes da 9ª Região Fiscal.

Apesar do baixo incremento no quadro de servidores ao longo de sua história, há um dado que chama a atenção: dos 43 (quarenta e três) servidores que compunham o quadro inicial de servidores da DRF Blumenau e Agências quando de sua criação, 15 (quinze) ainda permanecem trabalhando na jurisdição. O quadro 2 informa o nome destes servidores e a unidade de exercício em 1998 e 2015.

NOME DO SERVIDOR	1998	2015
Ada Lora Hardt	DRF Blumenau	DRF Blumenau
Amilcar Éder Costa	ARF Brusque	ARF Brusque
Carlos Alberto Lema	DRF Blumenau	DRF Blumenau
Edison José Santana da Cruz	DRF Blumenau	DRF Blumenau
Everaldo Back	DRF Blumenau	DRF Blumenau
Inácio Fiamoncini	ARF Timbó	ARF Timbó
Isabel Cristine Correa	ARF Rio do Sul	ARF Rio do Sul



José Alexandre Coelho	DRF Blumenau	DRF Blumenau
Kurt Theodor Krause	DRF Blumenau	DRF Blumenau
Paulo Márcio da Rocha Carmona	DRF Blumenau	DRF Blumenau
Rosemari Glatz	DRF Blumenau	ARF Brusque
Sandra Mara Lange Dallagnollo	DRF Blumenau	DRF Blumenau
Solange Malkiewicz Busarello	ARF Timbó	ARF Timbó
Sandro Geraldo Bagattoli	DRF Blumenau	DRF Blumenau
Valda da Cunha Fujii	ARF Rio do Sul	ARF Rio do Sul

Quadro 2: Nome dos servidores e unidade de exercício em 1998 e 2015

A área jurisdicionada pela Delegacia em Blumenau e Agências de Brusque, Rio do Sul e Timbó se destaca pela alta taxa de longevidade e pelo baixo índice de analfabetismo, um dos menores do país. Santa Catarina é considerado o estado brasileiro com a melhor qualidade de vida e que oferece a seus habitantes um nível de bem-estar econômico acima de qualquer outro estado do país. Isso talvez explique o alto índice de permanência dos servidores que escolhem a jurisdição de Blumenau para trabalhar, pois é um bom lugar para se viver.

## Quadro de Dirigentes

No que se refere a seus dirigentes, ocorreram poucas mudanças ao longo da história da Delegacia. Durante os anos mais difíceis - os primeiros anos -, a Delegacia foi gerida pelo servidor Édison José Santana da Cruz, que já era o Chefe da Agência da Receita Federal em Blumenau desde o ano de 1994 e que assumiu o grande desafio de estruturar a nova Delegacia. Dos servidores que ocupavam cargo de gestão quando da criação da DRF/Blumenau, seja na qualidade de chefe de unidade ou chefe de setor, apenas uma servidora continua na chefia, porém em outra função, agora como titular da unidade de Brusque. O Quadro 3 relaciona os gestores da Delegacia e Agências jurisdicionadas entre o período de 1998 a 2015.



UNIDADE	PERÍODO
DRF BLUMENAU	
Édison José Santana da Cruz	1998-2010
Mario Sueki Sonomura	2010-2012
Marco Antônio Franco	2012-2013
Jaime Böger	2013 -
ARF BRUSQUE	
Amílcar Eder Costa	1998-2009
Rosemari Glatz	2009 -
ARF RIO DO SUL	
Tânia Beatriz Medeiros Nascimento	1998-2001
Valda da Cunha Fujji	2001-2015
Guilherme Martins dos Santos	2015 -
ARF TIMBÓ	
Inácio Fiamoncini	1998-2014
João Batista de Medeiros	2014-2015

Quadro 3: Histórico dos Gestores da DRF Blumenau e Agências.

A região abrangida pela DRF Blumenau e suas Agências tem crescido significativamente desde a criação da Delegacia, tanto em número de habitantes quanto em geração de riqueza e renda. Em 2015, segundo dados do IBGE, Blumenau foi considerada a 3ª cidade mais populosa do estado de Santa Catarina, com 338.876 habitantes, ficando atrás apenas de Joinville e Florianópolis. Brusque ocupa a 12ª colocação, com 122.775 habitantes, Rio do Sul ocupa a 19ª posição, com 67.237 habitantes e Timbó ocupa a 34ª posição, com 41.283 habitantes.

Embora as cidades jurisdicionadas pela DRF Blumenau e Agências não sejam muito populosas, destacam-se em índices como desenvolvimento humano, qualidade de vida, cultura, educação e renda per capita, com elevado número de indústrias e grande extensão urbana, o que impõe desafio adicional ao gestor e à equipe para o alcance das metas institucionais.



## Instalações Físicas

No que se refere às instalações físicas, em 2015 as quatro unidades estão instaladas em imóveis alugados. Exceto a Agência de Timbó, as demais unidades mudaram de endereço depois da criação da Delegacia.

A Agência da Receita Federal de Rio do Sul mudou de endereço ainda no ano de 1998. A Delegacia da Receita Federal em Blumenau, que inicialmente estava instalada em prédio próprio com área construída de pouco mais de 800 m<sup>2</sup>, no segundo semestre de 1999 foi transferida para o atual endereço, com área de quase 2.300 m<sup>2</sup>. A Agência de Brusque também mudou de local pouco depois. No Quadro 4 são informados os endereços das unidades em 2015.

UNIDADE	ENDEREÇO
DRF Blumenau	Rua Namy Deeke, n° 40, Centro.
ARF Brusque	Rua Rodrigues Alves, n° 130, Centro
ARF Rio do Sul	Rua Carlos Gomes, n° 132, Centro
ARF Timbó	Rua General Osório, n° 311, Sala 5, Centro

Quadro 4: Endereços da Delegacia e Agências

Todas as cidades-sede de unidade administrativa da DRF Blumenau sofrem em consequência de catástrofes naturais. Isso exerce influência na escolha do local onde uma unidade é instalada. Mesmo tomando as precauções necessárias, de uma forma ou de outra a unidade é impactada pelos fatores naturais. Medidas preventivas são adotadas, mas, ainda assim, considerando a localização atual, nenhuma das unidades está totalmente livre de ter suas instalações inundadas por uma enchente.

A Agência de Rio do Sul, por exemplo, apesar de estar instalada no primeiro andar de um prédio comercial, por poucos centímetros não teve



suas instalações inundadas pelas enchentes que assolaram o Vale, Médio Vale e Alto Vale do Itajaí em 2011, ocasião em que a Agência de Brusque teve suas instalações invadidas pelas águas. A Agência de Timbó fica sem acesso quando a cidade sofre com as enchentes, assim como a Delegacia em Blumenau que, além de não ter acesso, tem no mínimo, seu subsolo inundado quando as águas transbordam o Rio Itajaí Açu.

Em que pese a cultura regional de percepção de risco, a organização comunitária e o esforço conjunto da população e do poder público para minimizar os impactos das ocorrências naturais, a solução definitiva para que as unidades deixem de estar sujeitas a inundações passa por poucas alternativas. Uma delas seria ocupar andares mais elevados de prédios comerciais, pois procurar regiões mais altas, como morros, por exemplo, nem sempre é seguro, visto que a maior parte dos “Vales do Itajaí” é suscetível, também, a deslizamentos de terra.

A cidade de Blumenau, assim como Timbó, localiza-se no Vale do Itajaí. A cidade de Brusque está situada no Vale do Itajaí Mirim. Rio do Sul, por sua vez, localiza-se no Alto Vale do Itajaí. São municípios catarinenses relativamente próximos e com características semelhantes. Mas, além de terem sido colonizados predominantemente por alemães e italianos e de sofrerem com desastres naturais como as enchentes, o que estes vales têm em comum? Os vários rios que banham o seu território e que “batizam” estes vales de características ímpares.

O Rio Itajaí do Oeste (*Westarm*, ou Braço do Oeste) nasce na Serra do Espigão, em Rio do Campo, desemboca no Rio Taió (bacia do Itajaí Açu), Alto Vale do Itajaí e, quando chega ao município de Rio do Sul (*Südarm*, ou Braço do Sul) soma sua água ao Rio Itajaí do Sul que, a partir de então, denomina-se Rio Itajaí Açu. Serpenteando rumo a Itajaí, ao Rio Itajaí Açu acrescentam-se as águas de outros afluentes: Rio Hercílio (*Nordarm*, ou Braço do Norte), na divisa dos municípios de Lontras e



Ibirama; Rio Benedito, no município de Indaial e o Rio do Testo, que passa por Pomerode e deságua no Itajaí Açu. Há, também, o Rio Itajaí Mirim, que nasce na Serra do Faxinal, no município de Vidal Ramos, atravessa a cidade de Brusque e deságua no Rio Itajaí Açu, já na cidade de Itajaí. Juntos, como um só rio, deságuam no Oceano Atlântico. Todas estas cidades que são os nascedouros dos diversos Itajaís pertencem à grande jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau e Agências de Brusque, Rio do Sul e Timbó, unidades que, juntas, abarcam quase 50 municípios.

Os Vales do Itajaí são conhecidos e admirados pela sua beleza natural, cultura, riqueza, cooperação mútua e empreendedorismo de seu povo. Desde os primórdios de sua colonização a economia é forte, como consequência da organização e do trabalho de sua gente. Estes vales sempre sofreram - e continuarão sofrendo -, com os efeitos dos fenômenos naturais. Ainda assim continuam lindos, pois o povo que os ocupa é guerreiro, organizado, gosta de trabalhar, contribui com a riqueza de Santa Catarina e do Brasil. Povo que, quando cai, levanta, aprende com o tombo e segue em frente. Empreendedor, contribui para a arrecadação dos tributos, mas cobra a contrapartida.

E é neste contexto - e talvez como consequência das características desse povo, que foi criada e se consolidou, com seu perfil único, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau e as Agências de Brusque, Rio do Sul e Timbó. Eis sua história, que se mescla com a história de seus próprios servidores, com a história de sua gente.





## Eu tive o privilégio de atender pessoalmente um ministro!

*Lázaro Justo Jacinto*  
*DRF/Anápolis-GO*

*Responsável pelo Setor de Recursos Humanos, da DRF/Anápolis-GO.*

Como responsável pelo setor de Recursos Humanos da DRF/Anápolis, desde 2002, tenho visto e feito de tudo... Ou quase de tudo!

Já fui chamado para socorrer servidores em seus variegados reclames. Ora, narrar todos os fatos me exigiria a lavra de um compêndio inteiro, e de espesso volume; então, vou contar somente alguns, que nem são os principais!

### O pernambucano sortudo

Num início de tarde liga para mim um servidor recém-removido do Recife, que ainda tentava entender as loucuras do trânsito goiano. Trêmulo e quase sem fala, ele acabara de colidir seu carro na traseira de outro. Ocorre que esse outro era um Mercedes Coisa & Tal, cujo



“precinho” não é nada atinente ao mundo dos mortais. Respirei fundo e parti para a estrovação!

Pá daqui e pá dali, acalmados os nervos dos açodados condutores de veículos, aconteceu o óbvio: o bacana levou seu possante à concessionária autorizada (luxo absoluto!), e meu colega contentou-se em levar o seu popular na “Oficina do Zé”, por mim indicada. Três horas depois, o abastado ligou para o colega marcando um encontro na choperia mais chique da cidade, de sua propriedade, objetivando acertar as nuances do concerto.

Então, visando precatar-se de eventuais sustos e desmaios, meu colega levou-me a tiracolo...

Que nada! Além do chope de graça que tomamos, a boa notícia foi saber que o colega não pagaria um centavo sequer pelo prejuízo causado. É que a supermáquina do grã-fino estribava-se nos benfazejos do seguro...

### **Outro lance envolvendo carros**

Durante o meu sagrado horário de almoço, de uma praça assaz movimentada me liga uma servidora aposentada, hipertensa e braba que só um cão. Chamou-me às pressas porquanto um incauto abalroara a traseira de seu carro; e ela, possuída de raiva, não conseguia atinar, e dizia lá coisa por coisa.

Pá de lá e pá de cá, e acalmados os nervos dos açodados condutores de veículos, tive a felicidade de concluir mais uma missão automobilística (tudo a ver com RH!), e então voltei assobiando para o meu amado setor.



## **Carro de servidor versus carro de polícia**

Numa sexta-feira de calor intenso, tendo estendido o meu expediente até as tantas, de um “esquinhão”, vocifera ao telefone um servidor, dizendo que por lá a chapa estava quente. Esquinhão, aqui em minha cidade, é um desses lugares onde rolam um bom churrasco e cerveja a rodo.

É que um colega nosso, curtindo os vapores do álcool, havia estacionado seu automóvel sobre a faixa de pedestres... Quando lá cheguei, flagrei-o com o “tanque” cheio até os cotovelos, tresandando um bafo desgraçado e dizendo a seguinte abobrinha aos policiais:

- Engraçado, quando a gente estaciona o carro de forma irregular, lá vem advertência, multa e até prisão; mas vocês, policiais, podem estacionar suas viaturas onde bem entenderem...

Pá daqui e pá dali, e acalmados os nervos dos açodados condutores de veículos, voltei de mais uma missão automobilística (e que missão!), após livrar um colega de um imbróglio...

## **Saúde é o que interessa!**

- Alô, RH, dê um pulo aqui na garagem, depressa, porque duas pessoas estão quase saindo no tapa! Liga-me, esbaforido, o guarda.

Quando cheguei e perguntei o motivo da confusão, um cidadão completamente fora de si, e por isso não sabia se me chamava de delegado ou de superintendente, disse-me que o nosso motorista, dirigindo um caminhão-baú, o fechou numa curva, obrigando-o a subir na calçada, atrasando ainda mais a sua ida ao hospital, aonde ele se dirigia com o fim de socorrer sua querida mamãe. Por sua vez, o nosso motorista postou-se na defensiva, jurando inocência e fidelidade no cumprimento de todo o manual de trânsito.



Pá de lá e pá de cá, e ainda não acalmados os nervos dos açodados condutores de veículos, olhei então para dentro do carro, vi uma anciã gemendo de dor e dei o meu veredicto:

- Amigo, acho melhor você socorrer a velha e depois voltar aqui para tratarmos do assunto com mais calma.

Ele se foi e nunca mais o vimos!

### **Susto no elevador**

Numa bela manhã, eu chegava para o trabalho e, no elevador, desmaiou sobre mim o meu nobre chefe, fazendo-me correr com ele para o hospital.

Diagnóstico médico: Anemia profunda.

Diagnóstico nosso: Falta de comida nas tripas.

Desde então, ele que não era lá muito fã do nosso lanche setorial, passou também a dar, de quando em vez, suas quase discretas “beliscadas”.

Moral da história: Ele engordou um pouco, mas nunca mais desmaiou!

### **Esquizofrenia e mangaça não combinam**

Isto mesmo! Não há a menor chance de combinação entre essa mazela e água que passarinho não bebe. Com efeito, no crepúsculo de um exaustivo dia de expediente me liga a esposa de um servidor:

- RH, corra até aqui, no bar tal, porque o meu marido está doido, quebrando tudo!



O servidor em questão padecia de acentuado grau de esquizofrenia e fazia uso de um medicamento de tarja preta. Por este motivo, o médico lhe recomendou distância abismal de quaisquer tipos de bebida alcoólica; mas ele, teimoso como uma mula, tomava lá um “goró dos brabos” e ficava, literalmente, “doido de pedra”.

E este foi só um dos socorros que lhe prestei...

Bem, estes fatos supracitados demonstram o “suave” cotidiano de um setor de Recursos Humanos, que lida com seres humanos nas suas espinhosas, porém divertidas complexidades. Daí, penso que os Recursos Humanos bem que poderiam receber o azado nome de “Divã”, ou “Pronto Socorro”.

### **Agora, o episódio do ministro**

No início do expediente vespertino, faz soar meu telefone o segurança:

- Lázaro, encontra-se presente o Sr. Antônio, ministro, e deseja falar com você.

- Ministro? Perguntei, estupefato!

- Sim, ele apresentou as credenciais e, de fato, é um ministro.

- Bem, não seria melhor encaminhá-lo ao Delegado? (Não tem jeito, *homo semper eadem!* Na hora do apuro, procura logo passar a batata quente para o próximo!)

- Bom, é que ele pronunciou claramente o seu nome...

Ao desligar o telefone e preparar-me para descer, pensei com os meus botões:

- Macacos me mordam! Não sou assim tão reles quanto eu pensava, porque, depois de atender a diferentes tipos de potestades, nesta minha



peregrinação, tenho agora o privilégio de atender um ministro... E por que cargas d'água um ministro veio até aqui para falar pessoalmente comigo? Será que veio me convidar para exercer o cargo de Secretário-Executivo? Desde quando sou conhecido na Esplanada dos Ministérios? Qual pasta ostenta sua excelência, uma vez que são tantos os ministérios, que não sabemos os nomes de todos eles? E se for um ministro zangado por causa de alguma presepada que eu tenha feito?

Assim matutando, antes de dirigir-me à sala de recepção passei rapidamente no banheiro para checar o visual: estava mais bonito do que pai de noiva em dia de casamento da filha encalhada!

Então, antes de fazer a curva da escada que dá para o saguão, dei uma parada básica para estudar o perfil do meu ilustre visitante...

Desopilei-me completamente!

Com ares de triunfo, percebi logo se tratar de um velho amigo meu, o Antônio Jesus de Oliveira, que eu não via há mais de trinta anos!

Após os calorosos cumprimentos e quejandos, ele finalmente formulou seu pedido ministerial:

- Prezado irmão, no múnus de ministro do Evangelho, na égide de pastor de uma grei que tem em seu bojo uma imensa e carente creche, fui informado de que tenho o direito de receber doações por parte da RFB...

Então eu levei o ministro do Evangelho ao setor que trata do assunto, onde ele foi muito bem atendido; e, gozoso, voltei para o meu humilde setor, pensando novamente com os meus botões:

- Bem, depois de usar todos os meus Recursos para atender aos Humanos, penso que agora não me falta acontecer mais nada na infindável faina dos Recursos Humanos!



## Fiscalizasamba

*Nelito de Jesus Ramos Campos*

*DRF/Campinas-SP*

*Contador, pós graduado em contabilidade e auditoria, Bacharel em direito, professor, auditor fiscal RFB desde 12/07/1993, realizou auditorias externas, especialista em Ebas, foi chefe do Seort-Prev. Atualmente no Seort da DRF-Campinas/SP.*

Essa história aconteceu pelos idos de 2001 em um dos nossos trabalhos em força-tarefa realizados no Distrito Federal em Brasília.

Fomos convocados para realizar um trabalho junto ao CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, eu e outros quatro colegas Auditores-Fiscais da extinta Secretaria da Receita Previdenciária, mais precisamente, uma força-tarefa para desafogamento do serviço de análise de pedidos de certificado de entidades beneficentes de assistência social.

Trabalho árduo, mas pela experiência acumulada ao longo dos anos, era uma equipe altamente gabaritada e comprometida, diria eu, a “Tropa de Elite” da filantropia.

Fizemos grande amizade, tão grande que alugamos uma casa aconchegante e que acomodava bem a equipe e onde podíamos, mesmo



depois do expediente, trocar ideias, direcionar, dimensionar os trabalhos, discutir estratégias para o bom andamento da missão para a qual fomos escolhidos, enfim, por três meses formamos uma verdadeira família imbuída de um só objetivo, reduzir sensivelmente o estoque de processos no CNAS.

Mas, como ninguém é de ferro, em alguns finais de tarde, depois de um dia de labor incessante, nada melhor do que sair para um happy hour, relaxar e discutir o andamento dos trabalhos, planejar, jogar conversa fora, enfim, criar laços.

Como nós estávamos convocados e já estávamos em Brasília há mais de dois meses longe da família, vindo para casa somente em alguns finais de semana há cada duas ou três semanas, para afagar a saudade e a solidão, em uma das vindas resolvi levar uns instrumentos musicais, pandeiro, cavaquinho, chocalho e timbau, embora nem soubesse se no grupo havia alguém que tocava - apenas pra fazer barulho.

Pois bem, certo dia, como sempre fazíamos, saímos para jantar e descobrimos um barzinho ajeitadinho, com cadeiras na calçada, cervejinha gelada, porções de tremoços e dois garçons muito atenciosos, além do dono, “uma figura”, cheio de prosa. E não era tão longe, apenas a duas quadras de nosso cafofo.

Amizade feita com o dono do boteco, gentilmente pedimos pra ele nos deixar tocar um pouco na calçada em frente ao seu estabelecimento, só para passar tempo e degustar uns petiscos, mas deixamos claro que ninguém era profissional, era só mesmo pra nos divertir.

Pegamos os instrumentos e vimos que dava pra brincar um pouco, pois cada um se ajeitou com um dos instrumentos, exceto um dos colegas que era desafinado até pra bater palmas; mas nos acompanhou e disse que seria o empresário do grupo que naquele mesmo dia foi batizado de “Fiscalizasamba”.





Devidamente autorizados e com umas poucas músicas ensaiadas, começamos o show para nós mesmos. Uma, duas, três músicas, o barzinho começou a lotar. Pessoas que nunca tínhamos visto antes começaram a cantar junto, pedir músicas, bater nas mesas, na palma da mão, cervejinha daqui, petisquinho dali, e o bar enchendo. Entre uma música e outra, o dono do bar disse a um dos dois garçons pra não deixar faltar nada na nossa mesa e que o nosso consumo seria por conta da casa.

Como ninguém estava preparado para tanto sucesso repentino, nem nós nem o dono do bar, logicamente, acabou a cerveja, pois o proprietário nos disse que nunca o bar dele encheu tanto; e nós, satisfeitos por sairmos para divertir, acabamos fazendo sucesso, comendo e bebendo de graça.

Enquanto tocávamos, o dono do bar conversou com nosso “empresário” e fechou contrato para tocarmos todos os dias, já que naquele dia teve que fechar um pouco mais cedo por ter acabado seu estoque de comes e bebes.

Infelizmente eram os últimos dias daquela força tarefa. Tocamos mais uns dois dias e tivemos que retornar para os nossos lares, de modo que o Fiscalizasamba nasceu, viveu e não durou mais que poucos dias, mas o suficiente para criar laços de amizade entre o grupo, amizade que há de se perpetuar na nossa história de trabalho na Receita Previdenciária, atual Receita Federal do Brasil.

Quanto ao trabalho, missão cumprida e muito elogiada, pois conseguimos concluir a contento a análise dos pedidos de certificado das maiores entidades beneficentes do país, cujo resultado proporcionou o incremento de milhões de reais para os cofres públicos, vez que, nem todas as entidades preenchiam as exigências legais para a certificação, requisito essencial para obtenção de isenção / imunidade das contribuições sociais.

A equipe conquistou tamanho respeito no âmbito da Previdência Social que vários de nós fomos convidados para realizar outros trabalhos de



grande importância para o país, inclusive chefiar departamentos no âmbito do INSS e do CNAS.

Aproveito essa oportunidade para mandar um forte abraço aos meus amigos auditores-cantores Marcio Fidelis, Luis Domiciano, Antonio Furlan, Jéssica Ahnert, que, juntamente comigo, formaram o famoso grupo de pagode “Fiscalizasamba”.



## Guardas da fronteira

*Augusto César Feitosa Pantoja*

*ARF/Ananindeua-PA*

*Exerce a atividade de atendimento ao público, análise de processos de revisão de Dívida Ativa, parcelamento, análise de pedido de CND, entre outras relacionadas ao atendimento e à arrecadação. Ingressou na RFB em 01/06/2001, trabalhando inicialmente em Tabatinga-AM até junho de 2003, e desde então atua na ARF/Ananindeua/PA.*

Após conquistar uma cobiçada vaga no serviço público, passando por um difícil processo de seleção, muitas pessoas, das mais diversas áreas se aventuram em uma empreitada que os levam a distantes lugares para exercerem uma atividade que não se imagina tão desafiadora e perigosa como a aduaneira. Acompanhada ainda da também difícil tarefa de se adaptar, tendo que superar inúmeras dificuldades cotidianas para os habitantes daquelas localidades esquecidas pelo Estado.

Foi numa dessas apostas da vida de concurseiro que se inscreve, estuda e depois vê o que acontece, que tive a sorte de parar, no ano de 2001, na cidade de Tabatinga, Amazonas, na tríplice fronteira com a Colômbia e o Peru. Localidade que apresentava os problemas comuns à maioria dos municípios do interior da Região Norte, embora longe de ser considerado



um lugar inóspito. A cidade, com uma população de mais de trinta mil habitantes, contava com hospital, escolas, bancos, comércio, restaurantes, aeroporto, fórum... Além, é claro, da Inspetoria da Receita Federal.

Nesse município, trabalhando durante dois anos e aprendendo oportunidades dos colombianos que moravam no Brasil, vivi algumas experiências que só acontecem quando temos duas cidades de países vizinhos formando praticamente uma só. Do outro lado da fronteira, passando pelo marco quase imperceptível, estava a Cidade de Letícia, Capital do Departamento do Amazonas - Colômbia, livre da atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), onde muitos se refugiavam ao costado da mãe gentil dos brasileiros. E é uma dessas pequenas experiências que compartilho.

O ano era 2003, manhã de fevereiro. Exercia minha atividade de atendimento ao público na Inspetoria, quando um homem com seus trinta e poucos anos chegou à repartição portando um recibo de compra de um aparelho de som, adquirido em Letícia, para obter informação de quanto teria que pagar de imposto por aquele produto que pretendia enviar para a cidade de Manaus. Verifiquei a nota apresentada que estava em pesos colombianos, que descrevia um conjunto de som com amplificadores, dito profissional, de elevado valor, acima da média dos que eram vendidos em Tabatinga. Depois de examinar o documento informei sobre o percentual das alíquotas aplicáveis, levando-o a se queixar do custo muito alto, dizendo que tal cobrança era um absurdo, e perguntando de maneira muito estranha, se aquele aparelho mesmo pertencendo à Polícia Militar teria que pagar imposto. Ao ouvir como resposta a necessidade da PM fazer a importação do produto para incorporá-lo ao seu patrimônio, ficou ainda mais insatisfeito, reclamou de novo e foi embora.

Essas consultas eram muito comuns, pois muitas pessoas faziam compras em Letícia, até acima do limite permitido, para levar para outras



partes do Brasil, e em Tabatinga não havia posto de fronteira alfandegado, por isso não fazíamos fiscalização ostensiva na fronteira terrestre, que também demandava recurso humano para impedir a entrada de mercadorias estrangeiras. A cidade fazia parte de uma área de livre comércio, quando há incentivos fiscais para a circulação de produtos de procedência estrangeira, tendo que obedecer, contudo, às formalidades de importação, que também não eram realizadas pelos comerciantes devido à facilidade de passagem de uma cidade para a outra. Afinal, por que importar se posso simplesmente comprar e levar? Chegávamos a apreender mercadorias no comércio local, principalmente quando havia operações, mas isso não inibia por muito tempo a atuação clandestina. Então a atividade regular de fiscalização da Receita se restringia ao aeroporto internacional e ao porto.

Na noite do mesmo dia, obedecendo à escala previamente determinada, fui ao aeroporto para fazer a verificação de bagagens dos passageiros que embarcariam em um voo de saída para Manaus, programado para uma hora da manhã. Essa tarefa era realizada no recinto alfandegado, sem a ajuda de escâner algum, tendo que abrir as malas e bolsas dos passageiros, que ainda tinham que passar pelo balcão da Polícia Federal para uma segunda inspeção. Um tanto constrangedora era a reclamação das pessoas, mas o trabalho precisava ser feito.

Não obstante a relação de cooperação com a Receita, um ou outro agente federal gostava de fazer piada dizendo que apreender as “coisas” dos outros era muito perverso, uma afronta ao direito de propriedade e tudo o mais, e que “bom mesmo era prender gente”. O que se poderia dizer então a quem pensa assim?

A resposta seria dada naquela mesma noite, quando chegou para vistoria, uma caixa trazida por um funcionário da companhia aérea acompanhada de uma nota fiscal de um aparelho de som adquirido em uma



loja de Tabatinga, que seria despachado como carga, e que pertencia, segundo ele, a um policial militar que também embarcaria naquele voo. Nem esperou que eu terminasse de conferir a nota e já ia saindo com a encomenda em direção ao pessoal da Polícia Federal, quando o chamei para que voltasse e abrisse a caixa. Tiramos todo o equipamento de dentro, composto por três partes, e constatei que não havia nenhuma indicação da procedência, não era uma marca conhecida, não havia o “made in”, ou “indústria brasileira”, ou “produzido na Zona Franca de Manaus”. A nota era do dia anterior, mas a descrição não permitia dizer que era o mesmo produto que estava ali na minha frente. Então, já desconfiado daquele cidadão que tinha estado na inspetoria pela manhã, disse ao funcionário que a carga ficaria retida e que aguardaria a chegada do passageiro para fazer o termo de retenção. Pouco tempo depois, aquela mesma pessoa da fatura colombiana se apresentou como dona do aparelho, e se identificou como tenente da Polícia Militar.

- Então é o senhor mesmo - confirmei - não disse que esse aparelho não poderia ser embarcado sem pagamento de imposto?

O policial, meio que surpreso ao me ver, primeiro tentou se explicar, dizendo que não era o mesmo aparelho, que havia desistido daquela compra em Letícia, mas acabou confessando que a origem era estrangeira quando lhe falei das divergências da nota fiscal. Pediu que liberasse o equipamento assim mesmo, acrescentando que já havia sido delegado em Tabatinga, e que tal apreensão “acabaria com sua carreira”. Sem compreender o que ele queria dizer com aquela expressão melodramática, lavei o termo de retenção, e o policial seguiu para a sala de embarque “de mãos vazias”.

Logo após a partida do voo, já no estacionamento do aeroporto, a caixa contendo o material apreendido foi colocada na carroceria da caminhonete da Receita para levá-la ao depósito da inspetoria. Era uma e



meia da manhã, estava encerrado o expediente, tudo resolvido, apenas o vento frio e o silêncio da madrugada. Mas o dia estava apenas começando.

Quando retornei ao trabalho pela manhã, por volta das dez horas, já que fazia jus a uma compensação de horário depois de uma noite bastante movimentada, deparei-me com dois policiais federais conversando com o chefe da nossa unidade, que foram logo me mostrando o que estava espalhado sobre a mesa. O equipamento de som retido se encontrava completamente desmontado por eles, e no lugar de dispositivos eletrônicos e alto-falantes, havia vários pacotes de substância branca, que pareciam... cocaína? Isso mesmo - disseram, aproximadamente 15 quilos, revelados após a pesagem, sem que houvesse nenhum transistor ou capacitor, nada no interior do aparelho senão drogas.

Sem saber o que pensar, ainda surpreso, ouvi o agente federal me explicar que de manhã cedo receberam uma ligação anônima que denunciava a presença de drogas dentro do aparelho de som, e por isso foram imediatamente conferir a denúncia, e diante daquela constatação pediram a prisão do policial militar, que fiquei sabendo executada em Manaus.

Todo o material apreendido, incluindo o termo de retenção, foi transferido para o poder da Polícia Federal, pois não se tratava mais de mercadoria retida, de descaminho, mas de contrabando, de crime hediondo de tráfico de drogas. E enquanto a muamba era levada para a viatura da PF, lembro do comentário que fazíamos: “imagina se alguma quadrilha envolvida resolve interceptar o carro da Receita depois de sair do aeroporto? Nem pensa nisso.”

Esse episódio ainda me rendeu algum trabalho, uma inquirição de testemunha na Delegacia da Polícia Federal, um depoimento na Polícia Militar em processo administrativo aberto contra o acusado, e outro depoimento na Justiça, ocasião em que o advogado de defesa tentou desqualificar minhas declarações por eu não ter presenciado o momento da abertura do aparelho.



## Humanização e atendimento

*Ana Lúcia Gomes*  
ARF/São Caetano do Sul-SP

*Chefiou a Equipe de Parcelamento de 1991 a 2009; Chefiou os CAC Pinheiros, Parcelamento e Luz de 02/2009 a 01/2014; chefiou a EQCON/Dirac/Derpf de 02/2014 a 04/2015, atual agente da ARF/São Caetano do Sul, desde 06/2015.*

“Quando eu estiver triste, simplesmente me abrace” - Skank

O atendimento ao público na Receita Federal não é tarefa fácil, mas, antes das idas e vindas para resolver questões de conta-corrente, regularização de CPF etc, pessoas buscam, muitas vezes, uma palavra amiga. Alguém para desabafar.

Minha vida tem sido assim, repartir um pouco do lado humano com outras pessoas.

Depois de trabalhar dezoito anos como chefe de parcelamento na Delegacia da Receita Federal em São Paulo, atual Derat, fui desafiada a chefiar um Centro de Atendimento ao Contribuinte, CAC Pinheiros, que, posteriormente, seria fechado, mas, a partir daí, outras e novas experiências em atendimento vieram e se solidificaram.





Quando chamamos alguém, nunca sabemos o que virá dali: uma incompreensão com o país, uma reclamação sobre a carga tributária, a vontade de aprender algo sobre a Receita Federal, ou, apenas, querer ser ouvido.

Tantas experiências eu já passei e quantas vezes pude ouvir pessoas que precisavam apenas de uma palavra amiga, por estarem enfrentando momentos pessoais difíceis, momentos que, não conseguiriam contar com algum familiar. Quantas vezes, mesmo me vendo refletida nos desabafos de várias contribuintes, pude abraçá-las e dizer: há uma saída, você não está só. Momentos assim, dão-me a certeza de que estou no lugar certo. Eu ensino as pessoas, quando têm dúvidas sobre a tributação, mas, sobretudo, com elas aprendo que precisamos uns dos outros.

Há um tempo atrás, numa reestruturação, tinha voltado para uma equipe interna; sentia falta do atendimento, eu não estava feliz, porém, um dia ao pegar o trem para ir ao trabalho, pensei: a estação seguinte é São Caetano, quem dera surgisse uma remoção para lá.

Naquele dia, ao chegar ao trabalho, acessando a intranet, lá estava: o processo seletivo para Agente da Receita Federal em São Caetano do Sul. Pensei: nossa, Deus, o Senhor já me atendeu!

E assim aconteceu, o processo seletivo demorou, mas, eis o resultado, atualmente, como Agente da Receita Federal em São Caetano do Sul, tenho a certeza de que Deus me colocou ali para fazer a diferença.

Somos em poucos, por isso, vira e mexe, estou no atendimento, ouvindo, repartindo, fazendo com que o cidadão também veja que nosso trabalho vai além dos micros, da cobrança, do ouvir reclamação, também, fazemos parte daqueles que se preocupam e que desejam mostrar que excelência no atendimento também é reconciliar-se com o outro.



## Morte no aeroporto

Maria Marlise Welter

Aposentada

*Ingressou na RFB em 15/05/1991 como TTN, atual ATRFB. Serviu à Instituição durante 22 anos na DRF/Foz do Iguaçu-PR. Trabalhou em vários setores, predominantemente na área aduaneira e, especialmente no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu-PR. Deste local de trabalho relatou muitas histórias que serão publicadas em um Livro, «Nos bastidores da Aduana» cujo lançamento será em dezembro de 2015. Aposentou em 31/05/2013 e, mora atualmente em Londrina-PR.*

Aquela manhã de domingo transcorria sem atropelos até a entrada daquele senhor. Magro, alto, grisalho, bem trajado - usava um terno azul e camisa branca. Portava uma mala pequena, discreta. O que chamou a atenção foi sua feição pálida, uma palidez exagerada. Se fosse no horário de “pico”, possivelmente ele passaria pela fiscalização sem ser abordado, por tratar-se, visivelmente, de um estrangeiro. Entretanto, em torno de 10:30, havia poucos passageiros entrando para o check-in e, neste caso, faz-se abordagem de todos.

O policial disse-lhe, em português, que colocasse a mala na esteira. Ele parou e ficou olhando para o policial e, ficou claro que não havia entendido. O policial se dirigiu a ele em inglês e nada. Tentou o espanhol e nenhuma reação. Como ele estava com o passaporte na mão, o policial fez um gesto que ficou claro que ele queria ver o seu passaporte. Ele o estendeu ao policial e a mão estava trêmula. Tratava-se de um húngaro.



O policial verificou a lista dos passageiros para embarque naquele domingo, mas não constava o nome dele em nenhum dos voos. Muito raramente os passageiros compram a passagem na hora do embarque, ainda mais se tratando de um estrangeiro. Como era pouco provável conseguir alguém no aeroporto que falasse húngaro, era preciso encontrar um modo de se comunicar, mesmo que fosse gestual.

O próprio policial então colocou a mala do passageiro na esteira. A leitura no scanner indicava claramente uma saliência acentuada no fundo da mala, havendo necessidade de abri-la a fim de verificar o conteúdo. Algumas roupas, objetos de uso pessoal e aquela saliência.

De posse de uma ferramenta de trabalho, o policial “espetou” o fundo da mala e do pequeno furo apareceu o pó branco. O passageiro estático à frente do balcão de fiscalização, nenhuma reação, somente a palidez ainda mais acentuada. O outro policial do plantão foi providenciar o reagente, a fim de aplicá-lo e constatar tratar-se de cocaína ou não.

Enquanto aguardávamos, continuamos a fiscalização dos passageiros que entravam.

De repente, o homem à frente do balcão cai. A primeira a reagir foi minha colega que correu ao Posto Médico do aeroporto a fim de trazer auxílio. O policial ficou ao lado do passageiro caído, pois, não raras vezes, há simulação de mal estar. Eu tratei de isolar a área, desviando os passageiros que entravam. Imediatamente, apresentou-se uma senhora como enfermeira e, iniciou massagem cardíaca enquanto não vinha o auxílio médico. E assim fez, até o médico chegar. Colocaram-no em uma maca e o levaram ao Posto Médico. Neste meio tempo, os policiais, de posse do reagente, fizeram o teste confirmando tratar-se de cocaína.



Em seguida, veio a notícia. O homem morreu. Teve um ataque cardíaco fulminante.

Ficamos chocados, evidentemente.

Algumas perguntas necessitavam de respostas: por que aquele passageiro não constava na lista de nenhum voo? Soubemos, posteriormente, que ele constava na lista de embarque de empresa aérea de Ciudad Del Este e lá deveria embarcar. Possivelmente retiraria a passagem no local, pois não a apresentou no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Soubemos que chegou de táxi ao aeroporto. Será que realmente não falava inglês ou espanhol, a fim de dizer ao taxista para qual aeroporto queria ir? Destino? Fatalidade?

Soubemos, ainda, que o corpo ficou muito tempo no IML e, por fim, sem providências para a remoção ao país de origem, foi enterrado no cemitério em Três Lagoas, bairro de Foz do Iguaçu.



## Naquela mesa

*David Ramos Campos*

*8ª RF/Campinas-SP*

*No Seort, analisa pedidos de restituição de tributos. Foi supervisor de bagagem na Alfândega em Campinas-SP. Ingressou na RF/Previdência em 08/07/1993. Recebeu troféus do Concurso Histórias de Trabalho em 2012 e 2013.*

Algum tempo depois, eu passei novamente no setor de manutenção de computadores onde ocorria, no começo de cada mês, a instalação ou substituição de programas, ou, simplesmente, a atualização.

Havia anexada uma sala com vidros transparentes que permanecia fechada, com acesso restrito, onde se instalavam os grandes computadores, compostos de cabos e uma infinidade de luzes minúsculas piscantes.

Dali era possível avistar uma parte do estacionamento privativo de veículos, além de um conjunto de apartamentos residenciais, em que sempre aparecia alguém na sacada. Concentrados, os servidores tinham, por vezes, o silêncio quebrado, fosse pela presença de visitantes para sanar a dúvida de um colega ou por uma pausa para o cafezinho.



Devido às frequentes demandas, raramente estavam todos no setor. Por vezes, eram vistos de passagem pelos corredores ou escadas. Apesar do evidente estresse do dia a dia, um abraço, um sorriso ou um simples aceno se fazia presente.

Aparentemente, nada mudou. Aliás, quase nada. Mesas, cadeiras, computadores, calendários, agendas, relógio de parede, telefone. Pudera, são desprovidos de sentimentos. Os servidores, contrariamente, por mais que tentassem disfarçar, revelavam, através de um simples olhar, que o ambiente havia mudado. O abraço apresentava uma conotação diferente. Inexplicável, sei lá.

Uma servidora precisou se afastar para tratamento da saúde. Já havia se ausentado outras vezes, mas, certamente, ao encontrar, no trabalho, alento para a cura, mantinha completa a equipe. Da recente ausência, provavelmente, as coisas ficaram mais difíceis.

Nos tempos em que mudanças ocorrem com frequência incomensurável, torna-se impossível a substituição de mão de obra especializada e, principalmente, quando aquilo que se faz é cercado de amor, dedicação, competência e comprometimento.

Hoje, quando retorno ao setor, vem-me o sentimento de que a servidora foi atender algum chamado. Pode ser. Dia desses, ao ligar o rádio, ouvi uma música que, lançada nos anos setenta, fez muito sucesso e que, ao final diz: *“Naquela mesa está faltando ele e a saudade dele, está doendo em mim.”*



## O ex-aposentado

*Elma Botelho Souza*

*DRF/Vitória da Conquista-BA*

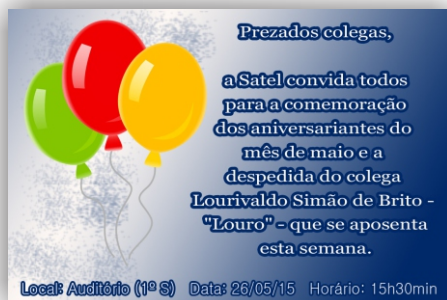
*Ingressou na RFB em fevereiro de 2015, através do concurso ATA 2014. É lotada na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista-BA, na Seção de Tecnologia da Informática e Logística (Satel), Gestão de Pessoas e Representante Local de Capacitação e Desenvolvimento. Formada em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).*

Lourivaldo Simão de Brito, agente de portaria, lotado e em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista, conhecido como Sr. Louro da xerox, decidiu que se aposentaria em maio de 2015. Solicitou à colega Nalvinha, antecipadamente, que desse entrada para que a portaria de concessão saísse no exato dia 20 de maio do corrente ano.

Tudo foi feito conforme o seu pedido. O processo físico foi encaminhado à Divisão de Gestão de Pessoas (Digep) para que as providências de estilo fossem tomadas, enquanto Sr. Louro aguardava a tão sonhada aposentadoria. A semana do dia 20 chegou e ele começou a pedir, todos os dias, para que eu olhasse no Diário Oficial da União (DOU) se seu nome havia “saído” lá, e assim eu fazia. Olhei no primeiro dia e nada, no segundo, nada, no terceiro dia, também nada, no outro, também não...



então, a pedido dele, resolvi ligar para a colega da Digep e perguntar sobre a publicação no DOU. Ela informou que havia ocorrido um atraso no envio para a publicação, mas que até a semana seguinte seria publicado. Como já estávamos com uma “festinha” de despedida programada para ele, e não a realizamos nessa semana por conta de alguns imprevistos, resolvemos que a faríamos na terça-feira, dia 26/05/2015, juntamente com a comemoração dos aniversariantes do mês de maio. Fiz até convite e encaminhei para todos da Delegacia, via *Notes*.



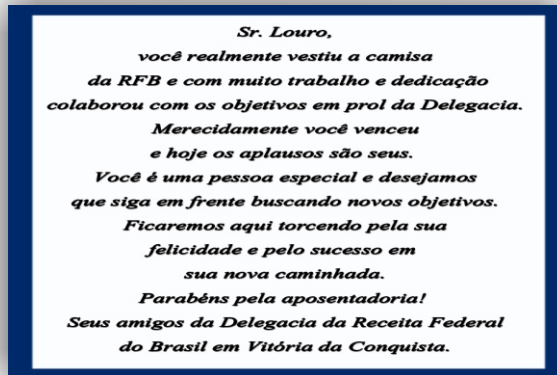
Compramos uns presentinhos para que ele pudesse lembrar sempre dos colegas. Fizemos mensagens de despedida. Apresentação no datashow com diversas fotografias (que passei uma tarde toda selecionando dentre as inúmeras pastas de imagens dos eventos da Delegacia), tudo muito bem organizado e feito com amor e carinho, afinal Sr. Louro merecia uma homenagem caprichada.

Tudo ocorreu conforme organizamos: encomendamos salgados, eu mesma fiz o bolo e sucos diversos, convidamos sua família e colegas já aposentados, incluindo a ex-delegada Maria Helena. Todos se fizeram presentes. Vários colegas o homenagearam com discursos de despedida e agradecimento e todos ficaram muito emocionados, inclusive eu. Digo inclusive eu porque, na época, estava apenas há 3 meses aqui na Delegacia e





a convivência com Sr. Louro havia sido pouca mas suficiente para perceber um caráter excepcional. Enfim, para nós, ele agora já estava “aposentado”, esperando apenas a oficialização do DOU para encerrar suas atividades na Receita Federal.



No dia seguinte, cheguei 30 minutos antes do início do expediente e ao entrar na Delegacia encontrei Sr. Louro e sua esposa sentados na recepção à minha espera. Os dois possuíam uma expressão de preocupação e ela foi logo me dizendo que ele não iria mais se aposentar. Hã? Como assim? Não entendi muito bem sua fala e subimos para minha sala, no 2º andar, para que os dois explicassem direito o que estava acontecendo. Ela disse que fez os cálculos e percebeu que ele “ainda” não poderia se aposentar, porque o que receberia seria muito pouco e não seria suficiente para manter as despesas pessoais, inclusive o plano de saúde, que é de grande valia nessa altura da idade. Explicaram também mais algumas situações que seriam acarretadas pela aposentadoria e que ele estava decidido (ou melhor, que eles estavam decididos) que não queria mais se aposentar. O mais engraçado foi que ele propôs nos devolver os presentes



e a “festa”. Sim, Sr. Louro queria nos devolver a festinha que fizemos em homenagem à sua despedida. Ele disse que faria um churrasco para nos compensar pelos gastos que tivemos. Bem, eu disse que os presentes não precisavam ser devolvidos, mas que a “festa” eu queria que ele devolvesse (rsrsrsrsrsr)... pois todos nós queríamos o churrasco em sua espaçosa moradia. Rimos um pouco para descontrair.

Aguardei Neto, chefe da Satel, chegar e informei-o sobre a nova decisão de Sr. Louro. Neto ligou para a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal e pediu que não mais encaminhassem a portaria para publicação no DOU, pois Sr. Louro havia desistido de se aposentar e a colega da Superintendência assim o fez. Ufa! Que dia longo! Foi tudo muito corrido, mas no fim deu tudo certo. Taí, Sr. Louro, da xerox, agora conhecido como ex-aposentado da Receita Federal do Brasil.



## O verdadeiro glamour da Receita Federal do Brasil

*Adriana Alves dos Reis*

*Subsecretaria de Fiscalização*

*Aprovada no concurso de 2004. Iniciou atividades no CAC de Camaçari. Removida para a DRF/Recife, onde foi Chefe de Equipe e Cobrança, Chefe de Serviço de Arrecadação e Cobrança de CAC. Removida para a Cotec, atuou como Analista de Negócios do ITR. Removida para a Sufis, foi Chefe do Setor de Capacitação e Desenvolvimento e hoje Assistente Técnica do Gabinete do Subsecretário de Fiscalização.*

Meu nome é Adriana Alves dos Reis. Até 2003, uma carioca típica, que circulava bem entre os subúrbios da Zona Oeste, o Centro da cidade e a Zona Sul.

Sempre fui curiosa e destemida. Exatamente por essas características, é que com 14 anos já andava de um lado ao outro do Rio de Janeiro, impressionando-me com os surfistas de trem, com as favelas que cresciam exponencialmente, com a pobreza latente que me cercava, com a violência que me assustava; mas também com as belezas do meu Rio - tanto as naturais como as originadas da qualidade de vida que o dinheiro produz.

Em 2003, quando decidi sair do Rio, morava em Ipanema, uma linda ilha da fantasia no meio da cidade maravilhosa. Mas, circunstâncias vieram, que me levaram a morar em Salvador, a fazer concurso (àquela



época regionalizado para Bahia e Sergipe) para Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, e a ter como primeira lotação a cidade de Camaçari.

Recordo-me que, ainda no meu curso de formação, assustava me ao pensar como seria trabalhar no “interior”, já que para mim tudo que se afastasse alguns quilômetros de uma capital, representava algo de outro mundo. É claro que meu receio só era menor porque outros colegas haviam sido lotados em Teixeira de Freitas, Itabuna e aquilo sim parecia assustador.

Em 25 de março de 2004, fui tomar posse na Delegacia da Receita Federal em Camaçari e me surpreendi pelo prédio pequeno, sem paredes espelhadas, sem o mínimo luxo que eu esperava. Em contrapartida, fui recebida pelo Dr. Pedro Lucena, um Delegado tão humano que se constituiu na minha primeira prova de que o glamour da Receita Federal não estava nas instalações, nos edifícios, mas no seu corpo funcional e na dedicação de seus servidores em prol dos contribuintes e cidadãos.

Ali mudei minha perspectiva sobre como observar as pessoas. Fui direto trabalhar no Centro de Atendimento aos Contribuintes e era engraçado perceber que os contribuintes nos reconheciam a partir de nossos sotaques: éramos a paulista, a baiana, a sergipana e a carioca. Atendíamos e tirávamos as dúvidas não só dos contribuintes, mas de qualquer cidadão que ali chegasse. E olha que alguns entravam apenas para aproveitar o ar condicionado em meio a uma cidade que, apesar de abrigar grandes empresas, possuía um centro comercial pouco desenvolvido.

E eu mesma acabei aprendendo a diferenciar o quê do sergipano, do baiano, do pernambucano, do baiano do interior... Nossa equipe do CAC/Camaçari era tão diversa, mas tão igualitária na vontade de ajudar e demonstrar mais que empatia, simpatia, para aquela pessoa, que às vezes



desconfiada, entrava na Receita Federal sem saber como explicitar seu problema e encontrar a solução.

Descobri um Brasil onde a maioria das pessoas são analfabetas funcionais, que mal assinam o próprio nome. Percebi o quanto a instituição familiar é imperfeita nesse interiorzão, pois das 30 pessoas que atendia, apenas cerca de 10 tinham registro do pai na carteira de identidade. Entretanto, também conheci a gratidão desse brasileiro com o qual não convivia na vida metropolitana que levava.

Para mim foi um aprendizado. Minha necessidade de começar a dirigir foi revista: meus argumentos de automóvel como elemento assassino em potencial e poluidor do ambiente não resistiram à viagem diária de 60 km de estrada em ônibus com horários justíssimos.

Até minha alimentação mudou. Coentro para mim era para peixe e mais nada, mas de tanto me deparar com o coentro em qualquer iguaria dos restaurantes da região, me afeiçoei tanto a esse tempero que ele se tornou cotidiano nas compras de verdura lá de casa, apesar de eu há muito ter saído da Bahia.

Hoje o prédio da Delegacia de Camaçari não existe mais. A sede da Delegacia passou a ser em Lauro de Freitas (sonho já pretendido àquela época) e muitos dos meus amigos que conviveram com essa realidade já foram removidos para outras Delegacias. Sempre que podemos nos encontramos e rimos muito de nossas peripécias, de colegas de trabalho, motoristas bastante desajeitados, corridas para pegar o último ônibus, das nossas experiências no CAC etc. Foi um curto período, mas muito intenso, e por isso levo essas amizades dentro do meu coração.

Como o tema aqui é relatar uma história da Receita, resolvi escolher uma das que mais me comoveu. Um senhor, que se via ser um lavrador bastante humilde, enfrentava problemas porque no passado tinha



sido orientado a abrir uma firma (para reconhecer algum documento), mas algum contador mais afoito resolveu abrir uma firma (empresa) para ele. Desde então, ele ia e vinha em escritórios de contabilidade sem conseguir entender o que se passava. Numa dessas andanças, eu o atendi, e sensibilizada tentei explicar esmiuçadamente o que havia ocorrido e, o mais importante, como se regularizar diante desse equívoco. Ele entendeu e quis demonstrar sua gratidão se despedindo de mim e me prometendo uma galinha viva como presente para o dia seguinte. No primeiro momento só me veio à cabeça: o que eu vou fazer com uma galinha viva em casa? Não rechacei a manifestação de carinho e de imediato sugeri a solução: ao invés da galinha, traga os ovos que já ficarei muito feliz. Sei que aceitar agrado é vedado a servidor público, mas como negaria o produto do trabalho que ele com tanto apreço e orgulho me oferecia?

Pois é, ser da Receita Federal do Brasil me fez deixar de ser carioca e me tornar brasileira, em todas as suas acepções. Depois de Camaçari, passei por Recife, voltei ao Rio e agora estou em Brasília. Amo o que faço e espero dar o meu melhor em cada lugar por onde passar. Descobri que minha real motivação, mais do que de trabalhar em uma instituição de excelência, é tornar-me uma cidadã brasileira de excelência, e dar mais glamour ao que realmente faz a Receita Federal ser diferente: seu corpo funcional.



## Parece mentira, mas eu vi!

*Péricles Gomes Luz*

*DRF/Sete Lagoas-MG*

*Ingressou na RFB em 1998, na DRF em Sete Lagoas-MG, onde foi chefe da Satec até 2010. Em 2010, fez PSI para vaga na Sarti da RF06, onde ficou até 2014 como Especialista em Segurança da Informação. Em 2014, retornou à DRF em Sete Lagoas-MG, onde chefia a Satec até hoje. Também continua prestando serviços à Divisão de Segurança da Informação, como Especialista.*

Há muitos anos, numa pacata delegacia do interior de Minas, ocorreu um fato tão inusitado que vale a pena ser contado, desde que os envolvidos sejam devidamente preservados.

Nesta pacata e recém criada Delegacia, houve um surto de dengue e poucos escaparam dos sanguinolentos desejos do mosquito e seus efeitos maléficos. Como o surto não passava, uma servidora mais supersticiosa resolveu levantar a hipótese daquilo ser um mal olhado ou encosto e foi logo sugerindo ao delegado uma solução, prontamente rechaçada: precisamos chamar um benzedor!

Insatisfeita com a recusa do delegado e preocupada com o surto que insistia em não passar, a servidora aproveitou uma viagem sua e conseguiu



convencer o então responsável pelo expediente da repartição de que a única saída seria chamar seu benzedor, cujas mãos, nas palavras dela, pareciam abençoadas.

No dia seguinte, até quem estava doente veio para se benzer, no que parecia já representar o primeiro milagre do curandeiro: todos os servidores, funcionários e estagiários presentes, a despeito da doença que acometia boa parte deles, apareceram. A prosa estava tão boa que o atraso do homem quase não foi notado e, vendo-o chegar, um senhor septuagenário com um semblante quase angelical, eu, que sequer fui acometido pela doença, quase entrei na fila para a “benzeção”.

O benzedor foi colocado numa sala vazia do almoxarifado e, uma a uma, as pessoas eram chamadas para a “sessão”, saindo caladas e cabisbaixas, como se estivessem saindo de um confessionário onde experimentaram algum tipo de contato superior. A paz taciturna do resto do dia dava a impressão de que todo o mal que pairava sobre a Delegacia havia sido extirpado pelo plácido senhor.

Ah! O dia seguinte, essa quase entidade que teima em nos trazer à realidade dos fatos! Pois bem! No dia seguinte, a calma e silêncio “pós-benzeção” deu lugar a um burburinho intercalado com risos e interjeições raivosas mais exaltadas numa conversa entre os agraciados pelas sessões do dia anterior. Curioso por saber o que se passava, juntei-me ao grupo para descobrir e ter mais detalhes.

Foi então que passei a saber que, para homens e para as mulheres não consideradas atraentes pelo benzedor, a sessão se dava à distância. Já para as mulheres que certamente eram julgadas mais atraentes, o homem cujas mãos “pareciam abençoadas” insistiu em passá-las por todo o corpo de cada uma delas, chegando a colocá-las dentro de algumas camisas, sob a alegação do corpo estar muito carregado.





Entre todas as reclamações ouvidas, jamais esquecerei de uma proferida por uma das mulheres “benzidas”: Uai! Por que ele não fez nada comigo?

Na semana seguinte, foi descoberta uma piscina abandonada nas proximidades do prédio e o surto foi finalmente controlado. Dizem também que até hoje o benzedor recebe telefonemas dos homens ali presentes, perguntando sobre a possibilidade de cursos para benzedor, mas isso carece de confirmação.



## Peregrinação até o prédio do Ministério da Fazenda/RJ

Márcia Elise Schiffer

CAC /Madureira-RJ

*Atividade atual é o atendimento ao público no CAC Madureira-RJ. Redistribuída por força da Lei em 02/05/2007. Paralelamente exerce a função de Escritora com 5 livros publicados e participou em vários feitos literários.*

No ano de 1976, ao conhecer o Prédio do Ministério da Fazenda, fiquei encantada com tamanha beleza, as colunas de mármore estilo aos templos romanos que ficam a frente do prédio, passando a verdadeira importância do que foi e é o prédio para o Brasil. Ao entrar lembro bem que minha condição cultural e social deixaram me completamente hipnotizadas.

A escada em curvas permitiu que ao olhar para cima tivesse uma visão dos andares superiores. Os lustres sem igual logo a entrada eram para mim, uma jovem pobre, algo inexplicável. Naquele momento desejei trabalhar ali só que os pés no chão me fizeram balançar a cabeça por achar que seria um sonho grandioso demais.

O estudo foi minha meta para um crescimento social. Fiz várias provas até que fui efetivada como Datilografa do antigo IAPAS - Instituto



de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social. Deste dia em diante, minha vida mudou em respeito e amor-próprio. Percebi que eu podia.

Do IAPAS fui para o CRPS - Conselho de Recursos da Previdência Social e com o seu Presidente, Dr. Aquiles Wall Ferraz (falecido), pude aprender a valorizar, respeitar e amar o serviço público. Nos horários livres, seguia do CRPS até o prédio do Ministério da Fazenda para andar e observar sua arquitetura, com o tempo passei a frequentar as agências bancárias que ficavam no térreo. O melhor horário para caminhar no andar térreo era a tardinha quando as luzes do sol atravessavam as portas de ferro vazadas, deixando a todos estupecatos com tamanha beleza.

Mudanças governamentais conduziram-me do IAPAS ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, na linha de Arrecadação, do INSS a Receita Previdenciária, da Receita Previdenciária a Super Receita - a Receita Federal do Brasil com lotação no prédio que nunca imaginei trabalhar.

M. Elise Schiffer a jovem simples havia realizado seu sonho de subir as escadas do Prédio do Ministério da Fazenda. Redistribuída eu estava, faltava assentar-me na edificação que ainda vagava no meu imaginário. O impedimento era o quantitativo dos pedidos de restituições, que deveriam ser saneados e encaminhados para as respectivas delegacias responsáveis por seus logradouros.

O Setor não mais centralizava todos os pedidos de restituições do Município do Rio de Janeiro. O levantamento e encaminhamento dos processos conduziam os funcionários por uma peregrinação pelo edifício na Av. Presidente Vargas, pelo prédio na Rua Pedro Lessa e finalmente pelo prédio tão sonhado com a estruturação do setor EQRES.

No primeiro dia de trabalho lotada no prédio que tanto visitara, fiz questão de subir as escadas, a cada andar parava e olhava para baixo



encantada feito criança. Durante minha trajetória no serviço público, pude conviver com variados colegas, tecendo amizade duradoura e mesmo gerando vínculos, tais como a madrinha para meu filho caçula, Maria de Fátima Gomes, lotada no CAC Méier/RJ, que tornou se parte da minha família. Conheci também meu marido Jorge Rosemberg Correa Pereira, funcionário da antiga GRAF/Méier, hoje já aposentado. Convivi com grandiosos e competentes chefes tais como o já citado Dr. Aquiles Wall Ferraz; Luiz Fernando Querino de Mello - Chefe de Arrecadação na APS Del Castilho, atualmente na Receita Federal lotado no magnífico prédio do Ministério da Fazenda/RJ. Chefias que ajudaram no meu crescimento funcional.

Sou uma funcionária que transitou da máquina de escrever manual ao computador, do Memorando com original e quatro cópias em papel fino ao envio de correio eletrônico, da consulta de ficha cadastral das empresas em grandes arquivos de aço aos dados cadastrais nos aplicativos das suítes.

O serviço público é algo grandioso que aprendi a amar e respeitar no seu sentido mais amplo e simples - “Servir ao público com respeito e conhecimento das suas funções”.



## Rapadura é doce, mas não é mole

*Ricardo de Souza Moreira*

*Corec/Brasília-DF*

*Ingressou na RFB em 1991, no cargo de TTN, na IRF/Santanna do Livramento. No mesmo ano foi aprovado para o cargo de AFTN. Foi chefe da Seção de Fiscalização da DRF/Novo Hamburgo, chefe da Divisão de Instituições Financeiras da Cofis, chefe da Divisão de Mercado Financeiro e Assuntos Internacionais da Copes, Coordenador Operacional da Cofis, Delegado da DRF/Pelotas. Atuou na Diort e na Difis da DRF/Brasília, na Suara e atualmente é Coordenador Especial da Corec.*

A economia do Brasil, no ano de 2007, vivia um momento de reconhecimento internacional e estava prestes a ingressar no seleto grupo dos países com grau de investimento. As empresas brasileiras passaram a ter acesso a outros mercados, tornando-se atraentes sob o ponto de vista de investidores de outras economias.

Essa internacionalização evidenciava as diferenças entre as práticas contábeis adotadas no país em relação às práticas de países com economias mais desenvolvidas. Crescia a importância de o Brasil adotar um processo de convergência com as normas contábeis internacionais.

Nesse ambiente de franco desenvolvimento e de otimismo, agilizou-se o trâmite do Projeto de Lei (PL) nº 3.741, de 2000, que alteraria a denominada Lei das Sociedades Anônimas (S/A), Lei nº 6.404, de 1976,



de modo a torná-la aderente às normas utilizadas nos mercados mais desenvolvidos do mundo. Após quase sete anos tramitando, o PL finalmente seria levado a votação. De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as entidades representantes das companhias abertas, havia a promessa do Presidente Lula que sancionaria a Lei tão logo fosse aprovada pelo Legislativo e o compromisso de que a alteração das normas contábeis não aumentaria, nem tampouco diminuiria, a carga tributária em razão dos novos critérios contábeis. Em outras palavras, seria garantida a neutralidade tributária.

Nessa perspectiva histórica, o PL foi convertido na Nova Lei das S/A, Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, tendo como termo inicial de vigência o dia 1º de janeiro de 2008. Neste ponto que me vem à cabeça o ditado “rapadura é doce, mas não é mole”, que, na essência, expressa em linguagem popular que nem tudo o que é bom e desejado é fácil de ser atingido.

A publicação da indigitada norma, no primeiro momento, foi comemorada pelas entidades do mercado de capitais e pelas companhias. Entretanto, no momento seguinte passou a ser motivo de grande preocupação quanto ao seu impacto tributário.

As mudanças introduzidas pela Nova Lei, tais como o princípio da prevalência da essência sobre a forma que estabelece que as transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal, ensejavam um excesso de subjetivismo na elaboração das demonstrações financeiras. Agora o registro contábil dependerá da interpretação do contador e não mais do que está escrito nos documentos. Bota subjetivismo nisso! Qual seria a base de cálculo dos tributos frente a esse subjetivismo? Ao alterar a forma de registro dos fatos contábeis, a partir de janeiro de 2008, como ficariam os resultados diferidos tributariamente,



apurados conforme a norma anterior? Se os documentos não estiverem de acordo com a substância econômica, como fazer prova dos fatos perante o fisco?

De outro lado, existiam as convicções da CVM e de alguns especialistas que sustentavam que a norma trazia salvaguardas a garantir a neutralidade tributária. Mas, como diria o filósofo Nietzsche, *as convicções são inimigas da verdade bem mais perigosas do que as mentiras*.

Diante desse inquietante cenário, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) constituiu, em março de 2008, um grupo de trabalho (GT) com a finalidade de elaborar a minuta de um ato normativo que explicitaria as repercussões tributárias decorrentes das mudanças na Lei das S/A. Eu tive o privilégio de fazer parte desse grupo que contava com a participação dos Auditores-Fiscais da RFB Alberto Pinto Souza Junior, Claudia Lucia Pimentel Martins da Silva, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Maria da Consolação Silva e Pedro Onofre Fernandes.

Esse grupo, após discutir ponto a ponto as alterações com a CVM e com o Banco Central do Brasil (Bacen) concluiu que a almejada neutralidade tributária não havia sido alcançada pela Nova Lei, dado que a alteração dos critérios de contabilização de receitas e despesas afetariam inexoravelmente a base de cálculo dos tributos, especialmente o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica tributado com base no lucro real.

Concluiu-se ainda que a edição de outra Lei para assegurar a neutralidade, mesmo uma Medida Provisória editada em 2008, somente produziria efeitos a partir do ano de 2009, tendo em vista o princípio da anualidade, insculpido na alínea “b”, inciso II, do art. 150 da Constituição Federal que veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.



O grupo já estava com a mão na massa de uma minuta de Instrução Normativa, quando recebemos uma ordem:

- Vocês têm de encontrar, até o fim desta semana, uma maneira para garantir a neutralidade tributária da Nova Lei das S/A, vigendo a partir deste ano de 2008.

- Mas como? E o art. 150 da CF? Existem detalhes da Nova Lei que ainda não foram regulamentados pela CVM!

- Resolvam!

Serei franco em dizer que, de pronto, fiquei matutando: como alterar a base de cálculo dos tributos no mesmo ano em que a lei que o altera é publicada? E o princípio constitucional da anualidade? Se a CVM ainda não regulamentou as normas como garantir a neutralidade tributária? A missão parece impossível. Acho que entrarei em férias...

Pelo que sei eu não era o único do grupo a pensar assim, tanto que após muitas discussões acadêmicas, jurídicas, filosóficas e de botequim passamos a elaborar uma nota por meio da qual pretendíamos manifestar a impossibilidade de cumprir a determinação.

Eis que, de repente, Alberto questiona:

- OK, o princípio da anualidade impede a vigência de alteração do imposto no próprio ano, mas se propusermos um regime opcional? A empresa que aderir terá garantida a neutralidade imediatamente. Seria opcional em 2008 e 2009 e obrigatório a partir de 2010.

- Parece uma boa ideia. Mas, como garantir a neutralidade para normas que ainda não foram regulamentadas?

- Pode-se travar nos critérios vigentes até 2007. Basta definir que as alterações introduzidas pela Lei 11.638 de 2007, que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração





do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei 6.404, de 1976, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao regime, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

- Boa! No entanto, esta trava não pode ser por prazo indefinido senão teremos duas contabilidades.

- Então o regime deve ser transitório e vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, buscando a neutralidade tributária.

As propostas foram bem recebidas pelo Gabinete da RFB e receberam apoio das entidades representativas das companhias abertas e pela CVM. Surgiu assim o Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelos artigos 36 e 37 da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertidos nos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/2009, de 27 de maio de 2009.

O RTT foi revogado, somente a partir de 2015, pela MP nº 627, de 11 de novembro de 2013, fato que demonstra a dificuldade de regulamentar os aspectos tributários das novas normas contábeis.

De acordo com artigo de Fernando Torres, publicado no jornal Valor Econômico, o RTT garantiu a neutralidade tributária durante o período de seis anos de adaptação das empresas brasileiras ao padrão contábil internacional.



## Situação difícil? *Take it easy!*

*Gilberto de Paula*

*Derat/São Paulo-SP*

*Analista Tributário, ingressou na RFB em 20/06/2002 na Derat/São Paulo já trabalhou na equipe de parcelamento e CAC CNPJ, atualmente trabalha no CAC Tatuapé, onde atende os contribuintes em diversos assuntos, como Certidão Negativa, Cobrança, Dívida Ativa e Parcelamento.*

*“Take it easy my friend*

*Olha como o céu é azul*

*Olha como é verde o mar*

*Olha que sol bonito, Charlie”*

*Jorge Ben Jor - Take it easy my brother Charles*

A Receita Federal vem, através dos últimos anos, aprimorando o atendimento, possibilitando cada vez mais o uso da internet. No entanto, seu público é muito amplo e o número de serviços, muito grande, com atendimentos de pessoas físicas, pessoas jurídicas, diversos impostos e



contribuições com regras diferentes, comércio exterior, propriedades rurais etc.

Nos Centros de Atendimento ao Contribuinte da Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária (Derat), por exemplo, além do atendimento às pessoas jurídicas, temos que atender a pessoas físicas, que muitas vezes não estão habituadas a fazer elas próprias seus serviços na internet, não têm a ajuda de um contador etc. Acontece que, na maioria das vezes, o contribuinte tem urgência na resolução de seus problemas, seja para liberar e movimentar uma conta bancária, para obter financiamento ou mesmo por ansiedade da pessoa, que fica muito preocupada com o problema e quer que a questão seja solucionada de imediato.

Felizmente a maioria dos casos podem ser resolvidos, mas o episódio que gostaria de relatar é um desses em que não foi possível sanar de imediato por um problema de comunicação com a internet e justamente com uma pessoa muito ansiosa para concluir a questão. Foi o que me levou a aprender que nestes momentos é melhor não se desesperar. Como diz a canção: “take it easy”. O episódio a seguir ocorreu aqui no CAC Tatuapé.

Era mais um dia comum na Receita Federal. Muita gente para atender e os sistemas estavam até aquele momento funcionando normalmente. Chamei uma senha de parcelamento e percebi que uma senhora sozinha estava procurando a mesa correta. Já se notava que estava preocupada, pois vinha murmurando algo, falando baixinho como se estivesse conversando com algum acompanhante. Estava bem vestida e aparentemente se aproximava da terceira idade. Ao chegar à mesa de atendimento começou a falar rápido, alto e sem parar, como se estivesse dando ordens:

- Quero fazer o parcelamento dessa dívida. Recebi esta carta de cobrança, mas fui mandada embora do emprego por problemas psicológicos. Estou sem dinheiro para nada, mas preciso resolver esse



problema. Estou desesperada, tenho outras contas para pagar. Você faz aí o que precisar, pois tenho outras coisas urgentes para resolver etc, etc. E pelo jeito, ela não iria parar de falar pelos próximos 30 minutos. Consegui interromper, esclarecendo que para o contribuinte fazer o parcelamento de uma dívida com a Receita Federal tinha duas maneiras: a primeira, através da página da receita na internet, criando um código de acesso. Era o chamado “parcelamento simplificado”, de outra forma tinha que ser aberto um processo, pagar a primeira parcela e retornar depois para protocolar o processo. Assinar vários papéis, sendo este o chamado “parcelamento ordinário ou convencional”. O mais prático era fazer pela internet. Perguntei: “A senhora já tentou fazer pela internet?”

A resposta foi mais ou menos assim: “Preciso acertar agora esta dívida, estou numa situação delicada, o meu cachorro está muito doente. Tenho que achar um pedreiro. Minha tia foi embora e agora ainda me aparece esta multa da Receita. Vou fazer um esforço para pagar mesmo sem poder. Tentei fazer o parcelamento pela internet e não deu certo. Falaram que você conseguiria parcelar no seu sistema. Você está enrolando muito, eu já estou com muitas preocupações. Preciso acertar isso. Não vou sossegar enquanto não resolver o problema.” Tudo isso ela falando num tom de voz bem alto.

Diante das argumentações e ansiedade da contribuinte, fui tentar parcelar pelo sistema interno, o “parcelamento convencional” mas o sistema não respondeu. Falei para ela aguardar, pois iria confirmar qual problema estava havendo. Enquanto eu me afastava vi que ela continuou reclamando como se eu continuasse por ali. Consultei os colegas e me confirmaram que o sistema “tinha caído”. Estava totalmente indisponível e, pior, sem previsão de retorno, sendo que era melhor orientar a contribuinte a retornar no dia seguinte.

Voltei meio desanimado, muito azar o meu, pois com esse problema generalizado de comunicação com a internet, fiquei sem saber



como iria dar a triste notícia para a contribuinte nervosa, imaginando que a reação dela seria a pior possível. Poderia fazer um escândalo, pois se já falando normal ela quase gritava. Pensei que pelos inúmeros problemas que enfrentava, inclusive psicológicos, poderia se tornar ainda mais intransigente e agressiva.

Entretanto, após eu explicar toda a situação e mostrar para ela que o acesso à internet estava indisponível e não seria mesmo possível parcelar naquele momento, por nenhum dos dois sistemas, talvez só no dia seguinte, ela surpreendentemente concordou e falou calmamente:

- Estou nervosa com essa situação, mas tudo bem. Se não tem jeito, é assim mesmo, fica para amanhã, “take it easy”, colega, “take it easy.”

Fiquei surpreso e aliviado com uma reação tão compreensível por parte da contribuinte. Na hora, só pensei o que é mesmo essa expressão em inglês? Esse “teiquerise”? É “não se preocupe”, os colegas que presenciaram o fato me esclareceram que era isso mesmo. Poderia ser “fica frio”, “fique calmo”, depois em pesquisa na internet verifiquei que esta expressão tem mesmo estes significados, podendo também ser uma simples despedida, mas no contexto desse acontecimento a expressão se encaixa perfeitamente na mudança de comportamento da contribuinte.

Também vemos que muitas canções se utilizam dessa expressão, não sei quando essa gíria se popularizou no Brasil, talvez na época do lançamento da música de Jorge Ben Jor “Take it easy my brother Charles” de 1969. Os versos transcritos acima são dessa canção e expressam bem o desfecho satisfatório que teve esta história, mesmo sem resolver o problema da contribuinte naquele momento, inclusive fiquei sem saber como ela conseguiu parcelar, pois não apareceu no dia seguinte, talvez tenha conseguido fazer pela internet.



## Tributo a uma campeã mundial de *windsurf*

*José Luís de Rosalmeida*

*ALF/Porto de Fortaleza-CE*

*Auditor-Fiscal, ingressou em 01/04/1994. Trabalha atualmente na Seção de Vigilância e Repressão - Savig.*

Em meados de 2002, fui removido para trabalhar na Alfândega da RFB do Aeroporto Internacional Pinto Marins, em Fortaleza, Ceará. Embora sempre tenha trabalhado na Aduana, nunca havia trabalhado em aeroportos, apenas em unidades portuárias.

Por ser a via aérea a mais rápida, é natural que seja por esta via que se transportem as urnas funerárias, quando os corpos procedam ou se destinem a outro país. Como disse, nunca havia trabalhado em aeroporto antes e, em consequência disso, foi no Aeroporto Pinto Martins que pela primeira vez tive que liberar uma urna funerária. Confesso que o primeiro “desembaraço” de um corpo que fiz não me causou espécie. Sempre fui muito acostumado com a morte, se é que se possa falar assim. Ela sempre me assustou pouco. No entanto, pelos aeroportos do país não transitam só corpos, mas também cinzas mortuárias.



As cinzas são geralmente transportadas soltas dentro de urnas de porcelanas ou em sacos plásticos acondicionados em caixinhas de madeira ou papelão. Foi com certa curiosidade e excitação que procedi à minha primeira liberação de cinzas mortuárias. Nunca havia visto cinzas humanas antes. Sou originário do interior do Piauí, onde “queimar um defunto” chega a ser um verdadeiro sacrilégio. Mas lá estava eu para meu primeiro contato com essa forma, a mim tão estranha, de velar os mortos.

Era uma urna de porcelana azul, ainda lembro bem. A curiosidade era tanta que mal me continha. E de tanta curiosidade e excitação, lembro que, por pouco, não deixo a urna cair, espalhando as cinzas do de cujus pelo chão do armazém. Ainda gelo o coração, quando penso que escapei por pouco de passar por tão constrangedora situação. Não gosto nem de imaginar como seria eu varrendo e apanhando as cinzas do “coitado” pelo chão do armazém. Mas com o passar do tempo, a curiosidade cedeu lugar a uma certa indiferença, até mesmo porque, pelas minhas origens, não sentia nenhuma reverência por cinzas. Era como se para mim, as cinzas nunca tivessem sido alguém vivo na vida. Pensei que por essa “indiferença”, elas nunca mais me surpreenderiam. Ledo engano!

Como sempre achei tais urnas um meio propício para o transporte de drogas, aprendi a ter um cuidado muito especial em suas liberações. Sempre examinava a papelada com o máximo cuidado e nunca deixava de abrir a urna para me certificar de que o conteúdo era mesmo somente cinzas. Foi assim que um dia, ao liberar uma urna de cinzas humanas, percebi algo estranho: as cinzas vinham da Itália, a morta havia falecido em Cabo Verde por asfixia mecânica, e já havia mais de quatro anos do óbito.

Com pouca sutileza, comecei a indagar a irmã da falecida sobre o que tinha acontecido.

- Por que as cinzas estão sendo trazidas para Brasil e só agora depois de quase quatro anos? - Perguntei ansioso.



- Minha irmã foi por diversas vezes campeã mundial de windsurf - respondeu ela com um forte sotaque italiano. - Ela aprendeu windsurf na praia de Jericoacoara - continuou explicando. Mexendo numas anotações dela, encontramos um bilhete em que ela dizia que, quando morresse, queria que suas cinzas fossem jogadas no mar, naquela praia. É por isso que estamos trazendo as cinzas.

Como o laudo indicava que a morte havia se dado por asfixia mecânica, perguntei quase sem sentir se ela havia morrido por afogamento.

- Não - contestou - Ela foi assassinada. Enterrada viva.

Nesta hora meu coração gelou e um nó me subiu à garganta. Calei minha boca e nada mais perguntei. Depois fui pesquisar na internet quem de fato tinha sido nossa campeã e o que tinha acontecido com ela.

Dalia Saiani foi uma das maiores estrelas do windsurf, tendo por diversas vezes sido campeã mundial. Uma verdadeira lenda desse esporte. Em 2007 foi assassinada em Cabo Verde, juntamente com sua amiga Georgia Busato. O assassino deferiu uma pedrada contra a cabeça de suas vítimas e as enterrou ainda vivas, em um crime passionai. Sandro Santos, o assassino, conforme consta na internet, era guia turístico. Havia sido namorado de Dalia e não aceitava o rompimento do relacionamento. Já desconfiada, Dalia não se punha a sós com ele. Foi assim que Geórgia tornou-se vítima também, por temer pela vida da amiga e não querer deixá-la sozinha com seu ex-namorado. Ao menos é essa a história que os sites registram sobre o cruel assassinato.

Quanto a mim, nunca mais quis indagar sobre a causa mortis de ninguém e ainda hoje me choca essa triste história. Sempre que vou a Jericoacoara rezo uma prece por Dalia e Georgia e, embora não tenha conhecido nossa campeã pessoalmente, a imagino velejando feliz nos mares reluzentes de Jeri.





## Um “click”

*Fernanda Estima Borba*

*DRF/Natal-RN*

*Lotada na Safis da DRF/Natal desde 2007. Ingressou como AFTN em 1985. Trabalhou durante aproximadamente vinte anos em atividades ligadas à análise e julgamento de processos, incluindo contencioso administrativo, informações em mandados de segurança e acompanhamento de outras ações judiciais, e Plantão Fiscal. Foi também assistente do chefe da Disit da 4ª RF, apreciando processos de consulta, e no ano passado foi supervisora da Equipe de Fiscalização Pessoa Física.*

Ao atender os contribuintes no Plantão Fiscal, no final de 2003, era muito comum o pedido para acompanhar a busca de documentos e informações no sítio da RFB na Internet. Comecei então a girar um pouco a tela, possibilitando que os contribuintes visualizassem o “caminho” da informação desejada. Mas este giro tornava a postura do atendente altamente incômoda e não era confortável nem um pouco para o contribuinte também.

Por acaso, à época fui a um profissional dentista, acompanhando um de meus filhos, menor de idade. E fui apresentada ao tratamento ortodôntico de uma maneira bem moderna: acompanhei o diagnóstico e a solução proposta numa segunda tela, completamente voltada para mim, que exibia a imagem gerada no computador do dentista. Ali surgia uma



ideia: com um “*click*” no teclado, e a instalação de uma outra tela, o atendimento no Plantão Fiscal passaria a ser acompanhado pelo contribuinte em tempo real, numa projeção do conteúdo que eu acessava em minha tela.

Navegar na página da RFB para apresentar ao contribuinte a legislação tributária, especialmente instruções normativas e soluções de consulta, os diversos manuais de Perguntas e Respostas, os formulários disponíveis, “links” aos sítios da Procuradoria da Fazenda Nacional e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e acessar o ajuda de todos os Programas Geradores de Declaração (PGD) desenvolvidos pela RFB, tudo isso passaria a ser uma tarefa fácil! E era sinônimo de transparência total no trato com o contribuinte!



## Um dia para não esquecer...

*Fátima Nogueira*

*ARF/Botucatu-SP*

*De tudo um pouco e do pouco um tudo: CPF, CNPJ, Regularização de Obra, em especial Parcelamentos, Dívida Ativa, etc.*

É certo, tem dias que dá uma vontadezinha de ficar na cama, como se o calendário pulasse os dias úteis e fosse sempre fim de semana. Mas já que não dá, vamos lá, o trabalho me espera!

Trabalhar na Receita Federal tem seus momentos de monotonia, como em todo trabalho burocrático. Tem de tudo um pouco, porém há encantamento sim, basta ter humor; ele é sempre o sal da convivência e, porque não dizer, sobrevivência?

Chego no horário, arrumo minhas coisas, coloco o crachá e acesso o Saga, como de costume, quase um ritual, e fico à espera de nosso tão amado contribuinte. Eis que surge à minha frente uma senhora com olhar esbugalhado, um tanto inquieta e começa a contar seu problema. Tinha uma séria dificuldade de comunicação e eu, para adiantar, fiz algumas



perguntas-chave. Com 30 anos de serviço público, acredito ter um pouquinho de experiência.

- A senhora está com alguma restrição no seu CPF? - Perguntei.

- Eu? Não! - respondeu - Sabe, estive aqui noutra dia e um homem - olhando para os lados a procura do atendente - me disse que tinha alguém com o meu nome e com a mesma mãe. Como pode isso? Só penso nisso, nem consigo mais dormir.

- Isso é normal - respondi, enquanto consultava seu CPF - Às vezes é a senhora mesma em duplicidade. Ou então um homônimo.

- Hã? Não moça, não tenho nenhum problema no meu CPF, eu só quero saber é dessa outra pessoa com o mesmo nome. Quero que você descubra onde ela está, em qual hospital nasceu!

- Como assim? - perguntei. - Não! Não temos como saber isso.

Então lhe expliquei, com paciência de professorinha de primário, quase num beabá, que na Receita o cadastro não nos permite ter esse tipo de informação tão detalhada. Mas em seguida pensei “ih, danou-se, ela vai desconfiar que sei mais alguma coisa e não quero falar”. Dito e feito!

Mas eu só quero saber o hospital! - Disse quase chorando.

A essa altura, sentia muita pena dela e, compassadamente expliquei que nada constava no seu CPF, que tudo estava certo, que não havia um outro CPF com os dados dela, que ficasse tranquila,

- Mas estou tranquila - ela respondeu - meu CPF está certo, eu só quero saber da outra pessoa com o mesmo nome que eu. Deve ser minha irmã! Quero saber qual hospital ela nasceu! E repetia que devia ser irmã dela e que precisava encontrá-la.



Juro, estava curiosa para saber se existia alguém com o mesmo nome dela, de mãe e tudo mais e consultei pelo nome. Então apareceram cem nomes iguais.

Dei o golpe de misericórdia às avessas na esperança que tinha de encontrar a tal irmã, disse que constavam cem pessoas com o nome dela, por ser comum, e que isso era supernormal. Ela com o olhar mais esbugalhado e imperativo, “mas eu venho aqui para saber de uma e você me joga isso na cara? Cem pessoas?”

Sem reação, fiquei olhando para aquela pessoa que enfiava apressadamente seus papéis na bolsa - eu vou procurar em outro lugar. “Você não sabe informar” e saiu pisando duro.

Por instantes fiquei observando, enquanto ela sumia porta afora. Senti um certo alívio. Imagina se digo a ela que seu CPF era ponta de cadeia?



## Um episódio inesperado

Márcia Inês Gurski de Lima

DRF/Uruguaiana-RS

*Analista Tributário, ingressou na RFB em 13 de novembro de 1995, desempenhou suas atividades na área aduaneira até setembro de 2011, ocasião em que foi designada para trabalhar no Sepol na área de licitações e contratos.*

Vou contar-lhes um fato inusitado acontecido no âmbito da Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana. O acontecimento é recente, contudo por ser tão pitoresco, merece ser relatado.

Em novembro de 2014 recebemos a visita do Superintendente da 10ª Região Fiscal e do Chefe da Divisão Aduaneira, o objetivo era a realização de audiências Públicas visando esclarecer a população e empresários locais sobre a implantação das Lojas Francas nos pontos de fronteira pertencentes a nossa jurisdição.

Eu exerço minhas atividades no Serviço de Programação e Logística (Sepol) e fui designada para acompanhar a comitiva, com a tarefa de fazer o registro fotográfico e auxiliar na logística. Junto com o Delegado local, estivemos nas Unidades de Quaraí, São Borja, Itaqui, Uruguaiana e Barra do Quaraí realizando os eventos.



Nas quatro primeiras cidades tudo ocorreu dentro da normalidade. O Superintendente realizou sua exposição e a população teve suas dúvidas esclarecidas. Já estávamos cansados daquela romaria, pois era necessário deslocamento entre as cidades e saímos muito cedo. Em alguns dias era realizado o evento em mais de uma localidade. Retornávamos tarde e no outro dia seguíamos a mesma rotina.

O Superintendente já sabia ao pé da letra o seu discurso, sem contar que os questionamentos eram quase que idênticos nas diferentes cidades. O quorum nas audiências era superior ao esperado. A população participava ativamente. Alguns interessados, vislumbrando a oportunidade de novos negócios, outros insatisfeitos, acreditando que o fato prejudicaria o comércio local.

Eis que era o último dia das audiências. Pela manhã havia sido realizada em Uruguiana e na parte da tarde nos dirigimos à Barra do Quaraí, uma cidade pequena, com cerca de 4.000 habitantes, localizada na fronteira com Uruguai e Argentina, formando uma tríplice fronteira.

Chegando ao destino, nos encontramos com o Chefe da Inspetoria local e fomos até uma escola onde seria realizada a audiência, local mais apropriado entre os disponíveis na cidadezinha.

A chegada da comitiva já causou certa estranheza. Imagine quatro forasteiros vestindo ternos escuros, numa cidade pacata onde quase não há acontecimentos. Na entrada da escola uma senhora que passava na rua nos perguntou:

- Vocês são brasileiros ou uruguaios?

Mesmo sem saber o motivo do questionamento respondemos que éramos brasileiros.

- Que bom - replicou a senhora.



Não entendemos o porquê do comentário e seguimos até o salão de atos da escola. A sala estava lotada por interessados e curiosos. O representante da Câmara de Vereadores abriu a Audiência Pública e passou a palavra ao Superintendente, que sempre em seu discurso mostrou-se aberto à participação dos ouvintes.

Não demorou muito e uma senhora fez a primeira pergunta:

- O senhor pode me dizer se isso é pra pobre ou pra rico?

O Superintendente respondeu-lhe educadamente que ele acreditava que as Lojas Francas beneficiariam toda a população.

Em sequência essa mesma senhora interrompeu várias vezes a palestra contando seus problemas de saúde e outros assuntos alheios ao tema tratado. Só então percebi que se tratava da mesma senhora que tinha nos interrogado na chegada. As pessoas se olhavam, algumas se estufavam para não rir, outras faziam perguntas pertinentes para tentar desviar a atenção da plateia.

O funcionário da Câmara de Vereadores trocou o Superintendente de lugar, afastando-o da senhora falante, acredito eu, com objetivo evitar as interrupções inconvenientes.

Em certo momento ela, animadamente, disse:

- Aqui no Brasil é bom porque se pode falar à vontade, do outro lado, referindo-se ao Uruguai, se a gente fala qualquer coisa mandam nos prender.

Eu, em um instante tive o ímpeto de convidá-la, amigavelmente, para irmos tomar um ar no lado de fora da sala ou lhe pedir que me mostrasse algo interessante na cidade, com a intenção de retirá-la do local. Mas em seguida desisti, pois pensei, se os moradores locais não tomam nenhuma atitude é porque talvez a senhora fosse agressiva. Aí a emenda





seria pior que o soneto, imagine aquela senhora me batendo no meio da Audiência Pública. Preferi ficar quieta no meu canto e me segurar para não rir.

Por fim, o Superintendente já nem respondia aos questionamentos da senhora e tentava se concentrar no tema tratado na sua pauta, então ela descontente disparou:

- Não sei porque mandam esse pessoal de Pelotas para vir aqui dar palestra se não sabem responder nada.

Nesse instante nem o Superintendente segurou o riso e todos os presentes começaram a rir também. Não sei o que ela quis dizer com o termo “Pelotas” se estava se referindo a uma cidade gaúcha ou a um “local distante e incerto”.

Mesmo com todo o inconveniente o Superintendente conseguiu passar o seu recado e esclarecer as dúvidas da população. Encerrada a audiência a referida senhora pronunciou, segura de si e imaginando que causaria uma certa mágoa nos presentes:

- Eu não vou beijar ninguém.

Mas como sua manifestação não causou tristeza nos presentes e todos começaram a se cumprimentar ela desistiu da sua resolução e começou a beijar e abraçar todos os demais, desejando-lhes felicidades.

Foi quando ouvi o prefeito da cidade, um pouco envergonhado e tentando se explicar, dizer que na véspera estava preocupado com a Audiência Pública, com relação a participação da comunidade e aos possíveis questionamentos. E, para seu constrangimento, a pessoa que mais havia participado da audiência teria sido a Dona Zoraídes, moradora conhecida na pequena cidade por participações um tanto extravagantes e insensatas em eventos públicos locais.



## Uma Fiscalização do IUM

*João Carvalho do Couto*

*DRF/Limeira-SP*

*Atividade atual: Parceria do Seort/DRF/Limeira e integrante do Grupo e-Manuais do IPI (Cofis); ingressou na RFB em 12/06/1978; atividades desempenhadas: Fiscalização Aduaneira, Fiscalização IPI, Chefia de Atividades Especiais (antigo Serae), Fiscalização IRPF e IRPJ, Enquadramento de Bebidas, Registros Especiais Bebidas e Papel Imune; Chefias: Equipe IPI e do Sefis.*

Com tanto tempo de trabalho na Receita Federal, teria muitas histórias para contar, algumas pitorescas, outras dramáticas e, pelo menos uma, contestatória aos recursos oferecidos pela Administração.

Vou contar uma com apelo dramático e também por ser a história mais antiga. Remonta ao período anterior a Constituição de 1988, quando ainda existia o Imposto Único sobre Minerais (IUM) e tínhamos competência para fiscalizá-lo.

Então o caso, conforme já sinalizamos, trata-se de uma fiscalização sobre o Imposto Único sobre Minerais (IUM). Essa fiscalização sempre ficou marcada em minha memória, e há muito já pensava em torná-la pública, escrevendo a respeito. Agora tomo a iniciativa de fazê-lo. Tal imposto de competência Federal incidia sobre a extração de minerais da



natureza, entre outros, a argila, o calcário e a areia - os mais comuns aqui na Região.

Então, nos idos da década de 1980, o Delegado da Receita Federal, em Limeira, recebeu uma demanda da Prefeitura de uma cidadezinha daqui da Região denominada Santa Cruz da Conceição, localizada depois de Pirassununga, com acesso pela Via Anhanguera. A demanda do prefeito dava conta de que não conseguia impedir que um cidadão devidamente munido com máquinas e equipamentos parasse de extrair areia do leito de um rio que passava pelo município, causando desassoreamento e prejudicando a conservação da mata ciliar. Dizia o prefeito que envidou todos os esforços e recursos, mas não conseguiu dissuadir o inusitado empreendedor a interromper suas nefastas atividades, então apelava para a Receita, porque só havia um imposto na atividade de extração, o IUM, e era de competência Federal.

Chegando a representação na DRF/Limeira e encaminhada ao Serviço de Fiscalização (Sefis), foi distribuída. Como o IUM era um adendo do IPI, e havia uma Equipe do IPI, e eu era membro da Equipe, sabe pra quem foi distribuída? É lógico! Aí ficou fácil, se eu estou contando a história, só podia ter sobrado pro marmitão aqui. Mesmo tendo mais gente na equipe, nem adiantava perguntar por que eu? Mesmo porque, há razões que a própria razão desconhece ou, mais direto, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Aqui uma ressalva, falo isso hoje, com mais de 35 anos de casa, mas naquela época, recém-admitido, nem cogitava questionar.

Continuando, lembro que estamos antes de 1988 e o IUM não tinha só areia e argila, tinha um primo rico, o ouro, esse sim era um belo mineral, e mereceu da Receita tratamento especial, com o projeto Garimpos. Iam equipes para Serra Pelada, Peixoto de Azevedo, Cumaru no Pará, que eu me lembre, inclusive estive presente temporadas neste último. Mas isto já é outra história.



Outra curiosidade sobre a extração de minerais. Aqui na região de Limeira (Cordeirópolis e Santa Gertrudes), a argila é abundante, o que atraiu uma grande quantidade de cerâmicas para a região, que se utilizam desse insumo para fabricação de seus pisos e revestimentos, só que a extração era desenfreada e desorganizada. A argila é extraída a céu aberto. Conta o supervisor do grupo IPI da época, mais antigo do que eu, que chegou a medir o tamanho do buraco que ficou, após a extração da argila, a fim de calcular a quantidade de argila extraída, para fins do IUM. Também pudera, naquela época a que o supervisor se referia existia a cota-parte (participação nas multas), então, os auditores tinham um motivador a mais.

Voltemos ao principal, cabendo a nós o trabalho do areal de Santa Cruz da Conceição, eu e o supervisor do Grupo, partimos para o planejamento da operação, ou melhor, marcar data, hora e requisitar veículo (só tinha um).

Então, data escolhida, viatura da Receita com o motorista designado (também só tinha um), lá fomos nós, eu, o supervisor Troya e o motorista João. Chegando ao Município, embrenhamo-nos na mata, através de caminhos de terra à procura do referido rio. Não havia GPS, nem site de mapas, mas conseguimos chegar ao local.

Mal chegamos e já nos deparamos com a cena do crime: o rio, e na margem, um trator com pá escavadeira e carregadeira e um caminhão basculante para transporte. Além de dois empregados presentes, somente mais um rapaz de pouco mais de vinte anos, identificado como filho do dono e que, naquele momento, representava o negócio.

Apresentamos-nos e explicamos o motivo da nossa visita, fiscalização do Imposto Único sobre Minerais, cuja atividade que eles estavam exercendo estava sujeita a esse imposto. Acho que o rapaz nem sabia da existência desse tipo de imposto. Aí nos levou para uma pequena



casa, que servia de escritório. Qual foi nossa surpresa ao depararmos em cima de uma escrivaninha com um caderno tipo brochura com anotações. Ao folhear, vimos transcritas as datas, as quantidades de areia vendidas, os nomes dos adquirentes e o valor. Era o próprio “caixa dois” personificado. Aí, solicitamos ao rapaz que rubricasse todas as folhas escritas do caderno, com o que, mesmo com ar de desconfiança, concordou. Em seguida, com o devido termo lavrado, efetuamos a apreensão do caderno.

De repente, eis que chega ao local, em uma caminhonete já com bastante uso, um homenzarrão rústico, de rosto avermelhado. Já desconfiado do que estava acontecendo, por causa da nossa presença, chegava esbaforido e irritado. Era o dono do barraco, ou melhor, dono do negócio de areia. Dirigindo-se ao filho ouviu que tinha entregue o caderno com anotações para nós. Aí foi o caos, o homem ficou transtornado, transformado e enfurecido, não se sabia mais se o vermelho do seu rosto era queimado do sol ou decorrente da raiva, acho que os dois. E agressivamente, com o braço em riste, avançou em nossa direção, desandando a dizer impropérios, contra nós e mais ainda contra o governo.

Nesse momento, o supervisor Troya gritou ordenando, João! (O motorista). Vamos arrancar daqui. E assim foi feito, saímos com tudo dali. Não foi uma arrancada ao estilo 007, mas foi uma bela arrancada. Enfim, conseguimos sair ilesos e com o principal elemento que comprovava a infração, ou seja, o caderno “caixa dois”.

No retorno para Limeira, ainda na caminhonete, o sentimento era constrangedor, pois parecia uma fuga. Uma falta de enfrentamento. Apesar disso, achamos que foi a melhor saída, porque o confronto, naquela situação de tensão, em que facilmente se perde a razão, poderia não terminar bem.



Foi intuitiva a saída abrupta. Prevaleceu o instinto de sobrevivência. Estávamos desarmados. De corpo e alma, enquanto da outra parte, em seu habitat inóspito e agreste, não se poderia dizer o mesmo. Com certeza, para se defender, tinha lá suas armas.

Nada como o tempo para acalmar os ânimos. Passado determinado prazo, suficiente para lavrarmos os autos correspondentes, o homem valente, muito provavelmente aconselhado pelo seu contador (a Receita deve muito a estes profissionais), procurou o fisco, admitindo as infrações impostas e a veracidade dos fatos, quitando o Auto de Infração de omissão de receitas e outras penalidades aplicadas. E não só efetuou o recolhimento dos impostos devidos, como, dizendo-se arrependido, ligou para o Supervisor do Grupo, pedindo desculpas pelo ocorrido. E como era época de Natal e por ser costume na zona rural, ofereceu uma leitoa ao meu supervisor. Este me confidenciou de que não aceitou o mimo.

Hoje, não sei como está o Rio de Santa Cruz da Conceição, mas com certeza cumprimos o nosso papel, e nunca mais tivemos notícias de irregularidades na extração de areia naquele rio.



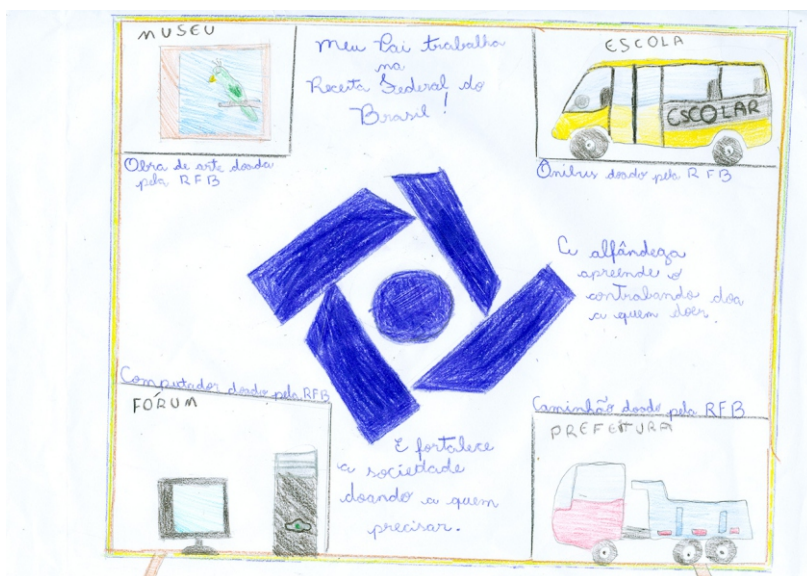
# *Poesias Premiadas*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

## 4º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB

### Menção Honrosa



*Autora: Ana Luíza Ayusso Caetano/3º ano do Ensino Fundamental*

*Responsável: Cleber Marcelo Fernandes Caetano – ALF/Porto de Santos*



# Poesias Premiadas

## Primeiro Lugar

### Gênese Copei

*Josué Teotônio da Luz*

*Espei 03*

*Ingressou na RFB em 10/12/1993 na fiscalização da DRF/Imperatriz-MA. Foi removido para a DRF/Brasília em maio de 1994, onde foi Supervisor da Cobrança Administrativa Domiciliar-CAD. Em 1996 ingressou na Copei, sendo removido para o Espei02/Belém-PA em dezembro de 1996. Foi chefe do Espei02 de 1998 a 2003. Foi chefe do Espei03/Fortaleza-CE de 2004 a 2006. Voltou a chefiar o Espei02 de 2009 a 2010. Retornou para o Espei03 em 2010 onde permanece até hoje.*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil



## Gênese copei

Eu vou contar uma história  
A qual eu vivenciei  
O leitor preste atenção  
E vai gostar, eu já sei  
Porque vou contar detalhes  
Da criação da Copei

Mas o que é mesmo Copei?  
Vou dar a explicação  
É a Coordenação Geral  
De Pesquisa e Investigação  
Um órgão de inteligência  
Em prol da nossa Nação



Faz parte da estrutura  
Da Receita Federal  
Combater fraudes fiscais  
É seu papel principal  
E a sua especialidade  
É a inteligência fiscal

Há algumas décadas atrás  
A Receita patinava  
Quase toda ação fiscal  
Depois que se iniciava  
O auditor pouco sabia  
O que era que procurava

Quase sem informação  
O trabalho era passado  
O auditor garimpava  
Procurando algo errado  
E algumas vezes encerrava  
Sem encontrar resultado



Era desanimador  
Muito trabalho em vão  
O sonegador omitindo  
A sua escrituração  
Depois ficava sorrindo  
Da nossa situação

Mas deixe o sonegador  
Sorrindo do seu mal feito  
E vou lhes falar agora  
Como é que foi dado um jeito  
Com a criação da Copei  
Que hoje exhibe respeito

Mil novecentos e noventa e três  
Foram os grupos formados  
Ainda dentro da Cofis  
E na SAE foram treinados  
Depois entraram em ação  
Gerando bons resultados

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos, sucedeu o SNI - Serviço Nacional de Informações e antecedeu a ABIN - Agência Brasileira de Inteligência.



Dezembro noventa e cinco  
Eu até comemorei  
Decreto um, sete, quatro, cinco  
Formalizando a Copei  
Aquilo que era sonho  
Agora sim virou lei

Durante noventa e seis  
Tudo foi consolidado  
Cada um dos dez Escritórios  
Com seu chefe nomeado  
Em cada Região Fiscal  
Um Escritório foi montado

Surgiram em noventa e oito  
Algumas necessidades  
De se criar alguns Núcleos  
Em outras grandes cidades  
Em Vitória e em Manaus  
Duas novas unidades



Depois foi a vez de Santos  
E também Foz do Iguaçu  
Visando os contrabandistas  
Daquela região sul  
Lá se instalou o Núcleo  
Pra quebrar esse tabu

No ano dois mil e sete  
Veio outra necessidade  
Com as demandas surgindo  
Em uma grande quantidade  
Criou-se então outro Núcleo  
Campo Grande foi a cidade

Eu quero falar agora  
Do que é mais importante  
Das pessoas que atuam  
Nesta Copei brilhante  
Que é pequena no tamanho  
Mas forte como gigante



Desde o seu nascedouro  
Foi muito bem conduzida  
Pelos seus Coordenadores  
Que por ela dão a vida  
E o corpo funcional  
É uma turma aguerrida

O espírito de união  
Muito se fortaleceu  
Com seminários frequentes  
Desde que a Copei nasceu  
Depois de dois mil e dez  
Nunca mais aconteceu

Muitos foram pioneiros  
Quem são eles? Adivinhas?  
Chamados de “dinossauros”  
Para as alegrias minhas  
Os que entraram mais recente  
São chamados de “fraldinhas”





Muitas missões já cumpridas  
Por essa equipe brilhante  
Que eram chamadas de casos  
Desde o primeiro instante  
Cada caso tinha um nome  
E isso é coisa interessante

Vou citar aqui alguns nomes  
Dos nossos casos de glória  
Pra os “fraldinhas” saberem  
Como foi a nossa história  
E também pros “dinossauros”  
Refrescarem sua memória

Começo com “A Praça é Nossa”  
“Alface”, “Argamassa” e “Anão”  
“Jacarandá”, “Mogno” e “Cedro”  
“Repique” e “Resolução”  
“Lar Doce Lar” e “Magnata”  
“Torna” e “Luar do Sertão”



“Bahiagates”, “Banzai”  
“Boi Gordo” e “Corredor”  
“Cilindrada” e “Cinderela”  
“Carta Marcada” e “Tutor”  
“Catuaba” e “Coconut”  
“Coruja” e “Comendador”

O “Dossiê Pelicano”  
“Detroit”, “Luxo” e “Farelo”  
“Espuma”, “Esbelt” e “Dolly”  
“Etanol” e “Paralelo”  
“Fuja-do-Mico” e “Fornalha”  
E o “Sorriso Amarelo”

Tem “Gigante dos Metais”  
“Fidel” e “Resolução”  
“Homem das Neves”, “Fazenda”  
“Itapoã” e “Retenção”  
“La Rosa” e “Leão de Chácara”  
“Libellu” e “Constelação”



“Irmãos Coragem” e “Lobby”  
“Magnum” e “Frutos do Mar”  
“Mais que Emergente” e “Matuto”  
“Mala sem Alça” e “Jaguar”  
“Mazac”, “Mecenas”, “Midas”  
“Melado” e “Beira Mar”

“Paraíso Cisplatino”  
“Patriota” e “Redenção”  
“Pedra D’água” e “Pedra Azul”  
“Perequê” e “Evolução”  
“Persona” e “Petrofrete”  
“Pista Livre” e “Fundação”

“Pixinguinha” e “Poesia”  
“Querubim” e “Panamá”  
“Rala Coco” e “Renavam”  
“Roupa Lavada” e “Jabá”  
“Roleta” e “Selva de Pedra”  
“Sem Fronteira” e “Boi Fubá”



“Sultão”, “Stone” e “Tabaco”

“Taj Mahal”, “Crupiê”

“Tapebas”, “Tatu” e “Tias”

“Titanic” e “Fumacê”

“Tertúlia”, “Totó” e “Trufa”

“Valadólares” e “Grilê”

“Taturana” e “Alquimia”

“Dilúvio”, “Gárgula” e “Cevada”

“Canal Vermelho” e “Zelotes”

“Catuaba” e “Boiada”

“Sanguessuga” e “Bumerangue”

“Lava-jato” e “Caçada”

Eu vou parar por aqui

Muitos nomes ainda sei

Pois já são mais de mil casos

Encerrados na Copei

Todos estão registrados

Lá no sistema SISPEI



Quero deixar registrados  
Também nesta poesia  
Os nomes dos principais  
Trabalhos de maestria  
Porque o sistema SISPEI  
Pode se acabar um dia

Agora em dois mil e quinze  
Quero deixar na memória  
Como nasceu a Copei  
E registrar na história  
No momento em que completa  
Seus vinte anos de glória

A história foi contada  
Com toda fidelidade  
Sem adentrar aos detalhes  
Por economicidade  
Se eu fosse escrever tudo  
Durava uma eternidade



Agradecer é preciso  
Aos com quem eu trabalhei  
Durante estes vinte anos  
Lugares por onde andei  
Foi andando e semeando  
O espírito da Copei

Meus colegas de trabalho  
Meus irmãos e camaradas  
Vocês foram essenciais  
Em todas minhas jornadas  
Dentro do meu coração  
Lembranças estão guardadas

Pra encerrar agradeço  
Toda colaboração  
Recebida dos colegas  
Que fizeram a revisão  
E espero o julgamento  
Dessa nobre Comissão.



# *Segundo Lugar*

## **Do Sul ao Norte Uma experiência inesquecível**

*Diogo da Silva*  
DRF/Santo Ângelo-RS

*Ingressou na Receita Federal do Brasil em 27/05/2013, no cargo de Analista-Tributário, na IRF de São Miguel do Oeste-SC. Em 03/11/2014, tomou posse como Auditor-Fiscal, na DRF de Ji-Paraná-RO. Trabalhou na Seção de Fiscalização. em 30/09/2015, foi removido para a DRF de Santo Ângelo-RS.*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil





## Do Sul ao Norte - Uma Experiência Inesquecível

Passei no concurso, da Receita Federal.  
Consegui, aleluia, ser auditor-fiscal.  
Mas que barbaridade, que falta de sorte.  
Minha jornada começou bem longe, no norte.  
Mas eu mal sabia quanto seria legal.

“Te cuida lá longe”, dizia o pessoal.  
Tem índio, tem bicho, é só matagal.  
Mas eles não sabem, que gente inocente.  
No norte tem progresso, também muita gente.  
Um povo caloroso, acolhedor, sensacional.

De mala e cuia me fui, pegar o avião.  
Viajar o dia inteiro, para chegar no nortão.  
Pelo caminho encontrei alguns "companheiro".  
Que também iriam para o mesmo paradeiro.  
Batendo papo, esperamos, a nossa conexão.



E quando pensei: "Estou chegando, mazá".  
O avião deu meia-volta e voltou para Cuiabá.  
A gente não sabia, não tinham avisado.  
Que na época de chuva é muito complicado.  
Chove muito, chove chuva, em Ji-Paraná.

Meu Deus do céu, e agora? Mas que situação.  
Se não tomar posse amanhã, complica a remoção.  
E agora, o que fazer, para levar a papelada?  
Alugar um carro e dirigir pela madrugada?  
Esperto foi o Matheus, que foi de ônibus.

No outro dia, bem cedo, juntamos o pessoal.  
Pra fazer uma estratégia, um plano vital.  
E o Demi logo mostrou toda a sua experiência.  
Sem delongas foi logo chamando a gerência.  
"Não queremos ir pra Porto Velho, mas sim Cacoal".

E o Edson, grande amigo, nos ajudou com uma carona.  
E mesmo com um quase extravio, da minha malona.  
Por fim, deu tudo certo, a tempo conseguimos chegar.  
Suados, barbudos, e aquele bendito papel assinar.  
Oigalê, agora podemos descansar na poltrona.



E um dia, quem diria, até os sem-terra vieram invadir.  
Deram uma foiçada na porta, nem pediram para abrir.  
E foram entrando no prédio, era mesmo uma comitiva.  
Devem ter achado que era uma Fazenda improdutivo.  
A la pucha, que cagaço, que botei logo a fugir.

Mas não fui solito para os fundos, em busca de proteção.  
Todo mundo foi correndo, e até caiu gente no chão.  
Na hora foi um susto, pegou todo mundo de surpresa.  
Sei ainda que teve gente que ficou embaixo da mesa.  
E a Dalva ainda hoje não sabe quem pisou na sua mão.

Mas as polícias vieram, e a confusão se acabou.  
De prejuízo ficou pouco, só a porta que quebrou.  
Mas ainda hoje, com qualquer barulho que seja.  
O Marcus fica assustado, e se lembra da bandeja.  
Do iogurte perdido e pior, do dinheiro que gastou.

E até a velha mangueira virou motivo de discussão.  
Pois seus galhos estavam pesados, quase indo até o chão.  
E a Rose, tão quietinha, de repente sua voz levanta.  
"Onde vão morar as iguanas, se não for nessa planta?"

Basta podar os galhos, não precisar passar o facão”.

O Demi, sempre pronto, se ofereceu para ajudar.  
Tirou uns pila da carteira e pagou para podar.  
E a mangueira continuou frondosa, linda, um esplendor.  
Lar das iguanas, das mangas, e um ninho de amor.  
Do povo que aproveita sua sombra só para se amar.

Nunca vou me esquecer, desse tempo aqui em Rondônia.  
Dos momentos que vivi, na linda terra da Amazônia.  
Da feirinha lá das quintas, comprar fruta ou verdura.  
Desses momentos sempre vou lembrar com ternura.  
E se alguém ainda pensa que aqui só existe mato.  
Pode ir no Riad, pedir quibe, esfiha, ou outro prato.

E da comida, o que falar, que delícia isso aqui.  
Os peixes, de qualquer jeito, pirarucu ou tambaqui.  
E a carne, dos churrascos, sempre muito saborosa.  
Espetinho com farofa, com combinação gostosa.  
Ainda bem que antes de ir embora, eu provei o açai.



E quando lá no sul, levantar cedo pra matear.  
Não vai mais dar para ver a arara a voar.  
E a geada, no inverno, congelando até o capim.  
Que saudade de Rondônia, nem era tão quente assim.

Mesmo que a contagem, regressiva para esse dia.  
Mesmo que ir pro sul era tudo que eu queria.  
Na hora da despedida, bate forte a emoção.  
Passa um filme na cabeça, dá um aperto no coração.  
O trabalho, os amigos, aqui foi o meu lar.  
De Ji-Paraná, com certeza, para sempre vou lembrar.





# *Terceiro Lugar*

## **Só risos**

*Regina Maria Ruschi*  
DRF/Vitória-ES

*Ingressou na Receita Federal em fevereiro de 1986 - exercício na Alfândega. Chefe substituta da Agência da Serra-ES; chefe substituta do Sepol - projetos de reformas de todas as unidades da DRF/VT e representante de RC&D. Funcionária do CAC DRF/VT.*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil





## Só risos

O CAC realmente é um bom lugar  
Para quem gosta de ter "causo" pra contar.  
Quanto mais verdadeiros eles são,  
Mais difícil fica de acreditar.

Vinte anos se passaram.  
Nada mais me espantaria,  
Não fosse por aqui aparecer  
Um fato novo para me surpreender

Eis que surge um contribuinte,  
Desses que de tão aborrecido  
Aos quatro cantos bradava  
Todo o fato acontecido...



A Receita duvidando  
De suas despesas com dentista  
Solicitava novas provas  
Para subsidiar o analista

Com uma baita indignação,  
E sem qualquer resquício de candura  
Não aceitava, do atendente, a objeção  
De receber um comprovante: sua antiga  
dentadura

Tanto fez que aqui deixou  
A prova maior que ele tinha  
E para o Grupo de Malha se foi  
A "sorridente" numa caixinha.



# *Menção Honrosa*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

## 4º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB

### Menção Honrosa



*Autora: Sofia Lemes Ribeiro/3º ano do Ensino Fundamental*

*Responsável: Virginio Ribeiro de Souza Filho – DRF/Anápolis*

## CAC e o atendimento aos refugiados

*Hendrick Tominaga Boero*

*DRF/Rio Branco-AC*

*Assistente Técnico Administrativo - atua auxiliando a Equipe de Parcelamento Previdenciário e eventualmente é destacado para laborar no CAC - entrou em exercício em 09/02/2015 - formado em Direito pela Universidade Federal de Rondônia.*

Assim começa o dia, *bonjour* como falam os franceses  
Filas e filas do retrato da vida, são haitianos ou senegaleses?  
E chegam pelas fronteiras acrianas  
Na esperança de dias melhores  
O que será que tem pela frente?  
Amigos, incertezas ou algozes?



No espanhol ou no inglês ou no arranhado básico do francês  
Perguntamos o que precisam, e no esforço inútil de um inútil  
português  
Sem saber para que, nem o porquê  
Apenas pedem atendimento e o CPF como documento  
Na esperança de um dia aliviar o sofrimento  
Querem trabalho, dinheiro e talvez quem sabe, reconhecimento

A história de Jean Paul não é diferente de tantos outros destas gentes  
Enfrentou dias inóspitos, atravessou a Hiléia, chegou à Assis Brasil ou  
Brasileia  
Para cá no guichê dez, na capital deste Estado sentar  
E em poucos minutos, com seu sotaque arranhado,  
Com a expressão sofrida e acanhado sua história contar  
Que deixara parentes e passados talvez para nunca mais voltar.

Continuo a atender: o passaporte e o visto de entrada por favor?  
Dedos no teclado, olhos na tela  
Enquanto o sistema o número do CPF gera  
meus ouvidos atentos ao silêncio de Jean  
Captam a expressão de angustia do novo,  
refletido no olhar de sofrimento daquele povo.



Quatro minutos se passam, CPF a imprimir,  
Agradecidos e satisfeitos ficam quando estão listos a sair.  
Antes mesmo de entregar o documento em sua mão  
digo: *bienvenue* a um Brasil cheio de contrastes mas acolhedor de  
coração  
para sua fé aumentar, e a esperança não perder  
seja bem vindo, eu o digo, e que no Brasil possa melhor viver.

O tempo não para, o atendimento também não,  
a campanha chama, numero cento e dezesseis; um haitiano ou  
senegalês?  
não importa quem seja de certo é mais um Jean na fila outra vez  
com as mesmas histórias de esperanças e fé e com os mesmos pedidos,  
*bonsoir* agora lhes digo, sorriso no rosto, torno a atender,  
e, alguns minutos, mais um CPF emitido.

São quase duas, é chegado a hora de parar,  
assim são os dias no CAC direto de Rio Branco capital do Acre,  
lugar ermo para alguns, o Portal de Esperança para outros,  
com presteza e zelo atendemos a todos.  
Desliga tudo, o expediente a encerrar, metas a cumprir, gastos a  
economizar,  
Descanso merecido, dos servidores aguerridos para amanhã de novo  
tudo começar.







# *Poesias Classificadas*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil



## A colega Berê

*Rosemir Antônio Siqueira*

*DRF/Campinas-SP*

*Ingressou na Receita Federal do Brasil em outubro de 1986 como estagiário e em 05/02/1987 foi contratado pelo Serpro e cedido à Receita Federal no mesmo dia, ficando lotado na DRF/Campinas-SP até os dias de hoje, atualmente prestando serviços no Sepol.*

Foi com grande sentimento de perda o falecimento da querida colega de trabalho Berê. Marejados olhos ficaram...

Há pouco, ela atendia aos pedidos de reparos e ajustes nos equipamentos de informática, sempre com muita presteza, prontidão, competência e alegria, um olhar cativante e encantador, uma palavra amiga e encorajadora, um gesto fraterno e solidário e assim foi, dia após dia, ano após ano e década após década, num sobe e desce e num vaivém intermináveis e pelo seu entusiasmo era notório o orgulho, o prazer e a honra com suas mãos calorosas conduzindo o carrinho carregado com impressoras e computadores, ferramentas imprescindíveis ao nosso precioso trabalho.

Há muito, é sabido que ela vinha lutando contra um mal e a guerreira após vencer inúmeras batalhas, sucumbiu na imponente da morte... Findaram a ternura, o afeto e a bondade, suas mãos estão frígidas,



o brilho dos olhos se apagou, a voz emudeceu-se e o seu sorriso não estará mais presente em todas as mesas de todos os andares e em todos os lugares no prédio da Drf/Campinas, na Avenida Prefeito Faria Lima, agora triste e calado... Sua mesa de trabalho está vazia e silenciosa, o telefone e o computador não mais respondem, não se atende mais aos chamados e o carrinho não mais tilinta...

A colega incansável, mãe de família, humilde, correta e trabalhadora deixou-nos, mas cá entre nós, seus feitos e sua memória perduram... Que tenha uma boa partida e que um dia, com o consentimento do Altíssimo, estejamos todos juntos novamente e eternamente, a família próxima e toda família RFB, no céu em festa, rodeados por anjos e cobertos de luz. Saudosamente.



## A saga da malha fiscal

*José Jonas Ferreira de Queiroz*

*DRF/Campina Grande-PB*

*Malha Fiscal PF, Malha Fiscal ITR, Membro da Eqpac4RF, chefe substituto da Safis.  
Auditor-Fiscal de Contribuições Previdenciárias desde outubro/1986, ingressou na  
Receita Federal com a unificação dos fiscos em 2007.*

Pra participar do Concurso  
Vou contar a minha história  
De parte do meu trabalho  
Seguindo a trajetória  
Na Receita Federal  
Sobre a Malha Fiscal  
Se não falhar a memória



Tantas tentativas inglória  
Tem sido aqui registradas  
Por vários contribuintes  
Nas Despesas declaradas  
Sem a devida comprovação  
Não sei se sem intenção  
Ou se foram mesmo inventadas

Das despesas revisadas  
Duas nos chama atenção  
Primeiro as despesas médicas  
Em segundo a Pensão,  
Como dita, alimentícia  
Muitas vezes fictícia  
Na sua concepção

Existe separação  
Que apenas é de direito,  
De fato os cônjuges coabitam  
E dormem no mesmo leito,  
Pra simular a Pensão  
E usá-la na dedução  
Da Declaração do sujeito



Existe também outro feito  
Visto na ilegalidade  
Usar filhos pensionistas  
Fora dos limites de idade  
Ferindo a legislação  
Achando que a dedução  
É pra toda eternidade

Outra abusividade  
É avô(ó) usando neto  
Mesmo sob a guarda dos pais  
Morando no mesmo teto  
Que dispõe de rendimento  
É mais um procedimento  
Pra o nosso desafeto

O outro campo não dileto  
Tratando de dedução  
Está nas Despesas Médicas  
É grande a relação  
Do que se pode inventar  
Pra o sujeito sonegar  
Nessa área é campeão



E o maior vilão  
É o Recibo emitido  
Entre profissionais da saúde  
Sem que tenham adoecido  
Em benefício comum  
Sem pagamento nenhum  
É difícil de ser combatido

Continuando o descrito  
Dos recibos de fantasia  
Um mesmo contribuinte  
Usa a fisioterapia  
Tem que ter Fonoaudiólogo  
E também o Psicólogo  
Pra completar a folia

Completando a anarquia  
Dos recibos inventado  
Mesmo que o contribuinte  
More num centro avançado  
Se trata no interior  
Por conhecer o Doutor  
E por ele agraciado





Tem um fato registrado  
Com uns recibos vendidos  
Caso fossem verdadeiros  
Pra que todos fosse atendido  
48 horas diárias não era suficiente  
Por existir tanto gente  
Nesse golpe envolvido



## A velha, o CPF, e a Polícia Federal

*Edna da Conceição Costa Ribeiro*

*ARF/Penedo-AL*

*Desde que ingressou em 1992 na ARF/PNO/AL, faz atendimento ao público. Atualmente é chefe de atendimento, embora preste a se aposentar.*

Essa história me deixou  
Com cabelo e orelha em pé  
Mesmo tando acostumada  
Com sabidão que é zé mané

Nunca vi tanta doidice  
Quando o assunto é um cpf  
Num, o título ta cancelado  
No outro da mãe se esquece



Me traz a certidão tão falsa  
Que nem o cartório existe  
Diz que o parente tá doente  
Querendo atendimento, insiste

Quando tem dois, e ainda nega  
Diz que a receita inventou.  
Eu engulo a resposta e digo:  
Tá aqui, é seu mesmo, doutor!

Que bichinha de sorte sou eu  
Protegida quase sempre do mal  
Um senhor, simples e discreto  
Me mandou um recado informal

Bem distraída vinha nossa colega  
Quando se aproxima um cidadão  
Com olhar firme e determinaddo  
Pedi a ela sua atenção



Tem documento falso na cidade  
E vem lá de maceio, bairro ipioca  
Tratei de abrir mais os olhos  
Esperando esse, ou essa boboca

No outro dia me chega o contribuinte  
Tendo nas mãos seus documentos  
Quando examino a tal certidão  
Disse a ele: espere um momento

Analisei com calma o tal papel  
E assim, pude comprovar o aviso  
O zé mané já meio desconfiado  
Demonstrava o falso sorriso

E na mesma semana do caso  
Uma bomba estourou na receita  
Baixou logo polícia federal  
A mutreta foi quase perfeita



Fiquei triste com colegas  
Envolvidos em tal situação  
Mais triste, por um ser detido  
Me apertando o coração

Depois de alguns anos vem  
O triste final dessa história  
A demissão dos amigos  
Fazendo-os esquecer a vitória

Como se não fosse o bastante  
Pra balançar meu coração  
Começa uma onda de bandidos  
A lucrarem com a falsificação

Mas o novo chefe vinícius  
Jovem culto e determinado  
Mal senta pra trabalhar  
E já se sente afrontado



A véia que se vendeu por cem conto  
Chega aqui toda sonsinha  
Os documentos eram de outra  
Mas que cidadã dissimuladinha

Neste dia eu estava doente  
Mas no outro, ela veio à minha mesa  
O chefe chamou logo a policia  
E eu que perdi nas pernas a firmeza

Chega a policia federal em penedo  
Pois até a imprensa tinha divulgado  
Contribuinte presa por falsificação  
E vamos nós depor pro delegado

E disso, eu não gostei nem um pouco  
Pois haja depoimento pra dar  
Não consegui dormir pensando na velha  
Por cem conto foi se lascar



Pelo menos um jovem desbravado  
Mostrou que na sua repartição  
A ética e a moral prevaecem  
Cumplicidade com bandido não tem não.

O delegado deu entrevista sobre o caso  
Pro meu chefe, foi um levanta moral  
E eu que não dormir por tal situação  
A velha, o cpf, e a polícia federal



## Marijuana em la Aduana

*Amarildo Francisco Sacchi*

*DRF/Bauru-SP*

*Lotado atualmente na Equipe Aduaneira da Seção de Fiscalização da DRF Bauru-SP, ingressou em 1999 na IRF Mundo Novo-MS, trabalhando no Posto Fiscal denominado «Leão da Fronteira». Praticamente sempre exerceu funções aduaneiras, incluindo despachos de importação/exportação, repressão, fiscalização e outras.*

Lá pelos idos de 2000, estava eu no Posto Leão da Fronteira,  
Confesso: sozinho e com certa tremedeira.  
Ordenei a parada de um táxi vindo do Paraguai,  
A passageira, com certeza, não era mineira, uai.

No porta-malas havia, para presente, uma “bela mesa”,  
Em cujo interior encontraria eu uma “íngrata surpresa”.  
Aquela mesa de jantar totalmente desmontada,  
De tão leve, mais parecia pedaços de madeira oca envernizada.





Eis que surge a ideia brilhante,  
De montar a mesa a qualquer instante.  
As partes da mesa tão leves estavam,  
Que qualquer pequenino as levantavam.

Ainda assim tentei montar a suposta mesa de jantar,  
Mas, como previsto, o resultado não se poderia aceitar.  
A mesa não tinha forma compatível,  
E a desconfiança ficou ainda mais visível.

Para se ter a certeza,  
Um furo fiz em um pedaço da “mesa”.  
Retirando a chave de fenda,  
Retornou, em sua ponta, algo que não se encontra em qualquer “venda”.

Constatei então que, de forma oculta, algo havia de diferente,  
Caindo por terra a hipótese da mesa como presente.  
O que havia ali, em “verdades”,  
Eram 50 quilos de erva “canabis”.



## Na pista dos viajantes

*David Ramos Campos*

*RF08/Campinas-SP*

*No Seort, analisa pedidos de restituição de tributos. Foi supervisor de bagagem na Alfândega em Campinas-SP. Ingressou na RF/Previdência em 08/07/1993. Recebeu troféus do Concurso Histórias de Trabalho da RFB em 2012 e 2013.*

Encerre logo os seus trabalhos, pois, no mês que vem,  
vamos precisar de ti e outros também.

Já entramos em contato com outros setores:  
serão analistas, além de auditores.

Trabalho no aeroporto, setor de bagagem.

A tarefa é conjunta, requer atenção.

Viajantes, de cujos bens se realiza inspeção,  
trazendo mercadorias do exterior,  
se submetidos ao detector,  
acima da cota, tem tributação.



Estudante que saiu pra se aprimorar,  
gente a passeio ou que foi trabalhar,  
os que fora residiram e estão voltando,  
aqueles que estão apenas se aventurando,  
tem sacoleiro esperto que quer sonegar,  
há quem vem pra competição,  
uniformizada segue a tripulação.  
Movimento estranho, é preciso agir.  
Contrabando é crime e se deve reprimir.  
Há bens que retidos sofrem apreensão.

O que nem se imagina tem gente que traz:  
vasos, aeromodelos, selos, animais,  
papel de parede, lençol, ferradura,  
urna funerária, algema, dentadura,  
ferramentas, peças, roupas sensuais.  
Uma imagem estranha de cor diferente...  
Pode ser coisa proibida, um entorpecente?  
Um volume camuflado no fundo da mala.  
Questionado, “surpreso”, o sujeito se cala.  
Destino adequado terá o delinquente.



## O dia do cão

*Valéria Soares Wong Calvo*

*DRFRJ1/CAC/Laranjeiras-RJ*

*Ingressou na RFB no CAC Volta Redonda em 1997, em 2000 foi transferida para a ARF/Itajubá, onde ficou por 3 anos. Em 2003 foi para o CAC Ipanema, em 2005 chefou o CAC Cnetro. Em 2007 chefe substituta do CAC Catete, depois voltou para Ipanema também como substituta. Finalmente, em 2011, assumiu o CAC Centro empresa, que foi transferido para o CAC Laranjeiras, onde está atualmente.*

Parece até ficção.

Imaginem a situação.

Você chegar ao CAC.

E ser atendido por um cão.

Isto não é piada.

Não poderia brincar assim.

E por ser eu a chefe,

apesar das minhas férias,

O sub ligou pra mim.



Logo que entendi,  
qual era a situação.  
Falei para mandar pra casa  
O dono e o cachorrão.  
Logicamente depois  
de pensar num bom palavrão.

Olhei então a filmagem  
pra ver o tal cachorrinho.  
E não é que o picorrucho,  
Até que era bem bonitinho.  
Passeando em cima da mesa,  
Parecia até um brinquedinho.

O mais estranho da situação  
foi dos contribuintes a reação  
Brincaram com o cãozinho  
E fizeram até carinho.



Este é um relato sobre um colega que levou o seu cachorro para o atendimento no dia 31/12, pois iria viajar para o Ano Novo e não tinha onde deixá-lo. Só que quando foi atender, colocou o cachorro em cima da mesa.



## Simão

*Cláudia Brandão Schwab*

*IRF/Chuí-RS*

*Atualmente na Aduana, com treze anos de atividade em Tributos Internos/Atendimento ao Contribuinte. Ingressou na RFB em 18/04/1991. Trabalhou, além do Chuí, na DRF/Porto Alegre e na Alfândega do Aeroporto Salgado Filho.*

*Ao Inspetor Simão Steinbruch, com quem trabalhei na Alfândega do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. Por seu coração imenso. Por ter sido um pouco meu pai.*

A voz rouca e seca  
Não deixava entrever  
O pai-avô que o cabelo –  
Nuvem, algodão –  
Denunciava.



Simão reinava na Alfândega  
Do Aeroporto Salgado Filho.

O Inspetor cuidava daquilo  
Que lhe cabia cuidar:  
As obrigações legais,  
As responsabilidades,  
O bom funcionamento da máquina.  
Mas o que ele mais cuidava  
Era de nós.

Simão, de sua mesa,  
Observava cada um que passava  
Diante da porta de seu gabinete.  
Um sorriso amarelo,  
Uma cabeça baixa,  
Uma irregularidade qualquer  
No comportamento corriqueiro  
Dos seus.





Nada disso Simão descuidava.

“Vem aqui, guria.

“Qual é o problema? Fala.”

A voz era firme,

Mas se abrandava, suave.

(O coração da gente

Parece que amolecia!)

Servidor com problema?

Manda pro Simão, que ele dá jeito.

“Aerospício”,

Era assim que chamavam

O nosso reino perfeito.

Simão era chefe... mas era pai.

Era avô. Era mestre na arte da atenção

E do cuidado com o outro.

E a Alfândega nem parecia

Repartição Pública!

Era um pouco a casa da gente,

Esta Alfândega/hospício.

Era uma grande família.



## Soneto da procuração

*Valmir Paulino Benício*

*ARF/São Sebastião do Paraíso-MG*

*Ingressou na RFB no concurso para TTN em 1989 e foi e nomeado no dia 15/05/1991 para Alfândega de Cumbica, pediu transferência para a DRF/São Bernardo do Campo em 1995, DRF/Poços de Caldas em 2004 e ARF/SSP em 2010.*

Esse Soneto descreve um episódio inusitado em um Atendimento em São Bernardo

Era um pedido de pesquisa

Episódio que sempre lembrarei

Eu te falei da procuração e não ouviste...

Apresenta-me e te atenderei



Período de Eleições 2002

Pesquisa era de famoso candidato

Eu te falei da procuração e não ouviste...

Apresenta-me e a terá de fato

Alegou não ter trazido

Mas se apresentou como advogado

Eu te falei da procuração e não ouviste...

Apresenta-me e comprove o alegado

Era o procurador, de traços orientais

Sou procurador - garantiu ser a verdade

Eu te falei da procuração e não ouviste...

Apresenta-me, não importa a notoriedade

Tenho aqui um celular

Ligo e falarás com o outorgante

Eu te falei da procuração e não ouviste...

Apresenta-me e serás mandante



Ao final o Contribuinte trouxe a necessária Procuração (pública inclusive). Porém, para sua infelicidade seu candidato acabou não sendo eleito.



## Um coração que pulsa

*João Batista da Silva Machado*

*DRF/Boa Vista-RR*

*Jornalista formado na PUCRS em 1995. Atua na Receita Federal desde junho de 2015.*

Sou novo na Receita Federal  
Mas já tenho uma história  
Esta experiência sem igual  
Ficará na minha memória.

Eu vim do sul para o norte  
Atravessei meu país  
Com a decisão tão forte  
De em Roraima ser feliz.



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

Abençoado, para sempre abençoado  
O concurso que me deu entrada  
Neste órgão tão honrado  
Onde inicio nesta estrada.

Lá no meu torrão natal  
Poderia ter escolhido qualquer Estado  
Porque a Receita Federal  
Está em todo o Brasil amado.

Escolhi Roraima, terra dos bons ventos  
Que são ventos de mudança  
Onde sopram bons momentos  
Onde o novo nunca se cansa.

O que encontraria na nova terra?  
Burocratas sem coração?  
É isto que este poema berra:  
Não tem desumanidade, não!



Um coração que pulsa encontrei  
Na Delegacia de Boa Vista  
Caminho novo percorrerei  
Nesta nova e bela pista.

Um quadro profissional  
De grande envergadura  
Na Receita Federal  
A amizade é pura.

Agradeço muito à União  
Por ter gente qualificada  
Trabalhando com o coração  
E com a mente capacitada.

Sou novo, esta história é nova  
Talvez, de história, não seja rica  
Mas o dito popular comprova:  
A primeira impressão... É A QUE FICA!



## Voo para o além

Maria Marlise Welter

Aposentada

*Ingressou na RFB em 15/05/1991 como TTN, atual ATRFB. Serviu à Instituição durante 22 anos na DRF/Foz do Iguaçu-PR. Trabalhou em vários setores, predominantemente na área aduaneira e, especialmente no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu-PR. Deste local de trabalho relatou muitas histórias que serão publicadas em um Livro, «Nos bastidores da Aduana». Aposentou em 31/05/2013 e, mora atualmente em Londrina-PR.*

Era domingo.

No Aeroporto, logo cedo, calmaria.

A equipe daquele dia, jamais imaginaria,  
o que naquela manhã aconteceria.

Entra o cidadão. Estrangeiro, alemão?

De palidez acentuada, de bagagem quase nada.

Em português, inglês e espanhol interpelado,  
porém, o homem calado,  
sem conseguir comunicação.





Enfim, no passaporte constatado,  
era húngaro, o cidadão.  
Mas, na lista de passageiros,  
seu nome não constava não e,  
sequer passagem tinha em mãos.  
O Raio-X denuncia, no fundo da mala um pacote havia.  
Abre a mala no balcão, pra fazer a inspeção.  
Cocaína, constatação.  
A palidez acentuando,  
o homem desmaiando,  
no balcão foi se apoiando,  
de repente foi ao chão.  
O socorro não demorou e,  
na maca o levou e,  
ao posto médico o conduziu.  
Porém, de nada adiantou,  
a morte sua vida ceifou e,  
seu espírito partiu.  
Ficamos todos comovidos,  
com o episódio vivido,  
diante do nosso balcão.



Mas, apesar do lamento,  
já não era sem tempo,  
controlar a emoção.  
E, assim transcorreu o dia,  
apesar da apatia,  
continuamos a fiscalização.  
Ficou em nós a lembrança  
de um morto,  
no Aeroporto,  
aos nossos pés,  
no chão.





Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil